

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNO PESSOA VILLELA

O BRASIL E A REPÚBLICA DOMINICANA:

A participação do Brasil no governo do Marechal Presidente Castello Branco, 1965/ 1966.

NITERÓI

2007

## FICHA CATALOGRÁFICA

VILLELA, Bruno Pessoa.

O BRASIL E A REPÚBLICA DOMINICANA:

A participação do Brasil no governo  
do Marechal Presidente Castello Branco, 1965/ 1966.

*/ Bruno Pessoa Villela. Niterói: UFF / PPGCP, 2007*

*p.: il.;*

*Dissertação ( Mestrado em Ciência Política ) -  
Universidade Federal Fluminense, PPGCP, 2007.*

**1 . Regime Militar - 2. República Dominicana-  
3 . Política externa - Teses. 1. Título  
( Mestrado-UFF / PPGCP.)**

CDD

BANCA EXAMINADORA

PROFESSOR DOUTOR VÁGNER CAMILO ALVES - ORIENTADOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

PROFESSOR DOUTOR MAURÍCIO DIAS DAVID – CO-ORIENTADOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

PROFESSOR DOUTOR EURICO DE LIMA FIGUEIREDO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

PROFESSOR DOUTOR CESAR GUIMARAÃES  
INSTITUTO DE PESQUISAS UNIVERSITARIAS DO RIO DE JANEIRO -IUPERJ

NITERÓI

2007

*Dedico esta dissertação de Mestrado à minha mãe Eliete Cabral Pessoa, a minha irmã Carla Pessoa Villela, a meu padrasto Raimundo Fernandes Campos, a minha sobrinha Petita e a memória de meu eterno e querido pai José Nilson Dia Villela fontes de minha inspiração.*

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho acadêmico tem especial agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Vagner Camilo Alves e ao meu Co-orientador Professor Doutor Maurício Dias David, ao Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF, Dr. Eurico de Lima Figueiredo e aos demais professores que contribuíram para a minha formação acadêmica através das sessões do Mestrado, das orientações bibliográficas e da pesquisa realizada.

Aos meus familiares, em especial a meu pai, José Nilson Dias Villela; minha mãe, Eliete Cabral Pessoa; minha irmã, Carla, que tanto ajudaram para a conclusão desta dissertação, os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudo Estratégicos –NEST/UFF, os quais por diversas vezes me auxiliaram e me inspiraram a sempre seguir em frente com a minha pesquisa, acreditando que dela poderia surgir um trabalho interessante. Se interessante se tornou a minha pesquisa não posso afirmar, mas posso dizer que foi muito trabalhosa.

Em especial meus agradecimentos ao General Aureliano, o qual sempre se mostrou solícito e prestativo.

Aos funcionários do Arquivo do Exército, do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-RIO), a Tenente Maria Rosa do arquivo Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, localizado na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME) e dos funcionários do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em especial ao Paulo Roberto, e aos funcionários do Arquivo Histórico e Centro de Documentação da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Por derradeiro, mas não menos importante, os meus agradecimentos ao Professor e Diplomata Paulo Roberto de Almeida que, através dos seus comentários e opiniões, muito contribuiu para o enriquecimento dessa dissertação.

BRUNO PESSOA VILLELA

O BRASIL E A REPÚBLICA DOMINICANA:

A participação do Brasil no governo do Marechal Presidente Castello Branco, 1965/ 1966.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. VÁGNER CAMILO ALVES

Co-Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. MAURICIO DIAS DAVID

Niterói  
Fevereiro 2007

## Sumário:

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
I.1. Problema, Hipótese E Objetivos	1
I.2. Marco Teórico.	4
I.3. Estrutura do Trabalho.	23
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>24</b>
1.1 - Uma Política Cíclica: Entre O “Globalismo” E O “Americanismo”	25
1.1.2 Os Pilares Do Gigante: As Bases Político-Ideológicas Da Nova Política Externa.	35
1.2. Um Novo Conceito: A Interdependência	42
1.2.1. Interdependência, Soberania e Não-Intervenção: Uma Releitura De Antigos Conceitos	45
1.3. Reflexos das críticas internas à política externa.	51
<b>CAPÍTULO 2. AS GUARRAS DA ÁGUIA: a política norte-americana para o continente</b>	<b>55</b>
2.1. Um histórico das intervenções: os Estados Unidos contra a América Latina.	56
2.2. Da ilha de Hispaniola à República Dominicana	60
2.2.1. A entrada dos Estados Unidos: a crise se aprofunda	69
2.3. Discutindo a crise e propondo soluções	72
<b>3. O SOBE E DESCE: o processo decisório no Brasil</b>	<b>80</b>
3.1 Dinâmica do processo decisório: alguns fundamentos teóricos.	81
3.2. A ideologia de 1964: uma leitura da “Doutrina De Segurança Nacional e do Desenvolvimento”	85
3.2.1. A reestruturação forçada	88
3.3. O processo decisório no Brasil	90
3.3.1. O papel do Executivo	90
3.3.2 O Ministério das Relações Exteriores (MRE)	93
3.3.3. O Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI)	98
3.3.4. O Congresso Nacional	99
3.3.4.1 O papel do Legislativo: a Câmara dos Deputados.	101

3.3.4.2. Chega à mensagem	103
3.3.4.3.O Senado Federal.	105
3.4.O papel das Forças Armadas	109
3.5. O papel da imprensa.	111
3.5.1.Notícias referentes ao papel do Brasil na crise, inclusive na OEA.	112
3.5.2.Editoriais e artigos assinados.	114
3.6 Os Intelectuais	115
3.7. Conclusões sobre o processo de tomada de decisões.	116
<b>CONCLUSÃO</b>	119
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	127
<b>ANEXOS</b>	140

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar o processo decisório relativo à participação brasileira na Força Interamericana de Paz, a qual atuou no conflito dominicano em 1965. Neste sentido, observamos a partir da dinâmica de atuação das teorias do imperialismo, a inserção brasileira no cenário internacional, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, bem como em âmbito nacional, através dos debates ocorridos na imprensa e no Congresso Nacional. A pesquisa e análise dos diversos dados coletados nos possibilitou concluir que o Brasil, apesar de ter se atrelado às diretrizes da política externa americana do período, buscou criar áreas de manobra e de relativa independência quanto às pressões norte-americanas. Tal fato é corroborado com a negativa dada pelo governo Castello Branco as pressões para envio de tropas ao sudeste asiático, com o intuito de auxiliar os Estados Unidos da América no conflito vietnamita.

## **ABSTRACT**

The present work searches to analyze relative the power to decide process to the Brazilian participation in the Inter-American Force of Peace, which acted in the Dominican conflict in 1965. In this direction, we observe from the dynamics of performance of the theories of the imperialism, the Brazilian insertion in the international scene, the scope of the Organization of the American States, as well as in national scope, through the debates occurred in the press and the National Congress. The research and analyzes of the diverse data collected in made possible them to conclude that Brazil, although to have if atrelado to the lines of direction of the American external politics of the period, searched to create areas of maneuver and relative independence how much to the North American pressures. Such fact is corroborated with the refusal given for the government Castello Branco the pressures for sending of troops to the Asian Southeast, with the intention of assisting the United States of America in the Vietnamese conflict.

## INTRODUÇÃO

*“No século XII, o ‘passado’ dos historiadores estava centenas de anos atrás; no Século XIX, situava-se uma ou duas gerações atrás. Hoje, ele é ontem.”<sup>1</sup>*

### 1.1. Problema, hipótese e objetivos.

Duas características marcaram a política externa brasileira durante o século XX. A primeira refere-se a uma visão e entendimento da participação e postura do país perante o sistema internacional. Visando ampliar sua atuação no cenário internacional, o governo brasileiro buscou, através de aproximações e afastamentos, de alinhamentos e denúncias, ampliar as divisas político-econômico oriundas de sua relação com os Estados Unidos e com os demais países do mundo. Tentou, inclusive, desenhar uma incipiente relação, ainda que apenas no âmbito econômico, com a extinta URSS.

No decorrer dos anos 60 observou-se uma viragem neste processo de multilateralização da política externa brasileira. Esta alteração de posicionamento esteve ligada a transformações no cenário internacional, transformações estas que ocorreram no interior do subsistema de poder da potência americana. Enquanto que no sistema de relacionamentos entre a União Soviética e os Estados Unidos a década de 60 marcou o início de um processo de Detente, de diminuição dos conflitos diretos entre as duas superpotências, no subsistema de poder ocorreu um endurecimento destas relações. As disputas foram direcionadas para as regiões limítrofes e para novos países, em plenos processos de independência. Ambas superpotências passaram a atuar nas sombras, através

---

<sup>1</sup> Apud. SCHLESINGER Jr., Arthur. *“The Historian as Participant”*, Daedalus, Spring 1971, p. 343. In SOARES, José Antônio de Macedo. *História e Informação Diplomática: tópicos de historiografia, Filosofia da História e Metodologia Histórica de Interesse para a Informação Diplomática*. Brasília, IPRI, 1992, p.9.

de um patrocínio indireto de caráter político, econômico e militar a seus grupos nos processos de disputa pelo poder.

Observamos, no entanto, alguns excessos neste comportamento por parte dos Estados Unidos da América, principalmente na questão do Vietnã e da República Dominicana, quando os "policy-makers" americanos acreditaram que seus propósitos e interesses encontravam-se perdidos ou em séria ameaça. Nesse momento, atuaram diretamente, como demonstram os exemplos dados acima.

Outra alteração significativa no comportamento norte-americano referiu-se à ameaça representada por Cuba ao seu domínio, principalmente após a crise dos mísseis de 1962. Neste sentido, a política americana para a América Latina passou por profundas alterações, e esse re-ordenamento do continente permitiu e favoreceu a ascensão de regimes autoritários pró-americanos.

É neste contexto de profundas transformações no teor e na prática da política externa norte-americana que o regime instaurado a partir de 31 de março de 1964 passou a orientar-se pelos preceitos político-econômico-ideológicos ditados pelo governo norte-americano.

A orientação ideológica adotada pelo regime autoritário brasileiro explica, mas não justifica, a atuação do governo Castelo Branco durante a crise Dominicana, bem como a intenção de se exercer uma política "subimperialista" no continente, principalmente na América do Sul, disputando espaços com a Argentina e o Chile. Para tal atuação, o governo valia-se da crença de um relacionamento especial com os Estados Unidos, através do qual seriam fornecidos privilégios, vantagens e facilidades econômicas, militares e políticas, para que o governo brasileiro pudesse exercer seu domínio de forma mais livre.

Uma outra característica marcante da participação brasileira foi a participação de Forças Militares brasileiras em diversos conflitos internacionais durante o século XX. A primeira grande participação de forças brasileiras, desenvolveu-se durante a Segunda Guerra Mundial, ao lado das tropas norte-americanas, ao ter seu corpo expedicionário integrado ao 5<sup>a</sup> Exército. Posteriormente, atuou na Força de Paz, composta pela Organização das Nações Unidas, em Suez (1956); no Congo (1964); na Índia e Paquistão

(1965 a 1966); no Chipre (1964 a 1967); e na República Dominicana (1965), nosso objeto de análise<sup>2</sup>.

No caso da Segunda Guerra Mundial e da República Dominicana, as forças brasileiras receberam instrução e treinamento militar, bem como armamento e financiamento, diretamente do governo norte-americano.

Feita esta breve introdução, passemos à hipótese e objetivos deste trabalho.

### 1.1.1 Hipótese

A hipótese do presente trabalho poderia presentificar-se através da seguinte interrogativa:

*A participação militar brasileira na intervenção realizada na República Dominicana foi uma tentativa de fortalecer a presença brasileira no continente e de ampliar sua ação na OEA.*

*Este episódio da história brasileira representou um teste para o recém instaurado regime autoritário, pois este optou por seguir os trâmites burocráticos do processo decisório. Neste sentido, o debate em torno da postura brasileira diante do conflito na República Dominicana e a sua posterior integração na Força Interamericana de Paz, passaram pelo olhar crítico dos principais entidades representantes da sociedade civil. Analisaremos a repercussão dentro do Congresso Nacional, Imprensa, Partidos Políticos, e seus interesses direta ou indiretamente no processo decisório e a atuação do governo quanto ao caso em questão.*

É importante considerar que, no âmbito deste trabalho, ressaltaremos a atuação dos Estados Unidos, particularmente nos aspectos econômico e político, em razão de sua grande importância para o Hemisfério.

### 1.1.2 Objetivos

---

<sup>2</sup> FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília. FUNAG: 1999. p. 199-201

O objetivo geral da pesquisa foi o de tentar evidenciar, tomando como exemplo o caso específico do objeto de estudo (a República Dominicana), como funciona, na prática, o sistema de decisório brasileiro.

A abordagem pretendeu enfatizar os problemas e as contradições da relação de dependência entre os grupos envolvidos neste processo, mostrando suas limitações, dificuldades e não-automatismo. Buscando desta forma destacar as contradições internas do sistema de governo autoritário do Brasil, mostrando os desentendimentos entre os diversos atores do processo de tomada de decisões.

Selecionamos, por fim, três objetivos específicos que julgamos de relevância:

- a) Explicitar o processo de tomada de decisões no Brasil a respeito da participação brasileira na FIP;
- b) Evidenciar a importância que assumiu no projeto de política exterior do governo vigente a constituição de uma Força de Paz Permanente;
- c) Evidenciar as diversas repercussões do envio de tropas brasileiras à República Dominicana, avaliando de que forma o fato se refletiu no país e na “imagem” que deste faz a América Latina.

## 1.2. Marco teórico.

No plano diplomático-estratégico, o governo Castello Branco concentrou sua atuação externa no continente americano. A (re) americanização da política externa brasileira resultava das novas alianças internas e externas. Tendo como pontos de referência os Estados Unidos e a América Latina, ele procurou situar-se como elemento de mediação, por meio de uma política subimperialista. A continentalização da política externa provocou

a perda de interesse nas questões extracontinentais de política externa. Na esfera extra-hemisférica, por sua vez, o Brasil procurou atuar de forma puramente comercial.

A problemática proposta no presente trabalho levanta diversas questões teóricas, que demandam algumas considerações, ainda que breves, dentre as quais podem ser elencadas: a relação entre a História e as Relações Internacionais; o duplo papel estatal enquanto agente de interesses nacionais, tanto no plano interno quanto externo; a influência que a sociedade civil realiza na orientação e formulação da política externa.

Até meados do século XX, o estudo da história das relações internacionais, inseria-se no âmbito da história diplomática, na sua maioria seguindo uma orientação positivista. Inspirada pelas alterações que vinham se sucedendo na forma de se analisar a evolução histórica, e sob influência da escola dos *Annales* e da interpretação marxista, a história das relações internacionais, passou a receber contribuições de diversas áreas das ciências tais como: da economia, ciência política, psicologia social, dentre outras, buscou-se neste processo dar ênfase às “*forças profundas*”, a *ideologia*, aos *sistemas econômicos*, a *geopolítica*, entre outros fatores e atores eu pudessem influir no sistema político-social, desta forma, a História como um todo passou por transformações, as quais a retiraram das sombras do mero ato descritivo, transportando-a para uma nova forma de enxergar os acontecimentos históricos.

Neste processo desmoronaram-se as verdades absolutas, e emergiram as visões multifacetadas, os acontecimentos históricos passaram de um bloco monocromático, para um prisma de cores e possibilidades interpretativas.

A influência da escola dos *Annales*, principalmente sua terceira fase ou corrente, levou a uma renovação do método científico, abandonado os critérios positivistas, ampliando o rigor metodológico, esta preponderância pode ser sentida no campo das Relações Internacionais, ao se observar o deslocamento e re-interpretação sofridos pelas “*versões oficiais*” e a diminuição da influência da história diplomática sob o campo de estudo das relações internacionais.

A outra vertente que influenciou muito este renascer da História, foi o movimento marxista, o qual em seu bojo trouxe temas como o imperialismo, o colonialismo, o avanço do capital e sua expansão pelo mundo, a contradição entre a força produtiva, as relações de

produção e sua ação e interação históricas, tais debates trouxeram o foco para a relação entre os sujeitos e as estruturas sócio-políticas, fatores em que o Estado se consubstancia.

Neste sentido, as novas correntes procuram, analisar os fatos, a partir de uma vertente crítica, buscando visualizar, não apenas o por que tais acontecimentos ocorreram, mas de quais formas eles se desenvolveram e os pesos dos personagens envolvidos.

Dentro dessa perspectiva, consideramos, que a história da política externa, deva estar inserida no quadro da história dos países, assim como o estudo das relações internacionais, pois tal processo alinha-se e desenvolve-se, a partir das relações internas que se desenrolam na nação.

Do ponto de vista historiográfico, o estudo do comportamento da política externa de um país, pode ser revelador da evolução de sua política interna. Da mesma forma, a investigação das lutas pelo controle do poder, e subsequente das diretrizes de condução e formulação da política externa, pode evidenciar seus agentes, seus interesses e suas inter-relações.

Neste ponto, torna-se necessário delimitar teoricamente o campo das relações internacionais e da política externa.

A construção teórica de nossa pesquisa parte da análise do caráter do Estado e de suas relações com as esferas interna e externa. Neste sentido, buscou-se delimitar os principais condicionantes na formulação da política externa e sua interação com o meio internacional.

Faremos uma breve apresentação do nosso entendimento sobre política externa, política internacional e relações internacionais.

A construção teórica desta pesquisa parte da análise do caráter do Estado e das suas relações com as esferas interna e externa. Nesse sentido, delimitaram-se os principais condicionantes na formulação da política externa e sua interação com o meio internacional.

Entre o grupo dos denominados internacionalistas, não há consenso no tocante às categorias ou conceitos que envolvem os termos “*política internacional*”, “*política exterior*” e “*relações internacionais*”, sendo necessário procurá-los dentro dos paradigmas ou das escolas que se inscrevem nas ciências sociais e políticas, as quais agrupam tais formulações teóricas.

Alguns, como os teóricos da escola do “*realismo político*”, ou do “*neo-realismo*”, consideram que a política externa é trabalho exclusivo do Estado. Outros formulam que a política externa não é privilégio do Estado, mas sim dos governos.

Segundo a definição de Cristina Soreanu Pecequilo<sup>3</sup>, as relações entre os Estados são definidas, para os autores do “*realismo político*”, em termos do poder e da busca por manutenção e ampliação deste frente aos demais membros que compõem o concerto internacional. Para estes teóricos,

*“o interesse definido em termos de poder é estabelecido segundo o tempo e as circunstâncias históricas, variando conforme o contexto, os problemas e as prioridades do Estado em uma certa época. Embora a prioridade ‘primeira’ dos Estados seja invariável, a sobrevivência e a autonomia, as demais serão estabelecidas de acordo com as necessidades da nação em um momento específico.”*<sup>4</sup>

Os “*realistas políticos*” entendem que as ações do Estado devem manter-se fiéis e serem orientadas apenas por preceitos políticos; desta forma, nos diversos processos do cálculo político, devem ser afastadas “*considerações morais, idealistas ou ideológicas (...) devendo ser descartadas como critérios de ação política*”<sup>5</sup>.

Diante disto, estes teóricos também não incluem, no processo de elaboração e execução dos diversos objetivos políticos do Estado, a sociedade e a forma pela qual esta influi na condução da política externa.

*“(...) o realismo não considera como fundamental examinar como a política doméstica influencia o processo de formulação de política externa. Nesta visão não importa, por exemplo, se os Estados são democráticos ou autoritários, pois a lógica do interesse nacional é sempre a mesma para todos os Estados em qualquer época*

---

<sup>3</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis. Editora Vozes: 2004.

<sup>4</sup> PECEQUILO op.cit. p. 129.

<sup>5</sup> PECEQUILO. op.cit., p. 129.

*histórica: a política externa sempre é (e será) formulada a partir de necessidades concretas de poder e sobrevivência em um ambiente anárquico e neste cenário todos os Estados se igualam”*<sup>6</sup>.

Já a vertente “*neo-realista*”, surgida na década de 1970, orientou-se por uma releitura dos postulados do “realismo político”, buscando acrescentar-lhes novos matizes teórico-interpretativos.

Kenneth Waltz<sup>7</sup> advoga que a política externa deve ser entendida e analisada a partir do estudo do cenário internacional, no qual os Estados encontram-se submergidos. Para este autor, as unidades componentes do sistema internacional encontram-se em constante disputa por mercados e ampliação do seu poder político, e pela preservação da própria segurança, neste sentido “*na visão neo-realista, o sistema internacional é uma estrutura dentro da qual se processam as Relações Internacionais, delimitando os parâmetros da atuação dos agentes e sendo, por esta atuação, transformados*”.<sup>8</sup>

Para estes teóricos, o sistema internacional caracteriza-se por ser anárquico, pois inexistente qualquer entidade superior aos Estados; desta maneira, as suas ações só podem ser controladas ou limitadas através ou de uma coalização de outros Estados, ou pelo enfrentamento de uma potência semelhantemente forte. Some-se a isso o fato de todos os atores no cenário internacional serem guiados pelos mesmos propósitos relativos, que incluem a manutenção da sua segurança e dos interesses nacionais. Estes fatores, somados às capacidades de exploração ou aquisição de recursos necessários para o desenvolvimento interno de cada Estado, levam à formação da “*posição relativa*” de cada Estado na estrutura do sistema internacional.<sup>9</sup>

Para o desenvolvimento deste trabalho, buscaremos mesclar conceitos apresentados nas teses acima com outras formas de entendimento do funcionamento do sistema internacional. Acreditamos que a política externa seja um “prolongamento” da política interna, sendo a primeira definida “pelos interesses nacionais”. Edmundo Hernández-Vela define-nos a política exterior como sendo:

---

<sup>6</sup> Idem., p. 130.

<sup>7</sup> Apud PECEQUILO. op.cit. p. 132-134.

<sup>8</sup> PECEQUILO. op.cit. p. 132.

<sup>9</sup> Idem, p. 133.

*“o conjunto de políticas, decisões e ações que integram um corpo de doutrinas coerente, baseada em princípios claros, sólidos e imutáveis, forjados através de sua evolução e experiência histórica; permanentemente enriquecido e melhorado; é a partir disso que cada Estado, e outro ator ou sujeito da sociedade internacional (q.v.), define sua conduta e estabelece metas e cursos de ação em todos os campos e questões que transcendem suas fronteiras ou que podem repercutir no interior das suas próprias [fronteiras], e que é aplicado sistematicamente com o objetivo de aproveitar o sistema internacional para cumprir da melhor forma possível os objetivos traçados nas áreas de desenvolvimento e bem-estar geral da nação, assim como a busca da manutenção harmoniosa das relações com o exterior.”<sup>10</sup>*

Dentro dos debates, os conceitos de *“política internacional e exterior”* e *“relações internacionais”* parecem formar uma hierarquia, onde a *“política exterior”* parece ser o primeiro nível, englobado pelo da *“política internacional”*; este, por sua vez, constitui uma peça do mosaico que forma as *“relações internacionais”*, desfruta esta última de uma categoria superior que inclui ou compreende os outros dois conceitos.

*“A denominação ‘política internacional, abrange uma realidade mais ampla que a de política externa, já que se refere não somente à ação exterior de um Estado, mas ao conjunto das relações interestatais que constituem o sistema de Estados. (...) [segue a autora, apresentando sua interpretação do conceito de política externa] por política exterior deve-se entender o estudo da forma que um Estado desenvolve suas relações com outros Estados, se*

---

<sup>10</sup>. Apud HERNÁNDEZ-VELA, Edmundo. *“Diccionario de Política Internacional”*. México, Porrúa, 1996.. In MARÍÑEZ, Pablo. *“Política exterior de Republica Dominicana”* In <http://www.recaribe.uqroo.mx/recaribe/sitio/contenidos/14/141marinez.pdf>, acessado em 19 de setembro de 2006. Existe uma publicação deste artigo em *RMC*, 14 (2002), 7-79.. p. 14. Todas as citações em outros idiomas que não a língua portuguesa serão traduzidas pelo autor desta dissertação.

*projeta para o exterior, quer dizer, se refere à formulação, implementação e avaliação das opções exteriores, a partir de uma avaliação oriunda no interior do Estado, sem se atentar para as posições da sociedade internacional. Em nenhum caso cabe, pois, utilizar esta denominação como sinônimo de relações internacionais, pois estas se referem a um objetivo muito mais amplo”<sup>11</sup>.*

*“As relações internacionais compreendem tanto a política exterior como a política internacional, sendo que política exterior é a projeção, mais adiante das fronteiras, dos objetivos nacionais de um Estado; sua característica essencial é o interesse nacional; em contra partida a política internacional é o resultado do enfrentamento deste interesse nacional com os interesses nacionais de outros Estados; sua característica essencial é o conflito. A política exterior corresponde ao termo em inglês policy; enquanto política internacional corresponderia ao de politics”<sup>12</sup>.*

Destas definições, interessam-nos os seguintes aspectos. Inicialmente devemos enfatizar que a política externa é uma atividade eminentemente política, o que implica dizer que toda política externa supõe um projeto e uma doutrina que reserve para si desenvolver as diretrizes orientadoras das posições que um Estado deverá ter diante dos fenômenos que ocorrem em escala internacional. Em segundo lugar, compreendemos que se deve inserir no contexto histórico a política externa de todo o país, porque esta é sujeita a modificações, se não a curto, certamente a médio e longo prazo. As transformações sociais, econômicas e políticas de cada país, bem como as mudanças internacionais ou regionais, produzem alterações na política internacional e nas relações internacionais, de modo que os diversos conceitos que englobam estes campos estão sempre em mutação, originando escolas ou correntes novas.

---

<sup>11</sup> Apud ARENAL, Celestino Del. Introducción a las relaciones internacionales. Madrid, Tecnos, 2000. In MARÍÑEZ, Pablo. Op. Cit. 2002, p.14-15.

<sup>12</sup> Apud MORENO PINTO, Ismael. *La diplomacia: Aspectos teóricos y prácticos de su ejercicio profesional*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001. MARÍÑEZ, Pablo. Op. Cit. 2002, p.15

Deve haver, desta maneira, uma relação estreita entre a política externa e a política interna, visto que a primeira é chamada a reforçar e consolidar esta última, sem nunca excluir uma junção estreita entre os dois tipos de política.

É aconselhável determinar a importância que têm os assuntos e os mecanismos em que um Estado é baseado. Para projetar e executar a sua política externa com a intenção de obter os objetivos que têm vislumbrado é, necessário identificar os possíveis apoios e rivais, para que os Estados possam executar sua política externa e realizar suas relações internacionais da maneira mais conveniente possível.

Mesmo sendo um ator de peso, o Estado convive, no sistema internacional, com outros atores e com outras forças que pouco dependem de sua atuação. Ao mesmo tempo, no campo das relações interestatais, que constituem o conjunto das políticas externas, o Estado é o ator básico, sobre o qual os outros interesses têm de estar necessariamente articulados.

Não obstante o Estado alcançar um maior grau de autonomia em momentos de crise sócio-políticas as quais abalem a estrutura da sociedade, ele não deixa de ser subordinado aos interesses da classe detentora do poder hegemônico.

Convém verificar a forma pela qual ocorre à formulação da política externa e identificar, a partir de qual pacto social, se permite a sua implementação. Neste sentido, recorreremos a um referencial teórico que dê forma e conteúdo a dinâmica da relação que se processa entre os diversos grupos, classes e interesses envolvidos na elaboração das diretrizes, que irão conduzir a política externa.

Dessa forma, para tentar apreender, de maneira ampla, o processo de formulação da política externa, é necessário trabalhar com as diversas esferas do Estado que a formulam, Executivo, serviço diplomático, Forças Armadas, setores econômicos, e as esferas da sociedade civil, que procuram, através do Estado, manter, ampliar ou alcançar o poder hegemônico.

É neste sentido, e com base no exposto acima, que consideramos que a melhor abordagem da hipótese e do problema em estudo deva processar-se através da teoria do imperialismo, que pauta, no nosso entender, o relacionamento Estados Unidos-América Latina.

Para, Benjamin J Cohen<sup>13</sup>, por exemplo, imperialismo refere-se "*a qualquer relação de dominação ou controle efetivo, político ou econômico, direto ou indireto, de uma nação sobre outra*"<sup>14</sup>. Foram diversos os autores que teorizaram a respeito do imperialismo, partindo de variados matizes. O primeiro a realizar uma análise sobre o tema, partindo da experiência britânica na África do Sul, foi John Robson. Para este, o imperialismo tinha a sua origem numa distorção do capitalismo, durante o seu processo de amadurecimento. Robson também fora influenciado pela teoria do subconsumo, segundo a qual o capitalismo não evolui devido aos baixos salários pagos aos trabalhadores e as altas poupanças capitalistas. Para este pensador, estes dois fatores geram uma estagnação do consumo de mercadorias, desmembrando-se em um processo de excedente produtivo. Robson entendia o imperialismo como "*uma resposta prática a certo desajustamento dentro do sistema num estágio avançado de desenvolvimento, ou seja, o desequilíbrio entre poupança e consumo, provocado pela distribuição desigual de renda de cada nação*"<sup>15</sup>.

Entretanto, Robson era otimista. Acreditava que o capitalismo, em seu próprio curso de aperfeiçoamento, corrigiria esta distorção, levando a um equilíbrio entre o processo produtivo e o consumo das mercadorias. As diversas interpretações marxistas contribuem da sua forma com o pensamento teorizado por Robson, sem, no entanto, partilharem desse seu otimismo quanto ao processo de desenvolvimento capitalista. Podemos destacar, dentro destas linhas teóricas marxistas, dois pensadores que vieram a formar uma tradição dentro do marxismo. São eles: a socialista alemã Rosa Luxemburgo, representando uma interpretação minoritária, e Lênin, que sistematizou em seus escritos, e tornou-se a teoria majoritária dentro do pensamento marxista, referente ao *modus operandi* e conseqüências do imperialismo.

Para Rosa Luxemburgo, o principal problema do capitalismo era o processo de expansão que se encontrava limitado devido à falta de demanda. Neste sentido, a solução mais eficiente seria a de procurar mercados externos, estando nesta busca o cerne da expansão imperialista, principalmente colonial.

---

<sup>13</sup> COHEN, Benjamin J. *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e dependência*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

<sup>14</sup> Idem, p.21.

<sup>15</sup> Idem, p.43.

Em uma outra vertente encontram-se os escritos de Lênin, para quem o imperialismo foi um desenvolvimento natural desta complexificação do processo de desenvolvimento capitalista, onde os grupos financeiros buscavam novas áreas onde investir seus dividendos, obrigando desta forma cada país *“a desenvolver seu próprios domínios de investimentos externos”*.<sup>16</sup>

Uma terceira linha de interpretação, denominada de interpretação sociológica sobre o fenômeno do imperialismo, encontra-se nos escritos de Joseph Schumpeter.

Para este autor, o imperialismo não era um fenômeno puramente capitalista. A partir de uma análise histórica, o autor provou que existem traços de continuidade entre os diversos processos imperialistas ao longo da história. Nessa linha de pensamento, o processo imperialista capitalista representa uma *“forma de 'atavismo', um vestígio hereditário de uma época passada ou em extinção”*. Para Schumpeter, o imperialismo era antitético ao capitalismo, pois *“o capitalismo era racionalista, e, como o imperialismo era irracional, uma sociedade puramente capitalista aprenderia, no fim, a rejeitá-lo como dispendioso e contrário ao interesse individual”*.<sup>17</sup>

Cohen admite que tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos *“manipulam blocos de Estados clientes, esferas de influência, que podem ser descritas como imperialistas. As esferas de influência, áreas dominadas pelos interesses de uma potência estrangeira, foram sempre uma característica conhecida do sistema de Estado-nação”*.<sup>18</sup>

Para os nossos propósitos, deve ser classificado como imperialismo qualquer ação que envolva a dominação ou o controle político-econômico, seja direto ou indireto, de um país sobre o outro, ou de um grupo nacional sobre outro, dentro das fronteiras nacionais.

Segundo Cohen, o processo de neocolonialismo *“opera de duas maneiras; primeiro, através dos efeitos sobre a dotação e alocação de recursos produtivos; segundo, através dos efeitos sobre o padrão de gastos e despesas. Ambos os tipos de efeito se refletem numa estrutura de preços mundiais, que é sistematicamente viesada a favor dos países do centro metropolitano. Ambos os tipos foram supostamente reforçado pela ascensão da companhia multinacional nos anos recentes”*.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> COHEN. op.cit. p. 47.

<sup>17</sup> Idem. p. 73.

<sup>18</sup> Idem., p.88

<sup>19</sup> Idem., p. 140-141.

Esse mesmo autor aponta para o fato da principal forma de manutenção do novo imperialismo, principalmente na América Latina, ter se desenvolvido a partir da entrada de capitais norte-americanos nas economias nacionais do continente. Para tanto, na América Latina, *“onde as companhias americanas são os maiores investidores estrangeiros, a repartição de lucros para os Estados Unidos tende geralmente a exceder em muito o movimento de entrada de novos capitais americanos na região. Durante a maior parte das décadas de 1950 e 1960, a saída excedeu a entrada líquida na proporção de três para um”*.<sup>20</sup>

Torna-se necessário realizar algumas ponderações. Já foram definidas e apresentadas as diversas linhas de interpretação referentes ao desenvolvimento e maturação do novo imperialismo. A partir destas diferentes e multifacetadas interpretações, podemos considerar que a base deste processo encontra-se no domínio e controle de importantes áreas, principalmente da economia, envolvidas no processo de desenvolvimento das nações através da concessão de empréstimos e ajudas financeiras. No entanto, tais teorias não explicam de forma satisfatória as determinações de *poder* e suas relações diretas ou indiretas, com a atuação do *“novo imperialismo”*.

Um tema subjacente à questão do *“novo imperialismo”* refere-se ao *“problema prático que cada Estado enfrenta em traduzir o objetivo básico da segurança nacional, numa estratégia operacional de política externa”*.<sup>21</sup>

Nesse sentido, as diretrizes que iram orientar a política externa, e iram dar as nuances de suas linhas mestras, encontram-se profundamente enraizadas em relações coletivas. Tais relações envolvem, no seu bojo, diversos grupos, muitas vezes antagônicos, que participam ou influem no processo de formulação da política externa devido aos seus amplos interesses, tanto internos quanto externos, assim como às distintas concepções referentes aos interesses nacionais. Estes se encontram, direta ou indiretamente, relacionados aos seus interesses particulares.

Cohen, afirma que, *“na medida em que o interesse é institucionalizado, o interesse particular traduz-se em poder político e dos processos governamentais de tensão e conflito*

---

<sup>20</sup>COHEN, op. cit., p.147.

<sup>21</sup>Idem, p.214

*emerge a política externa do Estado - um consenso de propósitos e ações que são essencialmente os produtos finais de um sistema de relações internas de poder”.*<sup>22</sup>

Para as necessidades deste trabalho, entendemos os conceitos de “dominação” e “dependência” como sendo manifestações do “poder” de um Estado e componentes da política de poder. Estes dois conceitos formam o cerne do “novo imperialismo”, pois é a partir da atuação deste binômio (“dominação-dependência”) que a política internacional, dentro do bloco ocidental, irá articular-se, sendo estes conceitos as molas mestras da política norte-americana. Neste sentido, as relações desenvolvem-se de forma assimétrica, através da interdependência, “*implicando assim automaticamente um grau de influência para os participantes*”<sup>23</sup>. Tal relacionamento passa pelo reconhecimento da capacidade de determinados Estados de manipular e influenciar o comportamento de outras nações.

Ainda seguindo o pensamento de Cohen, define esse autor a raiz do processo imperialista como sendo oriunda do anárquico sistema internacional. Por tal característica, “*as nações cedem às tentações de dominação porque são levadas a maximizar a sua posição individual de poder, (...) porque estão fundamentalmente preocupadas com o problema da segurança nacional. (...) A lógica de domínio deriva diretamente da existência de soberanias nacionais concorrentes. O imperialismo provém diretamente desse defeito crucial na organização externa dos Estados*”.<sup>24</sup>

Na percepção de Harry Magdoff<sup>25</sup>, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a subsequente bipolarização do mundo, os Estados Unidos passaram a exercer o papel de nova potência imperialista, dentro da sua área de controle. As novas instituições financeiras e políticas (ONU, OEA, FMI, Banco Mundial) exerceram um papel fundamental nesse processo de consolidação do poder americano e do novo sistema imperialista.

Esse autor assevera que dois fatores - a ampliação da assistência militar e os investimentos financeiros - foram de fundamental importância para a consolidação da liderança ocidental norte-americana.

Em primeiro lugar, os diversos acordos diplomáticos, principalmente os que visavam à constituição de cinturões defensivos, como é o caso do TIAR e da OTAN; em

---

<sup>22</sup>Idem, p.214.

<sup>23</sup>Idem, p.229.

<sup>24</sup>Idem, p.223.

<sup>25</sup>MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos*. São Paulo. Editora Hucitec: 1978.

segundo, e subjacente a estes acordos, a proliferação e ampliação das diversas formas de assistência militar, através da venda e concessão de armamentos e treinamento militar, situação que levou a uma ampliação da presença militar norte-americana nos países assistidos.

Como fica evidente na tabela abaixo<sup>26</sup>:

Continentes / Países	Número de países nos quais estão representadas as Forças Armadas dos Estados Unidos
América Latina	19
Ásia Oriental (Incluindo Austrália)	10
África	11
Europa	13
Oriente Próximo E Sul Da Ásia	11
Total	64

A ampliação de investimentos concretizou-se através de planos de reconstrução, como o Plano Marshall; através de investimentos diretos nos diversos sistemas fabris e de serviços, principalmente na América Latina; e ainda através da concessão de empréstimos via FMI, Banco Mundial, ou as diversas filiais financeiras norte-americanas espalhadas pelo ocidente. O conglomerado financeiro norte-americano sofreu uma drástica expansão pelo mundo Ocidental, ampliando e amalgamando os laços de dependência econômica de diversas nações.

Como a tabela abaixo demonstra<sup>27</sup>:

#### **Investimentos Diretos no Exterior em Manufaturas (Milhões de \$)**

Todas as áreas	1950		1966	
	Dólares	Porcentagem total	Dólares	Porcentagem total

<sup>26</sup> Fonte: Dados da Agência de Desenvolvimento Internacional, U.S. Overseas loans and grants, obligations and loan authorizations, 1 de julho de 1945 a 30 de julho de 1967, Washington, D.C., 29 de março de 1968. In MAGDOFF, Harry. *a era do imperialismo: a economia da política externa dos estados unidos*. São Paulo, editora Hucitec, 1978, p. 45.

<sup>27</sup> Fonte: Departamento do comércio, United States Business Investment In Foreign Countries, Washington, D.C., 1960, e Walther Lederer e Frederick Culter, International Investments of The United States em 1966, em Survey of Current Business, setembro 1967. In MAGDOFF, Harry. *a era do imperialismo: a economia da política externa dos estados unidos*. São Paulo, editora Hucitec, 1978, p.65.

Canadá	1.897	49,5	7.674	34,8
México	133	3,5	797	3,6
Argentina	161	4,2	652	3,0
<b>Brasil</b>	<b>285</b>	<b>7,4</b>	<b>846</b>	<b>3,8</b>
Europa	932	24,3	8.879	40,3
África do Sul	44	1,1	271	1,2
Índia	16	0,4	118	0,5
Japão	5	0,1	333	1,5
Filipinas	23	0,6	180	0,8
Austrália	98	2,6	999	4,5
Todas as Áreas	\$3,831	100%	\$22,050	100%

Desta forma, os Estados Unidos foram capazes de impor ao bloco ocidental as suas concepções político-ideológico-financeiras. Ampliou-se, principalmente durante as décadas de 60 e 70, a desigualdade sócio-econômica entre os países desenvolvidos e aqueles em processo de desenvolvimento. Estes últimos, na sua grande maioria, encontravam-se em um processo de substituição de importações, e as suas economias ainda estavam atreladas, em grande medida, à exportação de gêneros agro-industriais.

Através dos programas de ajudas econômico-militares, os Estados Unidos exerceram e mantiveram o controle, tanto político quanto econômico, dos países que se encontram em sua área de influência. Nas palavras do ex-presidente John Kennedy “*a ajuda externa é o método pelo qual os Estados Unidos mantêm uma posição de influência e controle no mundo e sustentam muitos países que, definitivamente, entrariam em colapso ou passariam para o bloco comunista*”.<sup>28</sup>

Magdoff interpreta que há uma ligação direta entre as vastas concessões, realizadas através de empréstimos e ajuda econômico-militar, e o estabelecimento de acordos de defesa e alianças militares. Neste sentido, o auxílio dado pelos Estados Unidos aos demais países do bloco ocidental possuía uma intenção direta - “ou é militar ou tem objetivos políticos imediatos”.<sup>29</sup>

No tocante à questão militar, o auxílio fornecido pelos norte-americanos englobava diversos universos, desde a uniformização das Forças Armadas ocidentais, adequando-as aos padrões de treinamento e doutrina norte-americana. Esta atuação perpassa também pela

<sup>28</sup> Apud. Discurso do presidente John F Kennedy perante o Clube Econômico, New York City, dezembro de 1962, segundo citação do Comitê de Relações Exteriores, Senado dos Estados Unidos, *Some Important Issues in Foreign Aid* (Relatório preparado pelo Serviço de Referência Legislativa da Biblioteca do Congresso), Washington, D.C., 1966, p.15 In MAGDOFF, Harry. *Op.Cit.*, 1978, p.126.

<sup>29</sup> MAGDOFF *op.cit.* p. 133-134.

manutenção e em alguns casos até mesmo a constituição de tais forças, em países onde as mesmas eram inexistentes ou incipientes. Some-se a isso a constituição de um vasto complexo de defesa ocidental, composto de bases militares, postos de radar e bases de lançamento de foguetes.

Para confirmar a nossa argumentação, transcrevemos a assertiva feita por um dos coordenadores da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID):

*“Acesso permanente a bases militares e outras facilidades estratégicas localizadas em determinados países em desenvolvimento; conservação das ligações com aliados formais e aumento da capacidade defensiva desses aliados; procrastinação do reconhecimento da China comunista e de sua admissão nas Nações Unidas; desencorajamento do comércio, particularmente de produtos estratégicos, com a China comunista, Cuba e Vietnã do Norte; de modo mais geral, quanto à posição da política externa dos países em desenvolvimento, encorajamento da independência ou de um alinhamento pró-ocidente.”*<sup>30</sup>

O ex-secretário de Defesa Robert McNamara, em um relatório apresentado ao Congresso Norte-americano, fornece uma importante e interessante análise quanto à necessidade e utilidade dos acordos e auxílios militares para a América Latina.<sup>31</sup>

Em suas palavras:

*“As tensões sociais, a distribuição desigual da terra e da riqueza, as economias instáveis e a falta de uma estrutura política de bases amplas, criam uma perspectiva de instabilidade contínua em muitas regiões da América Latina. A solução para esses e para outros problemas associados, se é que é possível encontrar alguma, está na Aliança para o Progresso, à qual nós e nossos amigos latino-*

---

<sup>30</sup> Apud NELSON, Joan M. *Aid, Influence and Foreign Policy*. New York, Macmillan, 1968, p. 11. In MAGDOFF. Op.Cit., p. 127.

<sup>31</sup> MCNAMARA, Robert. *The essence of security; reflections in office [by] Robert S. McNamara*. New York, Harper & Row, 1968.

*americanos estamos consagrando grandes recursos. Mas as metas da Aliança só podem ser conseguidas dentro de um quadro de referências de lei e ordem”.*<sup>32</sup>

McNamarah prossegue elencando as principais ameaças à lei e à ordem existentes no Continente americano. Segundo ele, o Congresso Tricontinental, junto com os esforços levados a cabo pela URSS, com o auxílio de suas bases na América Latina (os diversos partidos comunistas latino-americanos) tinham o intuito de espalhar a guerra revolucionária e os atos de subversão; soma-se a isso a penetração dentro de grupos estudantis e de intelectuais de idéias marxista-leninistas, e a tentativa destes grupos de controlarem os movimentos operários e camponeses. Deste processo decorre a necessidade de se fazer frente a tal ameaça, principalmente através da ampliação dos programas de assistência militar e econômica à América Latina. Nesse sentido, *“o principal objetivo na América Latina é a ajuda, onde necessário, no desenvolvimento contínuo das forças militares e paramilitares, capazes de promover, em conjunto com a polícia e outras forças de segurança, a necessária segurança doméstica”.*<sup>33</sup>

O secretário de Defesa ainda acrescenta que:

*“provavelmente a maior compensação do nosso investimento em assistência militar provém do treinamento de oficiais selecionados e de especialista-chave em nossas escolas militares e centros de treinamento. Esses estudantes são escolhidos a dedo pelos seus países, a fim de se tornarem instrutores, ao voltar. São os líderes do futuro, os homens que possuirão o ‘know-how’, para transmiti-lo às suas forças. Não preciso sublinhar o valor de possuímos em posições de liderança homens que tenham conhecimento atualizado sobre a maneira de proceder e pensar dos norte-americanos. Não tem preço, para nós, fazer desses homens nossos amigos”.*<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Idem, p.114.

<sup>33</sup> Idem, p.117.

<sup>34</sup> Idem, p.119.

Passemos a analisar alguns dos fatores econômicos, componentes das ajudas e empréstimos, realizados para a América Latina, dentro da óptica do “*novo imperialismo*”.

Este processo desenvolveu-se de diversas formas. O capital financeiro atuou nos diversos países da América Latina através da fixação de filiais financeiras, principalmente bancárias, da compra ou instalação de empresas de bens manufaturados e serviços, como indústrias automobilísticas, empresas de mineração, petrolíferas e de telecomunicações. Só como exemplo citamos, no caso brasileiro, a *AMFORP* e a *Hannah Minning Co.* Estas empresas eram de capital norte-americano, e serão mais bem analisadas no corpo do trabalho. Outras formas de auxílio financeiro eram oriundas de empréstimos realizados pelo FMI, Banco Mundial, Aliança para o Progresso e alguns grupos financeiros. No entanto, partes substanciais destas divisas já ingressavam no país com orientações diretas para sua utilização. Citamos o caso de empréstimos oriundos da Aliança para o Progresso, destinados à construção de infra-estrutura, como escolas e estradas, ou mesmo empréstimos realizados pelo FMI, vinculados ao pagamento de indenizações a empresários norte-americanos pela nacionalização de suas empresas.

Devido à ameaça crescente dos processos de nacionalização que se desenvolviam em diversos países da América Latina (vide caso brasileiro durante o governo de João Goulart com as empresas de mineração e telecomunicações), estes empréstimos e auxílios passaram a ser atrelados a um Programa de Garantia de Investimentos. Esse programa previa um seguro contra perdas decorrentes de nacionalizações, e impossibilidade de conversão da renda para dólares, para aquelas corporações e cidadãos norte-americanos que investissem no estrangeiro.<sup>35</sup>

Uma outra forma que garantia às empresas norte-americanas um bom mercado estava ligada aos acordos militares, pois, como dissemos, a tentativa de criação de um padrão ocidental de equipamentos militares gerava um ciclo duradouro, através do qual tais exércitos encontravam-se presos aos fornecedores norte-americanos desses equipamentos.

---

<sup>35</sup> Devido a pressões exercidas pelo governo dos Estados Unidos, todos os países em desenvolvimento que desejassem negociar e receber investimentos norte-americanos deveriam, tornarem-se signatários deste programa. “Nenhuma assistência será concedida sob este Ato após 31 de dezembro de 1965 a governos de país menos desenvolvido que tenha deixado de entrar em acordo com o presidente para instituir o programa de garantias de investimento, que provê contra o risco específico de inconversibilidade e expropriação ou confisco”. In Foreign Assistance Act of 1963.  
<http://www.law.cornell.edu/uscode/topn/F.html>

Partindo dessa definição moderna de imperialismo, que forma o quadro global dentro do qual se insere nosso trabalho, consideraremos agora a noção de dependência. Para nós, pode haver dependência sem imperialismo, mas não imperialismo sem dependência. Para ilustrar melhor esta afirmação, julgamos oportuno citar, a propósito, Ianni:

*“Na medida em que a América Latina continua a ser uma área de influência e manobra dos Estados Unidos, os países latino-americanos, individualmente ou em grupo, somente se definem em suas relações externas a partir dos Estados Unidos. Seja por adesão, seja por oposição, quando esta ocorre, as doutrinas, decisões e ações dos governantes dos países da América Latina continuam a ser profundamente determinadas, mais ou menos decisivamente, pelas doutrinas, ações e decisões dos governos dos Estados”*.<sup>36</sup>

Por fim, cabe não ignorar os eventuais benefícios que os EUA procurariam obter no Hemisfério de seu relacionamento mais estreito e até talvez preferencial com o Brasil, durante o período em estudo.

Washington pareceu privilegiar relações bilaterais com os países latino-americanos em detrimento das multilaterais, a fim de procurar dividi-los e fortalecer seu domínio. Conforme Ianni, essa política *“enfaticava a importância da Argentina, Brasil e México, como países-chave da região cujo comportamento, acreditava-se, influenciara os outros países de forma decisiva”*<sup>37</sup>.

Como podemos observar, o “novo imperialismo” utilizava-se da “dependência”, principalmente econômica, para exercer sua dominação. Apresentaremos sinteticamente o que entendemos como sendo o conceito de dependência. Para tanto, baseamo-nos nos escritos de Carlos Eduardo Martins<sup>38</sup>, na sua síntese sobre os principais teóricos desta

<sup>36</sup> IANNI, Octávio. *Imperialismo na América latina*. Rio de Janeiro. Civilizações Brasileiras: 1974.p.3

<sup>37</sup> CEBRAP *Diplomacia e Imperialismo na América latina*. São Paulo CEBRAP: 1973.p.76 eSS

<sup>38</sup> MARTINS, Carlos Eduardo. *O pensamento latino-americano e o sistema mundial*. In <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/critica/C03CMartins.pdf> . acessado em: 19-02-2007. p. 170-172.

temática no continente latino-americano. *Pari pasu* com o debate da formação e evolução do “novo imperialismo”, desenvolvia-se um debate referente à questão da “dependência”. Ela será exposta nas obras de Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto que oferecerão definições clássicas da situação de dependência. Entretanto, se houver relativa convergência na identificação da situação de dependência, as diferenças se farão presentes na interpretação de sua dinâmica, dos seus padrões de desenvolvimento e das alternativas que a ela se apresentam.

Segundo Carlos Eduardo Martins, “as teorias da dependência significaram um salto na compreensão da realidade latino-americana. A problemática do atraso e do subdesenvolvimento era percebida como tendo sido derivada de heranças históricas, como a colonização e decisões internas equivocadas que beneficiavam grupos parasitários em detrimento da nação. Estes países, ao assumirem sua condição nacional, deveriam superá-los e corrigi-los. Essa retificação não implicava um choque com estruturas internacionais, mas sim com grupos sociais e mentalidades internas”.<sup>39</sup>

O autor enfatiza que tais medidas tratavam de superar uma especialização produtiva que em longo prazo se revelou deletéria, de subordinar o tradicionalismo ou de controlar pela austeridade as tentações ao consumo que a escassez impulsionava.

O enfoque da dependência colocou a questão sob outro prisma, assinalando que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada constituída por classes e grupos sociais que se articulavam em seu interior, mas que pertenciam, muitas vezes, a estruturas jurídico-políticas distintas. Esta divisão do trabalho se expandia e implicava a circulação de capitais e de mercadorias em seus limites.

Martins enfatiza que os “países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam esta circulação e tendiam a ajustar seus aparatos produtivos, comerciais e financeiros a ela. As decisões estavam condicionadas pela economia mundial capitalista e as classes dominantes dos países dependentes respondiam positivamente a esses condicionamentos”.<sup>40</sup>

Desta forma, o que estava em disputa era o controle do Estado nacional, importante recurso para suavizar as debilidades e buscar melhores condições de inserção mundial.

---

<sup>39</sup> *Idem.*, p. 171.

<sup>40</sup> *Idem.*, p. 172.

Os grupos internos eram também internacionais e o seu desenvolvimento não implicava a reprodução dos padrões de existência dos países centrais. A reprodução da dependência era também a de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada. Ela significava a existência de uma estrutura econômica, social, política e ideológica simultaneamente nacional, internacional e específica dentro da economia mundial. E o subdesenvolvimento se estabelecia, não como não-desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial.

Destarte, “*imperialismo*”, “*dependência*” e “*aliado preferencial*” são conceitos relacionados entre si que estão presentes no marco teórico da nossa pesquisa, e que irão direcionar as ações e o imaginário político brasileiro, não apenas ao longo do período estudado, mas com forte influência anterior e posterior. Nesse sentido, a definição da linha interpretativa em torno da teoria do imperialismo e do seu reflexo na idéia de “*aliado preferencial*”, direcionarão o movimento pendular realizado pela Política Externa Brasileira, ora aproximando-se mais dos Estados Unidos, ora buscando novos atores para complementar seus objetivos políticos e econômicos.

O que podemos depreender disso tudo é que o novo regime, que se alçou ao poder em 1964, irá transitar por este com texto político econômico, e suas definições sócio políticas serão profundamente influenciadas e orientadas pelo conceito de “*dependência*” que, como pudemos observar, estava diretamente atrelado ao “novo imperialismo” e às diversas formas de atuação deste.

Outra característica será a vinculação e ênfase dada pelo novo regime brasileiro ao ocidente, demonstrando forte aproximação com os ideários políticos-ideológicos emanados de Washington.

### 1.3. Estrutura do trabalho

O presente trabalho segue uma estrutura que indicaremos a seguir. No primeiro capítulo buscamos realizar um balanço histórico da evolução das duas principais vertentes da política externa brasileira, definidas como americanismo ou independentismo. Apresentamos a reformulação realizada pelo novo regime, de conceitos tradicionais como “não-intervenção” e “soberania”, bem como a aplicação do conceito de “interdependência”

e as formas pelas quais as “teorias revolucionárias” foram empregues de forma sistemática na elaboração da política externa. E as críticas a tal política.

Iniciamos o segundo capítulo apresentando uma breve análise da temática da intervenção, tendo como base a ação norte-americana no continente, desde o início do século XX; apresentaremos a evolução dos diversos processos intervencionistas, até o final da Guerra Fria. Posteriormente, nos debruçaremos sobre o mosaico que se tornou a crise dominicana, ressaltando seus fatores históricos e a atuação da Organização dos Estados Americanos e do governo brasileiro no processo de pacificação e restabelecimento da ordem neste país.

Já no terceiro capítulo analisaremos o processo decisório interno, empreendido pelos diversos níveis do governo brasileiro, na intenção de revestir de características legais e democráticas o apoio oferecido ao governo norte-americano. Buscaremos exhibir as várias formas de oposição dentro do processo legal e de outros grupos como intelectuais e os próprios grupos militares.

Já na conclusão buscamos realizar um somatório e um balanço de todos os argumentos e posições expostos no decorrer do trabalho. Realizamos uma breve comparação com a participação brasileira em uma força de paz, que vem atuando no Haiti, desde 2004, a qual possui similitudes com o caso analisado neste trabalho.

## CAPÍTULO 1

### **EM BUSCA DO NORTE: a readequação da política externa brasileira aos novos tempos**

A crise que se se instaurou nos finais do mês de março de 1964, no Brasil, representou o desfecho de uma profunda luta envolvendo projetos que disputavam o poder e que se encontravam, nos momentos anteriores a ele, em situação de instável equilíbrio.

A solução advinda com o Golpe de 1964<sup>41</sup> veio acompanhada da instauração de um regime militar, apoiado por civis, que imprimiu um modelo de desenvolvimento econômico gestado e idealizado por aquele novo bloco de poder que estava se assenhoreando do país. O modelo político-econômico populista, vigente até então, foi interrompido para ceder espaço a uma modernização conservadora: modernização, porque procurava consolidar a implantação das relações capitalistas no Brasil; conservadora, porque negava, a boa parcela da população, os benefícios econômicos e políticos advindos dessa mesma modernização<sup>42</sup>. Assim, o golpe militar (e a implantação de seu regime) alterou o equilíbrio de forças e introduziu uma reorientação no curso histórico do país, tanto na sua esfera interna quanto externa.

Neste capítulo, temos o intuito de realizar uma revisão bibliográfica. Através desta discussão, pretendemos demonstrar que o retorno ao primeiro plano das relações políticas e econômicas com os Estados Unidos da América, fez parte, em uma perspectiva de longa duração e até certo ponto cíclica, de uma das bases orientadoras da Política Externa Brasileira.

---

<sup>41</sup> Doravante denominado “Golpe de 1964”. Optamos por esta denominação tanto para ressaltar a importância do grupo civil envolvido no Golpe quanto para desmistificar a “visão” de que o processo iniciado a partir de abril /maio de 1964 tenha sido engendrado e levado a cabo apenas por militares. Vide DREIFUSS, Rene Armand. *1964 :a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis. Vozes: 1981.; BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares” In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2003. Coleção O Brasil Republicano; v.4. e SILVA, Hélio. *1964: Vinte Anos de Golpe Militar*. Porto Alegre. L&PM Editores: 1985.

<sup>42</sup> MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia : senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa. Cosmos: 1975.

Estes entrelaçamentos das orientações dadas pelos formuladores e implementadores da Política Externa brasileira estiveram em maior ou menor proporção, sempre relacionados diretamente com a maneira que os Estados Unidos conduziram a sua Política para o Continente e para o Mundo.

Em seguida, apresentaremos o desenrolar da Crise Dominicana, expondo da forma mais sucinta possível os principais acontecimentos. Nesse sentido, o peso conferido à inicial participação norte-americana e à posterior adesão brasileira se dará com base nos documentos originados durante o conflito: passaremos a vista por relatórios de ambas as embaixadas em Santo Domingo, por análises produzidas pela Organização dos Estados Americanos, e nos remeteremos a opiniões públicas ou particulares fornecidas pelos envolvidos diretamente na Crise e nas tentativas de sua solução.<sup>43</sup>

### 1.1 – Uma política cíclica: entre a “independência” e o “americanismo”

Seguindo uma perspectiva de longa duração, podemos observar que a política externa brasileira sempre foi orientada a partir da intenção do país se afirmar como um centro de poder (mesmo que apenas em nível regional) tanto político quanto econômico, tendo as relações com os Estados Unidos, o papel de grande “fiador” dessas intenções. Este país representou e representa, principalmente no setor econômico, o maior ou um dos maiores mercados para a produção agrário-industrial brasileira, bem como um dos grandes “avalistas” de empréstimos ao governo brasileiro.

Se retornarmos ao período do Barão do Rio Branco, encontraremos, já nessa época, a idéia do Brasil como um potencial “*aliado preferencial*” do grande irmão do Norte. Para evitarmos, uma análise muito extensa, que acabaria por fugir ao escopo do nosso trabalho, iniciaremos o nosso exame a partir do governo do General Eurico Gaspar Dutra e culminaremos com o governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

---

<sup>43</sup> Nosso trabalho ficou, de certa forma, fragmentado, por não termos acesso a uma versão completa da retórica Oficial, devido principalmente à recusa e a diversos empecilhos gerados por parte do Ministério das Relações Exteriores, no acesso a documentos “classificados” produzidos no período. Tais documentos pela lei de abertura dos arquivos, já deveriam encontra-se livres ao acesso público, fato que não se concretizou. Por isso, tentamos completar as lacunas geradas por esta falta de documentação a partir da “visão” e dos relatos fornecidos pelo governo norte-americano em seus diversos documentos oficiais, bem como entrevistas concedidas à imprensa e ao Lyndon Johnson Archive pelos membros desse governo envolvidos na Crise Dominicana.

Dentro do mosaico que compõem as várias nuances da Política Externa Brasileira desde 1940 até meados dos anos de 1980, podemos agrupá-las a estas em duas grandes vertentes: uma, que adotaria uma postura de viés mais “*internacionalista*” ou “*independentista*”; outra, mais identificada com o fortalecimento das relações com os Estados Unidos da América, orientada por uma suposta e pretendida “*aliança especial*”.<sup>44</sup>

No entendimento de Paulo Fagundes Vizentini<sup>45</sup>, a característica fundamental adotada pelo governo Dutra seria representada pelo “*alinhamento incondicional*” com o governo norte-americano. Nesta perspectiva, os formuladores da política brasileira esperavam, e até certo ponto acreditavam, na “*mítica*” idéia de “*aliado preferencial*”, o que, vis a vis, traria vantagens econômicas para o Brasil.

Porém, as intenções do governo dos Estados Unidos, no período subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial, estavam voltadas para dois objetivos: o primeiro, o fim ou a minimização das barreiras alfandegárias e restrições ao livre fluxo comercial e financeiro; o segundo, a reconstrução da Europa ocidental. Nesta perspectiva, a América Latina como um todo, e em especial o Brasil, tornaram-se atores de segunda grandeza dentro do palco de interesses norte-americanos.

Uma outra característica que vai possibilitar esta remodelação do cenário continental será o peso da Organização dos Estados Americanos dentro do contexto da Guerra Fria, e as diversas limitações impostas a seus signatários. Vizentini aponta para duas características - a primazia da OEA e a “*questão democrática*”, que passaram a ter grande relevo dentro da nova estrutura político-relacional que se configurava no continente.

---

<sup>44</sup> LIMA, MARIA Regina Soares de. “*Ejes analíticos y conflicto de paradigmas em la política exterior brasileña*”. América Latina Internacional. Otoño-Invierno: 1994, vol 1, n. 2, 27-46. O paradigma “globalista” desenvolveu-se durante as décadas de 1950 e 1960, num padrão que teve como base a diversificação das relações entre o Brasil e o Mundo, dentro do contexto da Guerra Fria. Neste paradigma, o Brasil vislumbrava a possibilidade de capitanear mais recursos (tanto políticos quanto econômicos) ao defender uma postura mais atuante no cenário internacional. Foram características deste padrão as confrontações à idéia dos Estados Unidos como “*carro chefe*” da política exterior e as críticas realizadas às “características restritivas da macroeconomia internacional”. Nesse sentido, passaram-se a intensificar-se as relações no eixo Sul-Sul, com uma diminuição da ênfase dada as relações no eixo Norte-Sul, que passaram a ser orientadas por uma tentativa de “*articulação negociada entre as pequenas e médias potências*”; buscou-se o desenvolvimento de uma capacidade industrial autônoma, incorporando a esta proposta as reformas necessárias das “relações econômicas internacionais”, dentro do modelo cepalino, para a América Latina, de modo a tornar mais viável o progresso e o fortalecimento político-econômico dos países em desenvolvimento. Já o paradigma da “*aliança especial*” baseava-se na idéia de que diminuindo os pontos de “*fricção*” e litígio entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, existiriam “*privilégios*” e “*vantagens*” oriundas desta linha política.

<sup>45</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis. Vozes: 2004. e *Relações Internacionais e Desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis. Vozes: 1995.

A primazia que se conferia à Organização no tocante a disputas regionais gerou um relativo isolacionismo dos países do continente, a partir do instante em que se optou pela atuação da OEA em detrimento à mediação das Nações Unidas para se solucionar qualquer tipo de contencioso que emergisse dentro do continente. O segundo fator refere-se ao modelo político. A democracia liberal dentro deste entendimento era o único modelo aceitável e verdadeiro; todos os outros tipos políticos, como os de viés nacionalista, reformista e socializantes, eram identificados como regimes pró-soviéticos, e deveriam ser combatidos e, se necessário fosse, substituídos por “*ditaduras purificadoras*”.

Mesmo com todo o seu “*fervoroso*” e até certo ponto extremo norte-americanismo, o governo Dutra obteve poucas vantagens a partir das relações bilaterais. Um marco importante a ser ressaltado durante esse governo foi à assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que fortalecia o sistema regional através da adoção de mecanismos de manutenção da paz e segurança hemisférica. O governo brasileiro de então se supunha superior aos demais países latino-americanos, devido ao apoio fornecido durante a Segunda Guerra Mundial.

No pleito eleitoral realizado em outubro de 1950 ascende ao poder, pela segunda vez, Getúlio Vargas. Seu governo é marcado por diversas crises políticas, que vão aos poucos desgastando as suas bases de apoio. Estas crises caracterizaram-se pelo embate entre duas fortes linhas políticas, uma identificada com o “entreguismo”, e a outra marcada por um forte viés nacionalista.

No plano externo, Vargas buscou desenvolver um “*alinhamento negociado*” com os Estados Unidos, onde o Brasil forneceria suporte, principalmente político, às questões estratégicas norte-americanas; em contra-partida, aquele forneceria auxílios econômicos para os projetos desenvolvimentistas brasileiro. Porém, como esta política não alcançava os objetivos esperados pelo governo varguista, optou-se por adotar uma segunda linha de atuação externa onde se buscava “*tirar proveito de possíveis espaços e, através de uma atitude de relativa independência e contestação, obter a chance da barganha*”<sup>46</sup>.

Um exemplo dessa “*barganha*” com os Estados Unidos é a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada a partir de proposta brasileira. Esta Comissão tinha o intuito de analisar e identificar os pontos de estrangulamento do processo desenvolvimentista

---

<sup>46</sup> VIZENTINNI, o.cit. p. 43.

brasileiro e capitanear empréstimos e investimentos, que se dariam entre os capitais externos, via Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (B.I.R.D.) e o Export and Import Bank (Eximbank) e recursos nacionais que seriam administrados pelo recém criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Seguindo a análise de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno<sup>47</sup>, o fim da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1953, representou o fim e o “*sepultamento*” do mito do “*relacionamento especial*” entre estes dois países. No entanto, tal pensamento continuará permeando o imaginário dos elaboradores da política externa brasileira durante muito tempo.

Mesmo a tentativa de diversificação das áreas de interesse, empreendida pela política externa brasileira como medida para suprir as necessidades de capitais externos a partir da busca de brechas dentro do cenário internacional mostrou-se pouco produtiva. No contexto do início da década de 1950, a Europa e a União Soviética encontravam-se em reconstrução e os países da África e da Ásia iniciavam, timidamente, seus movimentos de independência.

No entendimento de Vizentini, a política adotada por Getúlio Vargas, representou a procura por meios de “*atrair a atenção dos EUA e negociar seu realinhamento em novas bases que permitissem o desenvolvimento*”<sup>48</sup>. No entanto, tal objetivo não foi alcançado.

Após várias crises políticas internas, as quais escapam ao escopo deste trabalho, o governo de Getúlio Vargas chega ao seu término, com a conotação dramática do suicídio do presidente. Sucedendo-o, assume seu vice, João Fernandes Campos Café Filho.

Para Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, a característica mais marcante do breve governo de Café Filho (agosto de 1954 até 31 de janeiro de 1956) foi ter representado um “*hiato*” na linha evolutiva da política externa brasileira, por caracterizar-se por uma retomada aos padrões do “*americanismo*” do período de Dutra, onde as relações com outros países e regiões eram entendidas quando muito pelo viés econômico.

Torna-se presidente, no ano de 1955, o político mineiro Juscelino Kubistchek. Ao assumir seu mandato, Juscelino enfrenta sérias crises políticas internas e um cenário externo que passava por profundas transformações. Após superar a crise de sua posse, desencadeada por uma tentativa frustrada de golpe civil-militar, o novo presidente buscou

---

<sup>47</sup> CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo. Ática 1992.

<sup>48</sup> VIZENTINNI, Op.Cit., p. 80.

delinear uma política voltada para o desenvolvimentismo e para a reestruturação de suas bases de apoio.

No contexto externo, a Guerra Fria iniciava uma nova fase, na qual a idéia de convivência pacífica entre as duas grandes potências tornara-se o pilar de seu relacionamento. Tentava substituir-se o enfrentamento direto por uma política mais branda, sob a motivação de, entre outros motivos, a reestruturação econômica da Europa Ocidental e do Japão e a afirmação, dentro da esfera dos países ocidentais desenvolvidos, do “*American Way of Life*”. No mesmo sentido, o bloco socialista passava por mudanças estruturais e uma remodelação do seu sistema, devido ao processo de desestalinização, o que gerou crescimento econômico e uma certa estabilidade dentro do bloco. Os países do Terceiro Mundo buscavam formas de inserção dentro deste cenário, ampliando as iniciativas multilaterais e os movimentos nacionalistas e de descolonização.

Nesse novo contexto, os Estados Unidos implantam uma nova linha de ação, baseada na Doutrina Eisenhower (1957), a qual objetivava reprimir o nacionalismo emergente dos países periféricos. Alicerçado nesta nova doutrina, o governo norte-americano realizou intervenções militares no Oriente Médio, na Ásia Oriental e exerceu fortes pressões na América Latina.

Era neste ambiente externo que o novo governante do Brasil iria procurar implantar seu projeto desenvolvimentista. Podemos dividir a política externa do governo de Juscelino Kubitchek em duas fases; a primeira seria da sua posse até 1958 e a segunda de 1958 até 1961. O primeiro período foi marcado por um alinhamento pleno com o bloco Ocidental, num abandono da “*barganha diplomática*” levada a cabo por Getúlio Vargas.

Vizentini interpreta esta fase como tendo sido marcada pela “*ausência de uma política externa minimamente autônoma e ativa como instrumento do desenvolvimento econômico*”<sup>49</sup>. Neste processo houve o distanciamento dos movimentos Terceiro Mundistas e um acentuado afastamento das relações com o bloco soviético. Observou-se uma ampliação dos acordos por um lado bilaterais com os Estados Unidos, sendo um bom exemplo a instalação de uma base para rastreamento de foguetes na ilha de Fernando de Noronha; e por outro multilateral, com os países da Europa Ocidental, assim como uma tentativa de ampliação da sua participação na Organização das Nações Unidas (ONU)

---

<sup>49</sup>Idem., p. 136.

através do envio de tropas brasileiras para a composição de uma Força de Paz destinada a intervir no conflito de Suez.

No campo socialista, as relações limitaram-se às trocas econômicas. No tocante ao continente Americano, a ação política foi voltada para a valorização do crescimento econômico brasileiro, em detrimento das demais linhas de cooperação estabelecidas anteriormente. Relegaram-se ao segundo plano as iniciativas de criação de um Mercado Comum Latino-americano, e as relações tornaram-se quase que meramente comerciais. Em linhas gerais, essa fase da política externa buscava atrair investimentos estrangeiros, ao demonstrar que o Brasil era um país vantajoso para tais iniciativas. Mostrando um “*bom comportamento*” por parte das elites e um alinhamento aos pressupostos indicados e “sugeridos” por Washington, esperava-se conseguir um aumento nas divisas e uma ampliação das vantagens financeiras e militares oferecidas, em decorrência desta postura.

A partir de meados de 1958, o “*milagre desenvolvimentista*” começa a perder sua pujança. As pressões exercidas pelo capital externo, que reivindicava maiores facilidades para sua inserção; a Revolução Cubana, que levou o governo norte-americano a reavaliar e alterar sua política para o continente; a criação da Comunidade Econômica Européia, que representou uma diminuição no mercado existente para os produtos agrário-indústrias brasileiro; e a intensificação dos movimentos nacionais na África e Ásia, que demandavam uma maior atenção e compunham um novo espaço de disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, direcionando recursos financeiros para tais iniciativas são alguns dos fatores externos que influenciaram esse declínio. No campo interno, a diminuição do crescimento industrial gerou um aumento da inflação, do custo de vida, das greves e das manifestações populares, e como conseqüência uma forte recessão. Estas características somaram-se ao crescente aumento da dívida externa.

Como tentativa de superar a crise de paralisia econômica em que o país havia submergido, Juscelino idealizou e tentou desenvolver o projeto da Operação Pan-Americana (OPA). Esta proposta representou o ponto de inflexão da política externa brasileira adotada até o período. Buscava-se através da OPA, a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina, contando com o incentivo do governo dos Estados Unidos. O presidente brasileiro tentou

capitanear os descontentamentos em todo o continente em torno de sua proposta e com a nova política norte-americana.

Nesta segunda fase, o governo brasileiro optou por adotar uma política externa “reativa”, visando suprir as necessidades que já não eram mais preenchidas pelo simples “alinhamento” com os Estados Unidos. Para tanto, retomou as orientações anteriores da “barganha” com os norte-americanos, e busca uma reinserção no sistema internacional, através da retomada das negociações com os países do bloco socialista, e as tímidas iniciativas com os países afro-asiáticos, intensificando a sua atuação no continente não somente através da OPA, mas também das tentativas de fortalecimento da unidade continental, tanto nos campos político quanto econômico.

Em 1959, com a vitória da Revolução Cubana, as linhas de manobra e ação da política externa brasileira tornaram-se cada vez mais estreitas, devido a uma nova inflexão na postura adotada pelos Estados Unidos frente ao continente. O Brasil continuava a referendar as posições norte-americanas, como pôde ser visto nas três Reuniões de Consulta dos Chanceleres Americanos<sup>50</sup> ocorridas entre 1959 e 1962, onde o governo dos Estados Unidos buscou isolar o novo governo Cubano dentro do continente.

No entendimento de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, a OPA representou “*uma idéia feliz, aceita por todo o hemisfério, mas careceram-lhe projetos específicos para se passar à ação*”<sup>51</sup>. Isso devido principalmente à alteração da postura norte-americana frente ao continente, originada na crise provocada pela Revolução Cubana.

Para Antônio Francisco da Costa e Silva Neto<sup>52</sup>, a grande inovação da OPA foi à vinculação entre “segurança” e “desenvolvimento”. Ao levantar esta bandeira, Juscelino pretendeu ampliar as vantagens econômicas a partir da reestruturação da aliança com os Estados Unidos. No entanto, o mais interessante a ser ressaltado no trabalho deste autor é a conclusão a que chega de que a OPA baseou-se nas linhas gerais do processo Pan-

---

<sup>50</sup>Estes encontros da Organização dos Estados Americanos são denominados de “Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos ou dos Ministros das Relações Exteriores”. Para uma visão mais abrangente de todas as reuniões ocorridas até o ano de 2005, conjuntamente com suas temáticas, vide anexos. Estas três reuniões foram realizadas para se discutir o caso Cubano e se proporem incentivos econômicos aos projetos desenvolvimentistas latino-americanos. Para maiores informações e uma lista completa destes encontros, vide anexo 2. p.

<sup>51</sup> CERVO. op.cit., p. 295.

<sup>52</sup> COSTA E SILVA NETO, Francisco da. “A Evolução do Conceito de Desenvolvimento e seu Reflexo na Política Externa Brasileira” In Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986). Cadernos do IPRI nº 2. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. p. 131-142.

Americanista, alterando sua direção no sentido de “*desviar o ‘Pan-Americanismo’ político para o plano econômico*”<sup>53</sup>. Nesse sentido, a Operação Pan-Americana mostrou-se relativamente eficaz ao tentar “*reformular a cooperação regional*”<sup>54</sup>.

O início dos anos 60 foi marcado por um processo de “*distensão*” no contexto da Guerra Fria. O sistema internacional tornou-se mais complexo e multilateralizado. No campo socialista, observava-se a adoção de uma nova diretriz político-econômico, a qual tencionava desenvolver uma “*competição pacífica*” com o capitalismo. O crescimento econômico dos países do bloco soviético tornou-se um atrativo, principalmente comercial, para os países do Terceiro Mundo. No mundo ocidental, as reconstruções Européia e Japonesa começavam a mostrar os seus primeiros resultados; nesse sentido, estes países fortalecidos constituíram-se em “*aliados-rivais*” dos Estados Unidos, ao disputarem, com esse país, as oportunidades econômicas oriundas das inter-relações com a América Latina.

A emergência de diversos novos países, devido ao processo de descolonização ocorrido na África e Ásia, gerou alterações no equilíbrio do sistema internacional. Este fator fortaleceu o Movimento dos Países Não-Alinhados, desenvolvendo uma terceira opção - a configuração política da bipolaridade. Os países componentes deste novo modelo pregavam o não-alinhamento a nenhuma das duas grandes potências, a exploração das vantagens econômico-comerciais oferecidas por ambas, bem como o fortalecimento da representação dos países do Terceiro Mundo nos fóruns internacionais, principalmente na ONU.

No continente Americano, o triunfo da Revolução Cubana e a relação que este movimento estabeleceu com os problemas econômico-sociais do continente fizeram os Estados Unidos temerem que a deterioração crescente da economia dos países latino-americanos gerasse um terreno profícuo aos movimentos de viés socialista. Esse receio forçou o governo norte-americano a alterar as diretrizes político-econômico para o continente Americano, criando novos impasses para os diversos projetos nacionalistas.

É nesse contexto internacional, que assume a presidência do Brasil, em 1961, Jânio Quadro, tendo como seu vice João Goulart.

Na percepção de Mônica Hirst, as administrações de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-64) representaram uma revisão “*em todos os aspectos da política externa*

---

<sup>53</sup> Idem, p. 136.

<sup>54</sup> Idem, p. 138.

*brasileira com os objetivos de expandir a autonomia do país na arena internacional e de reduzir os confinamentos impostos pela ordem internacional bipolar*”<sup>55</sup>.

Para Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, a Política Externa Independente (PEI) caracterizou-se por não ser um projeto acabado e, apesar do contexto conturbado de sua aplicação (a crise política desencadeada com a renúncia de Jânio Quadros, seguida pelo período parlamentarista e posteriormente o governo presidencial de João Goulart), manteve-se até o mês de março de 1964, como um novo processo de inserção do Brasil no cenário mundial.<sup>56</sup>

Para os autores, a Política Externa que se iniciou com a posse de Jânio Quadros representou uma ampliação da política desenvolvida por Juscelino Kubitschek (OPA). Desse ponto de vista, a política inaugurada em 1961 identificava-se com uma postura pragmática, cuja intenção residia no libertar-se de quaisquer amarras ideológicas, visando uma maior mobilidade no concerto internacional.

Para tanto, durante a vigência da PEI, observou-se um gradual afastamento entre o Brasil e o governo norte-americano e uma tentativa de aproximação com os países africanos e do Leste europeu, visando à ampliação das zonas comerciais. Seguiu-se a isso uma ênfase maior na ampliação da participação do país nos órgãos multilaterais, visando aumentar a participação brasileira nas decisões internacionais. O ataque da política colonialista empregada por Estados europeus, à oposição à realização de experiências nucleares e a adoção e respeito aos princípios de autodeterminação e de não-intervenção foram importantes motivadores. Daremos maior relevo ao período da PEI relativo ao governo presidencialista de João Goulart.

Durante o seu governo, Goulart intensificou as tentativas de ampliação do mercado externo aos produtos brasileiros. Para tanto, foram desenvolvidas ações políticas visando uma maior abertura dos mercados latino-americanos e dos países do leste europeu.

Seguindo a fórmula desenvolvida por San Thiago Dantas, o Ministério das Relações Exteriores procurou ampliar a participação brasileira nos fóruns internacionais. Desta forma observou-se uma tentativa dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA) de se

---

<sup>55</sup> HIRST, Monica. *The United States and Brazil : a long road of unmet expectations*. New York. Routledge: 2005. p. 7.

<sup>56</sup> CERVO e BUENO op.cit., p.309.

ampliarem os projetos econômicos que visavam o desenvolvimento do continente e a sua maior integração político-econômico.

Durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart houve um acelerado processo de deterioração das relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Este processo agravou-se ainda devido à postura de nacionalismo extremado implementada por João Goulart, através do apoio aos governadores de viés mais nacionalistas (como Leonel Brizola e Cid Sampaio), que realizaram um processo de nacionalização de empresas norte-americanas, como a *International Telephone and Telegraph* e a *American & Foreign Power Company (AMFORP)*. Somou-se a isso o cancelamento das concessões da empresa de mineração *Hanna Mining Co* e a aprovação da *Lei de Remessa de Lucros* de 1964.

Um ponto interessante ressaltado por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno é que, durante seu governo, Jânio Quadros utilizou as relações com os Estados Unidos como uma forma de barganha, dentro daquilo que denominou “*neutralismo tático*”. No entanto, o governo de João Goulart não conseguiu concretizar os mesmos objetivos, o que levou a um endurecimento da oposição tanto interna quanto externa, culminando na sua derrubada em 31 de março de 1964.<sup>57</sup>

Para Paulo Vinentini, a Política Externa Independente seguiu a postura da “*barganha neutralista*” desenvolvida por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, baseada em criar apoio para o desenvolvimento e crescimento industriais, através da captação de empréstimos e investimentos externos.

Isso vem, na nossa opinião, demonstrar que a retomada realizada posteriormente pelo regime militar, principalmente pelo seu primeiro presidente Humberto de Alencar Castello Branco, não foi um “*passo fora da cadência*”, e sim um regresso aos padrões vigentes até mesmo no período anterior - ou seja, no governo Jânio Quadros.

Como já foi mencionado anteriormente, o “*americanismo*” de finais dos anos 50 e início dos 60 possuía uma característica que o distinguia de sua vertente adotada pelo governo Dutra, a de ser baseado em um “*pragmatismo político*” através da revitalização da diplomacia da “*barganha*”.

O “*neutralismo*” pretendido pela PEI “*constituía tanto uma forma de inserção em escala mundial para o Brasil, como um campo de barganha ampliado face aos EUA*”<sup>58</sup>.

<sup>57</sup> CERVO e BUENO op. cit., p. 363

<sup>58</sup> VIZENTINI. opCit, p. 183.

Este pensamento foi balizado pela crença na idéia de “*aliado preferencial*” pois, como lembra Vizentini, “*para um país das dimensões do Brasil, estrategicamente importante para os EUA no novo contexto, esgrimir um ‘neutralismo ocidentalizante’ poderia render grandes frutos*”.<sup>59</sup>

Porém, este novo contexto internacional passou por uma rápida transformação, que alterou o equilíbrio da Guerra Fria e fez o governo norte-americano repensar sua política para o Continente. Esta viragem de 180° foi causada pela “comunização” da Revolução Cubana e agravada pela Crise dos Mísseis de 1962.

Neste cenário em acelerada transformação, as posturas brasileiras, contrárias à expulsão de Cuba da OEA, bem como a nacionalização de diversas empresas americanas, viriam minar a entrada de recursos no país e, com isso, aumentar a tensão sobre o governo de João Goulart.

Os meses de março e abril de 1964 foram fruto desse processo de acirramento dos conflitos socioeconômicos internos e de um “*endurecimento*” da política norte-americana para com o Brasil.

O movimento de 31 de março de 1964, auto-intitulado “*revolução*”<sup>60</sup>, veio com grandes bandeiras desfraldadas: luta contra o comunismo, contra a corrupção, volta aos valores tradicionais do ocidente. A atuação “*revolucionária*” na luta contra o comunismo e a “*corrupção*” é amplamente conhecida para que não precisemos nela nos deter; ainda assim, é interessante observar a retomada dos valores que o novo regime considerava tradicionais do ocidente, porque é nesse contexto que, por seu turno, se insere a nova política externa brasileira. É em nome de uma “*cruzada anticomunista*” e dos “*valores ocidentais*” que Castello vai desmontar a estrutura diplomática orientada para uma Política Externa Independente.

### 1.1.2 Os pilares do gigante: uma nova política externa?

---

<sup>59</sup> VIZENTINI. pCit., p. 183.

<sup>60</sup> Para uma visão sintética do significado de “*revolução*” ver SALDANHA, Nelson. *A Revolução e seus aspectos políticos e jurídicos*. Revista Brasileira de Estudos Políticos 17, 71-82, jul, 1964 e verbetes sobre o tema em SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (org). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro. Elsevier: 2004. p.764-765.

No plano concreto, verifica-se que o Brasil dividiu a atuação da política externa em áreas de interesse, que compreendiam, em círculos concêntricos<sup>61</sup>, a América Latina, o continente americano e o mundo ocidental. Na área formada pelos primeiro e segundo círculos concêntricos (continente americano), o Brasil assumiu uma política de “*aliado preferencial*” dos EUA. Como forma de dar “*mostras de sua boa vontade*” para com aquele país, o Brasil rompeu relações com Cuba em 1964, e participou da Força Interamericana de Paz na República Dominicana em 1965.

Ao mesmo tempo, tentou implementar a idéia, que foi extensamente discutida nas II e III Reuniões Extraordinárias da OEA<sup>62</sup>, de se constituir uma Força Interamericana de Paz Permanente, que tivesse condições de intervir nos países latino-americanos que viessem a atravessar instabilidade política, e na ampliação das ajudas econômicas fornecidas dentro dos programas da Aliança para o Progresso.

Quanto ao terceiro círculo concêntrico, que corresponde às relações extra-hemisféricas, a política externa sofreu uma minimização de suas relações com os países comunistas, não significando, no entanto, um abandono. As relações com a Europa foram mantidas, mas o enfoque passaria a ter um conteúdo muito mais comercial que político. Houve uma reestruturação das linhas de ação da diplomacia brasileira, onde o mundo não ocidental (entenda-se não capitalista) foi relegado a um segundo plano, mantiveram-se na sua grande maioria apenas relações comerciais.

Moniz Bandeira destaca que o governo Castello Branco pautou sua política externa pelo alinhamento com os EUA e pela limitação da independência, com o respectivo reforço

---

<sup>61</sup> Teoria desenvolvida por Golbery do Couto e Silva, vide as análises realizadas sobre este tema por: VIZENTINI, Paulo. G. F. *A política externa do Regime militar brasileiro*. Porto Alegre. EDUFRGS:1998.; CERVO. Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo. Ática: 1992.; BANDEIRA. Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A rivalidade- emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1989. e GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO. Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 06, n.12, 1993, p. 211-243.

<sup>62</sup> A II Reunião Extraordinária da OEA ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1965 e a III Reunião ocorreu em Buenos Aires em 1967. No desenvolvimento deste trabalho analisaremos ambas reuniões, pois fica visível o apoio brasileiro à institucionalização da Força Interamericana de Paz, proposta defendida também pela Argentina e Estados Unidos, mas configura-se um afastamento da diplomacia nacional, da esfera norte-americana, ao apoiar e conduzir propostas de reformulação da OEA e uma ampliação dos projetos de desenvolvimento econômico. Vide , CONNELL –SMITH, Gordon. *El Sistema Inter-Americano*. México. Fondo de Cultura Económica: 1971; MANGER, William. *Pan America in Crisis: The Future of the OAS*. Washington, Public Affairs Press, 1961, Volume: 4.; THOMAS JR, A. J. e THOMAS, Ann Van Wynen *The Organization of American States*. Dallas. Southern Methodist University Press: 1963 e as Atas das duas Reuniões e a documentação apresentada pela delegação brasileira e demais delegações participantes.

às idéias de “*interdependência*” e de “*fronteiras ideológicas*”. Esta última significava o alargamento do conceito de “segurança nacional”, que requeria uma vigilância constante, principalmente no que diz respeito às linhas de ação política dos países vizinhos, para evitar que algum outro país se tornasse um governo com viés comunista. Como principal instrumento disso, foi incentivada a institucionalização de uma Força Interamericana de Paz, no âmbito da OEA.

Entretanto, ainda referenciando Moniz Bandeira, a idéia de criação de tal força foi abandonada, no início de 1966, em função tanto das resistências externas - em especial Chile e México - quanto das internas, próprias Forças Armadas brasileiras e os setores mais nacionalistas da sociedade, que temiam a diminuição dos seus poderes, articulados em torno do discurso da soberania, para a instalação de um poder supranacional<sup>63</sup>.

Williams Gonçalves e Shiguenoli Miyamoto<sup>64</sup> trabalham com a idéia de que a instalação do Governo de Castello Branco oficializou as diretrizes da política externa concebidas e recomendada pela Escola Superior de Guerra (ESG), tendo como seu principal teórico Golbery do Couto e Silva. Tal política calcava-se no binômio “*segurança e desenvolvimento*”, priorizando as ações que fortalecessem a “*segurança coletiva*”. Garantindo essa “*segurança coletiva*” (o que, na prática, significava apoio à política norte-americana de defesa do continente contra o assédio comunista), fortalecia-se o caminho para o desenvolvimento.

Para Carlos Estevam Martins<sup>65</sup> a definição do sistema internacional a partir da Guerra Fria, durante o Governo Castello Branco, apresentava-se como um dos componentes essenciais para a legitimidade da manutenção do poder militar. O Golpe de 1964 apresentava-se como uma necessidade da Guerra Fria, e a sobrevivência da coletividade ocidental adviria da defesa da “*segurança coletiva*”, a qual, para ser alcançada, exigiria a redefinição do conceito de “soberania” do país, passando da “*independência*” para a “*interdependência*”. A tese da “*segurança coletiva*” pressupunha uma liderança - os Estados Unidos-, e algumas sub-lideranças no continente - como o

---

<sup>63</sup>BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política internacional na América Latina: O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2ª edição. São Paulo. Ensaio: 1995; e BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira: 1989.

<sup>64</sup>GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 6, n. 12, 1993, p. 211-243.

<sup>65</sup>MARTINS, Carlos Estevam. Brasil - Estados Unidos: dos 60 aos 70. *Cadernos Cebrap*, n. 9, 1975.

Brasil e o México. A característica dominante do período do Governo Castello Branco é interpretada por Carlos Estevam Martins como sendo sub-imperialista. Basicamente consistiria, para o Brasil, em uma divisão continental das funções, cabendo-lhe a função de preencher o vácuo de poder advindo do retraimento norte-americano, sem deixar de aceitar a hegemonia inquestionável dos EUA e a premissa do desenvolvimento associado àquele país.<sup>66</sup> O Brasil garantiria a segurança com vistas à ampliação dos investimentos norte-americanos, enquanto aqueles diminuiriam a sua presença política e econômica na América Latina. Por sua vez, os EUA ampliariam o acesso a mercados para seu “*aliado preferencial*”, o qual assim teria uma “*(...) oportunidade de co-participação na exploração imperialista da periferia*”.<sup>67</sup>

Já Amado Cervo e Clodoaldo Bueno compreendem a política externa do Governo Castello Branco como sendo “*um passo fora da cadêcia*”<sup>68</sup>, mesmo pretendendo a tradição da política externa brasileira - estar a serviço do desenvolvimento nacional. O Brasil acabou limitando sua soberania, tornando-se vulnerável às investidas do imperialismo, em especial o norte-americano.<sup>69</sup> Entretanto, havia dimensões remanescentes - como o nacionalismo e o universalismo, temperados por certa dose de realismo - em permanente contradição com os novos rumos tomados pela política externa do Governo Castello Branco. A sua política externa recolhia críticas no plano interno, junto aos setores mais nacionalistas, ao privilegiar os interesses norte-americanos em detrimento dos nacionais, como na concessão de empréstimos e facilidades fiscais para empresas estrangeiras aqui sediadas em prejuízo das nacionais. No plano externo, houve o rompimento das relações diplomáticas da Venezuela com o Brasil, e crises diplomáticas com o Chile, que tinha reservas quanto às intenções do governo brasileiro na região, bem como o abandono do viés terceiro mundista, pelo menos de forma explícita.

Em outra obra<sup>70</sup>, Amado Cervo analisou esse período como sendo de lutas entre duas posições polarizadas: nacional-desenvolvimentista e desenvolvimento associado. Essas duas tendências bifurcaram-se desde os anos 1930 e passaram a influenciar as

<sup>66</sup>Ibid., p. 20.

<sup>67</sup>MARTINS, Loc. Cit.

<sup>68</sup>CERVO e BUENO, Op.Cit, p. 332.

<sup>69</sup>Ibid. p. 336.

<sup>70</sup>CERVO, Amado. *Relações internacionais do Brasil*. In: CERVO, Amado Luiz (org.) *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília. Editora Universidade de Brasília: 1994. p. 39.

decisões no âmbito da política externa. Pode-se acrescentar, também, que a década de 1960 foi o período no qual tais correntes experimentaram suas teses, ambas tendo, em momentos distintos, alcançado o poder.

Segundo Maria Regina Soares de Lima e Leticia Pinheiro<sup>71</sup>, pode observar-se que a política externa empregada pelo novo regime representou um retorno ao “*americanismo*”, que havia, sido relegado a um segundo plano no governo de Goulart, optando-se por novas linhas de ação mais independentes. Segundo as autoras, este re-alinhamento conseguiu, de certa forma, conjugar a larga margem de dependência em relação aos Estados Unidos e a busca por certas áreas de autonomia.

Um outro autor que analisou a política externa do primeiro governo militar foi Oliveiros S. Ferreira<sup>72</sup>. Este tenta demonstrar o peso fundamental das concepções geopolíticas, bem como da formação militar, do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, naquelas que definiria como linhas de ação da nova política externa que buscava implementar.

Para o autor, o “erro” das posições adotadas pela política externa dos dez primeiros anos do período revolucionário, deve-se às suas posições ideológicas que, como tal, estavam baseadas em preceitos éticos.<sup>73</sup>

O autor define a política externa desenvolvida entre 1964-1974 como “*fundada em considerações de ordem estratégica e inspiradas na geopolítica, as diretrizes em longo prazo são sempre as mesmas, quaisquer que sejam as inflexões táticas ditadas pelas personalidades dos chanceleres ou chefe de governo, ou pelas variações da política interna*”<sup>74</sup>.

Neste sentido, no contexto internacional, os diversos países não são identificados como amigas ou inimigas: “*admite-se apenas aliados ou adversários, tácitos / estratégicos*”. Esta relação sofrerá mutações de acordo com o interesse nacional.

---

<sup>71</sup>LIMA, Maria Regina Soares de. “Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña”. In *América Latina/Internacional*, Argentina, v.1 nº 2 otoño-invierno, 1994, p.27-46. e PINHEIRO, Leticia. “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e prática da política externa brasileira contemporânea”. *Contexto Internacional* Rio de Janeiro. v. 22, nº 2, julho-dezembro, 2000, p.305-335.

<sup>72</sup> FERREIRA, Oliveiros S. *A crise na política externa: autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro. Revan: 2001.

<sup>73</sup> Idem., p. 43.

<sup>74</sup> Idem, p. 43.

Para o autor, a defesa da Força Interamericana de Paz (FIP) permanente, feita durante o governo Castelo Branco, representou uma tentativa por parte do governo, como fica evidente em seu último discurso na ESG, de *“criação de um instrumento coletivo, e que nunca estaria a serviço dos interesses de uma só grande potência”*. Ferreira ainda analisa que estes “instrumentos coletivos de intervenção, [deveria ser utilizado] contra os que ameaçassem as opções básicas do Brasil. *Por ser instrumento coletivo, nunca estaria a serviço dos interesses de uma só grande potência*”<sup>75</sup>.

Para Castello, a FIP permanente seria a solução para duas questões que assolavam o Continente: a ameaça de intervencionismo unilateral praticada pelos Estados Unidos, como o próprio exemplo de São Domingos ilustra, ampliando e tornando mais seguras as distinções entre governos empenhados em reformas sociais, e a existência de governos voltados para a promoção da subversão.

O autor aponta para uma característica marcante da diplomacia brasileira que *“serve-se da denúncia da divisão do mundo”* entre diversas potências (vide Haia em 1907, Sociedade das Nações em 1926 ou Congelamento do poder mundial em 1974) para, *“em nome do direito dos pequenos, reclamar para si posição a partir das quais possa realizar a, ou ao menos participar, da política de poder que condena”*<sup>76</sup>.

Neste sentido, *“a compreensão desse movimento pendular de reclamo da vigência do Direito Internacional e de aspirações a posições que permitam realizar, sob outro nome, uma política de poder, é essencial para que se possam entender os movimento do Brasil na América Latina”*<sup>77</sup>.

Oliveiros sintetiza a importância da geopolítica na política levada a cabo pelo presidente Castelo Branco da seguinte maneira: *“não se entenderão os fins estabelecidos por Castelo Branco para a ação diplomática do Brasil (...) se não se tiver em conta que, em boa medida, sendo de formação militar, não podia ver o problema internacional sob ângulo que não fosse, também, militar”*<sup>78</sup>.

Embora essas abordagens sejam extremamente esclarecedoras para a análise do tema proposto, há que se fazer algumas ressalvas. Nesse sentido, acreditamos que foram

---

<sup>75</sup> Idem., p. 52.

<sup>76</sup> Idem., p.88.

<sup>77</sup> Idem., p.88.

<sup>78</sup> Idem., p.111.

desconsiderados elementos importantes para uma análise global do período, tais como a dinâmica militar, a partir dos processos de institucionalização e de politização das Forças Armadas (F.A.) e do seu papel histórico na vida política nacional, ou a reestruturação sofrida pelo Ministério das Relações Exterior, devida aos expurgos realizados pela nova cúpula governante, ou ainda a reestruturação dos níveis de decisões referentes às políticas internacionais e à ação da diplomacia. Igualmente, nas relações com os EUA, certamente o eixo norteador da diplomacia do período, desconsiderou-se alguns momentos de distanciamento. É fundamental que esses modelos de interpretação sejam mediatizados ante as tensões e contradições constituintes do próprio período. Nesse sentido, consideramos muito apropriadas as observações de Carlos Estevam Martins, que demonstram que as contradições da política externa do período foram, também, resultado dos conflitos internos da sociedade.

Outro problema verificado nessas interpretações diz respeito à ausência de conjugação entre a tradição e a ruptura. Por tradição entendem-se, aqui, as estruturas gerais da atuação da política externa do Brasil, em especial após 1930, quando a diplomacia passou a assumir, de forma crescente e contínua, o vetor do desenvolvimento como objetivo básico, assim como o acumulado histórico da experiência diplomática brasileira. Nesta linha, podemos apresentar a vinculação dos diversos projetos desenvolvimentistas, levados a cabo pelos vários governos anteriores, como os projetos do segundo governo Vargas, que representam um aprofundamento da política empreendida por este em seu primeiro governo de 1930-1945; os de Juscelino Kubitschek, de caráter desenvolvimentista e de industrialização nacional e os de Jânio Quadros e João Goulart, que podem ser vistos como uma tentativa de ampliar os projetos de seus antecessores e, que de certa maneira, mesmo que com várias reestruturações, o governo Castello Branco vai manter.

Por outro lado, entenda-se aqui como ruptura as variáveis conjunturais e específicas que atuam de forma mediática com a estrutura, como o realinhamento com os Estados Unidos e o abandono das relações diplomáticas com os países não ocidentais – ainda que só no nível do discurso, já que o Brasil prosseguiu comercializando com os países comunistas.

Entendemos que há uma tradição em política externa de caráter desenvolvimentista, e que há uma continuidade na política externa do regime militar, marcada pela especificidade do regime, ainda que exista uma singularidade na atuação de cada um dos

governos militares. A dinâmica própria da política externa de um determinado governo militar está, pois, inserida nestes dois contextos maiores: o acumulado histórico da experiência diplomática brasileira e a especificidade do regime militar. É por esse motivo que se tornam extremamente esclarecedores não só os momentos de ruptura da política externa do Governo Castello Branco, mas também como estes se conjugaram com continuidades.

Há, igualmente, uma tendência em qualificar a política externa do Governo Castello Branco como sendo um recuo - um refluxo, um anacronismo, pouco adequado aos interesses do Brasil, com resultados pífios. Isso fica explicitado na análise de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno: *"O projeto de política externa de Castello Branco, assim elaborado, teve vida curta e apresentou resultados efêmeros, porque não marchava com o tempo e nem veio a corresponder em escala aceitável a necessidades, interesses e aspirações nacionais. (...). Diante desse quadro mundial, a política externa de Castello Branco apresentava-se como um anacronismo."*<sup>79</sup>

Consideramos como um outro eixo de interpretação relevante o entendimento da origem dos diversos modelos de interesse nacional e das lutas existentes para defini-los. Para tanto, é primordial compreender o Estado não como sendo um mediador imparcial e defensor do interesse nacional, mas sim como sujeito a essas lutas e incorporando, no seu discurso e na sua prática, as lutas pelo poder no bloco hegemônico. Se a política de Estado é o reflexo das lutas intra-estado e da relação do Estado com a Sociedade Civil, deve ser condizente com o pacto de poder. Mesmo que a política externa fosse anacrônica, seria importante questionar: por que existia e a quem servia?

Neste sentido, analisaremos na próxima seção de que forma o novo governo idealizou e implementou a sua nova forma de enxergar o mundo. O embrião destas posturas adotadas pelo governo Castello Branco encontram-se, como já dissemos anteriormente, na visão geopolítica, que passou a dominar o cenário e a forma de entender o mundo. Foi necessário que os idealizadores da política externa realizassem uma re-leitura e adaptação de diversos conceitos chave para a política internacional, principalmente interamericana.

## 1.2. Um novo conceito: a interdependência

---

<sup>79</sup>CERVO e BUENO op. cit. p. 336-337.

O Governo Castello Branco passou à história como tendo praticado uma “*política externa interdependente*” e retomado o alinhamento incondicional, como acontecera durante o governo Dutra, com o governo dos Estados Unidos. Detenhamo-nos para situar as bases teóricas e os propósitos dessa nova proposta.

A teoria da interdependência, no já citado discurso de Castello, foi analisada por vários autores<sup>80</sup>:

*“No presente contexto de uma confrontação bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político”.*<sup>81</sup>

Segundo Arthur J. Poerner seria essa uma falsa opção, pois:

*“A verdadeira opção de nossa política externa não é entre o sistema democrático ocidental e o que teria de ser chamado, em contraposição, de sistema ditatorial oriental. Nossa atual opção é entre a preservação da soberania brasileira e a dependência completa de Washington (...) Ou, em outras palavras, entre a soberania e a interdependência”*<sup>82</sup>.

A crítica de Poerner, entre tantas outras, entende-se pela distância cronológica entre o discurso de Castello e o artigo deste autor - um ano decorrido, ano em que as “*teorias revolucionárias*” da política externa enfrentaram a realidade, com sérias implicações em particular no caso dominicano.

---

<sup>80</sup> DULLES, John W. F. *Castello Branco: o presidente reformador*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília: 1983. e POENER, Arthur J. “ política externa brasileira entre a interdependência e a soberania ” *Política Externa Independente* 2, maio/ago, 1965, p. 150-158.

<sup>81</sup> BRANCO. op.cit.

<sup>82</sup> POERNER op. cit. p.152.

O conceito de soberania aparecia como obstáculo para a interdependência, por isso a necessidade de reformulá-lo para atender às novas exigências do regime. Coube a Juraci Magalhães efetuar alguns dos principais movimentos na tentativa de imprimir um novo significado ao conceito de soberania, mais elástico e favorável à possibilidade de uma ampla gama de usos, os quais se moldaram aos interesses do regime:

*“Estou convicto de que a humanidade vive uma fase de transição e que avançamos para o estabelecimento de uma nova ordem, em base internacional, na qual a consciência da interdependência dos povos substituirá o conceito de soberania nacional e na qual os interesses gerais prevalecerão sobre os especiais.”<sup>83</sup>*

Tratava-se de “*revolucionar*” as relações exteriores do país, “*atualizando*” conceitos julgados obsoletos pelos ataques da subversão. Aqui surgiu, então, a verdadeira face da política externa interdependente: a *interdependência* implicaria em nova definição de *soberania* (mais atual, adaptada ao confronto ideológico leste-oeste) e, como consequência lógica, de não-intervenção.<sup>84</sup>

Partindo dessas premissas conceituais, o Brasil passou, com uma certa coerência, a adaptar seu discurso aos fatos. A grande bandeira do governo de Castello Branco em política externa, para o continente, passou a ser a reformulação de todo o sistema interamericano. Antes e depois da Crise Dominicana o empenho dos chanceleres Leitão da Cunha e Juraci Magalhães foi o de introduzir profundas modificações na Organização dos Estados Americanos e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (T.I.A.R.). O paradoxo da situação situava-se no fato de que, nos anos de 1964 e 1965, ninguém estava satisfeito com o sistema interamericano. Os EUA, durante a presidência de Johnson, queriam se precaver de uma “*nova Cuba*” e garantir o que consideravam sua “*zona de influência*”, por todos os meios e sem ter que se embaraçar com os juridicísmos dos latino-americanos. A “visão texana” das relações exteriores, implantada por Johnson e seu sub-

---

<sup>83</sup> MAGALHÃES, Juraci “Saudação na I Conferência dos Companheiros da Aliança de 10-06-65”. In MARTINS, Carlos E. *A evolução da política externa brasileira na década 64/74*. Estudos Cebrap 12. 53-99, abr/jun, 1975, p.62.

<sup>84</sup> FLORES, Mario C. *Validade e limitações da não-intervenção na América Latina*. Revista Marítima Brasileira (7-9), 27-66, jul/set, 1985.

secretário de estado, Thomas Mann, estavam *muito distante* do cosmopolitismo de F. D. Roosevelt e de sua política de boa vizinhança.

Do lado latino-americano, a insatisfação não era menor. Desejava-se uma maior cooperação dos EUA, em favor do desenvolvimento, negociada em bases multilaterais. Como fator complicador, as posições dos países latino-americanos adquiriram diversos matizes. Alguns, como o Haiti, secundavam as teorias de Washington. Outros, como Chile, México, Uruguai e Venezuela, formavam um bloco em oposição aos EUA. A oposição da Argentina era menos intensa. O Brasil passou, após 31 de março de 1964, para uma nova posição. Com efeito, as propostas brasileiras de revisão do sistema interamericano originaram duas linhas de debate. Na primeira, o país, mesmo coadunando as ações norte-americanas, opôs-se à posição do representante dos Estados Unidos na II Conferência Interamericana, ao defender, conjuntamente com o México e demais países latino-americanos, a ampliação dos projetos desenvolvimentistas da Aliança para o Progresso e o aumento de capitais investidos ou fornecidos através de empréstimos aos países membros da Aliança para o Progresso.

Na segunda, pautou-se pela proposta de constituição de uma força militar permanente, a qual seria composta por membros das Forças Armadas dos países signatários da OEA, e ficaria sediada, a partir de um rodízio bienal, no país sorteado, tendo como base operacional, a sede da Organização, nos Estados Unidos, e tal efetivo serviria, para a manutenção da paz no continente e combate as forças subversivas.

No campo da “*segurança hemisférica*”, o governo brasileiro levou à apreciação dos delegados presentes nesta conferência a proposta de institucionalização da recém criada Força de Paz Interamericana. Seu objetivo era a constituição de uma força militar permanente, que viria a servir nas futuras “*missões de paz*” no hemisfério e exerceria uma função limitadora da ação unilateral norte-americana. No entanto, o governo brasileiro, ao perceber o desacordo entre os países membros da organização, optou por não levar a votação à proposta em tal momento. Este tema retornaria na III Conferência Interamericana, realizada em Buenos Aires em fevereiro de 1967. Neste novo encontro o governo brasileiro adotou a postura de apoio à proposta apresentada pelo governo

argentino. Na apreciação do tema e subsequente votação, o projeto foi rejeitado pela maioria.<sup>85</sup>

No fundo, a insatisfação generalizada com o sistema interamericano serve-nos de condução ao cerne do problema das relações entre Estados Unidos e América Latina. Esse, conforme afirma Rubens Ricúpero<sup>86</sup> entre outros, seria que “*os Estados Unidos falam (aos latino-americanos) em segurança e estes em desenvolvimento*”, excetuando-se o governo de Castello, que ia de encontro à visão norte-americana. Desse confronto de prioridades resulta a insatisfação generalizada com o sistema interamericano, a qual até hoje perdura.

### 1.2.1 Interdependência, soberania e não-intervenção: uma releitura de antigos conceitos.

Passemos agora a considerar as bases da política externa do Governo Castello Branco. Essa política, na sua essência, repousou em um tripé formado pelo seu entendimento de *interdependência, soberania e não-intervenção*. Consideramos essa digressão indispensável para a compreensão do caso específico da crise dominicana e a atuação do Brasil.

O primeiro conceito a receber uma releitura é o de interdependência e, para aplicá-lo às relações exteriores do Brasil, faz-se necessário, por sua vez, rever os conceitos de soberania e não-intervenção, pilares do sistema interamericano.

Conforme Martins:

*“A segurança da frente externa vinha sendo, entretanto, crescentemente comprometida pela insegurança da frente interna. Impossibilitado de utilizar os métodos clássicos de agressão, o inimigo lançava mão de uma nova forma de ameaça, calcada nas*

---

<sup>85</sup> A votação obteve o seguinte resultado: 11 votos contrários, 6 votos a favor (Brasil, Argentina, Honduras, El Salvador, Paraguai e Nicarágua) e 3 abstenções, dentre elas do representante norte-americano. Para maiores detalhes vide: DULLES, John W. F., Op Cit., 1983, p. 337.; MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência Diplomática*. P. 87 e *Minhas Memórias Provisórias*. P.185., e BARRETO, Fernando de Mello. *Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil*. v.2: 1964-1985. São Paulo. Paz e Terra: 2006, p.96-97

<sup>86</sup> RICUPERO, Rubens. *Textos Escolhidos*. Brasília. Universidade de Brasília: 1986.

*chamadas guerras de liberação. A ação subversiva dentro das fronteiras nacionais punha em movimento a” “Guerra Fria”. Embora as lutas fossem locais, as derrotas e vitórias tinham um significado transcendente, na medida em que afetavam as próprias condições de sobrevivência da coletividade ocidental em seu conjunto”<sup>87</sup>.*

Essas premissas fundamentavam a defesa coletiva integral abrangendo os planos militar, político, econômico e ideológico. Para sua implementação era também necessário reconhecer uma divisão internacional de funções entre os países membros da aliança ocidental, razão explicitada com extrema clareza por Juraci Magalhães:

*“O mundo livre apresenta uma união que não se confunde com a pretensa unidade do mundo comunista. (...) É inegável que são os EUA que têm a maior responsabilidade. (...) Sobre esse país recai a liderança incontestável e merecida de todas as nações integradas nesse mundo (...) Mas é importante notar que esses aliados, do mais forte ao mais fraco, são elementos vivos e autônomos do mundo livre, investidos de direitos próprios e incumbidos de deveres específicos (grifo nosso) (...) Líderes e liderados, somos todos parceiros da cruzada da sobrevivência e vitória dos ideais de liberdade e justiça e assim (...) temos todos a obrigação de contribuir para a causa comum”<sup>88</sup>.*

Isso posto, cabia ao Brasil exercer seus “deveres específicos” no âmbito do continente, reinterpretao o conceito de soberania em primeiro lugar. Vasco Leitão da Cunha contribuiu para tanto, inserindo-o no contexto da “política externa interdependente”. Depois da eclosão da Crise Dominicana, e por ocasião da visita ao Brasil do chanceler do Equador, Gonzalo Escudero, Vasco Leitão da Cunha, em discurso de 19/05/65 afirmou:

---

<sup>87</sup> Idem, Martins, Op.Cit., p.58-59.

<sup>88</sup> MAGALHÃES, Juraci. Conferência de abertura do IV Curso do Colégio Interamericano de Defesa de 30-10-64. In MARTINS, Op. Cit. p.59.

*“(...) Daí nasce um conceito imanente à natureza da aliança interamericana, qual seja, o da interdependência entre as decisões da política internacional dos países do continente. A concepção ortodoxa e rígida da soberania nacional foi formulada em uma época em que as nações não enfeixavam, em suas responsabilidades, uma obrigação de cooperarem, entre si, na busca de objetivos comuns”<sup>89</sup>*

Isso posto, tratava-se de “atualizar” conceitos ora julgados obsoletos pelos ataques da subversão. Vejamos os esclarecimentos no discurso anterior, de 19/05/65:

*“Poucos têm dúvida de que os mecanismos de defesa previstos no sistema interamericano contra agressões ou ataques abertos são inteiramente inadequados às novas situações geradas pela subversão que transcende as fronteiras nacionais, e pelas agressões sutis, indiretas, mas não menos perigosas do que as ações ostensivas”<sup>90</sup>*

As reações a essa alteração dos pilares da política externa do país foram imediatas tanto no Congresso quanto na Imprensa. Em primeiro lugar, a fixação do conceito jurídico da interdependência continental, com a reformulação do princípio de soberania, que deveria fundamentar-se na existência de um sistema político-social comum e não mais nas fronteiras físicas, consideradas obsoletas, mereceram comentário no Correio da Manhã de 24 de maio. Em editorial publicado na primeira página, reagindo aos discursos de Leitão da Cunha, o jornal alarmou-se:

*“A opinião pública acompanhou com a maior atenção às conversações e negociações entre o chanceler do Equador e o*

---

<sup>89</sup> CUNHA, Vasco Leitão. “Discurso de 19-05-1965”. In POENER, Arthur J. *A política externa brasileira entre a interdependência e a soberania*. Política Externa Independente 2, 150-158, maio/ago, 1965,p.153.

<sup>90</sup> Ibidem., Loc Cit.

*titular do Itamaraty. Ouviu, no discurso deste último, expressões e conceitos que nunca se ouviram antes da boca de nenhum político ou diplomata brasileiro: as fronteiras físicas entre os países americanos seriam obsoletas; a hora exigiria o sacrifício de parcelas da soberania nacional; uma interdependência teria de substituir a independência”.*<sup>91</sup>

Dos jornais, o assunto passou à Câmara dos Deputados onde os parlamentares Matheus Schmidt e Getúlio Moura lideraram as críticas ao chanceler. Schmidt lembrou o governo Dutra, em que, afirmou, já tinha havido uma tentativa de “*alienação parcial da soberania*”, repelida “*pela opinião pública nacional*”. “*O que se pretende agora é reviver a mesma tese contra os interesses nacionais, filiando o Brasil a grupos, com perda da soberania da Nação*”. Getúlio Moura, em discurso de 24/5/65, sustentou que “*nenhum povo civilizado, hoje, no século XX, pode admitir que se vá confundir soberania com interdependência, querendo estabelecer entre os povos não aqueles lindes definitivos, que são os lindes físicos, morais e jurídicos, mas uma espécie de vasos comunicantes, em que a soberania se dilui e se permite, então, a intervenção na vida dos outros povos*”<sup>92</sup>. Vasco não deixou esses ataques sem resposta. Em elucidativa carta ao redator-chefe do Correio da Manhã afirmou que “*ao recomendar o reexame dos conceitos de soberania e não-intervenção, ficou implícito que isto é matéria soberana dos Estados. Não deixam estes de ser soberanos quando livremente deliberam sobre a natureza e extensão de sua soberania*”<sup>93</sup>.

Falta-nos agora examinar o último conceito do tripé: a não-intervenção. Até o movimento de 31 de março, a não-intervenção era, para o conjunto dos principais estados latino-americanos, a viga-mestre do sistema interamericano. O arcabouço jurídico-institucional da União Pan Americana, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do próprio Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) destinava-se primordialmente, no entendimento dos países latino-americanos, a eliminar o intervencionismo dos Estados Unidos da América e a garantir aos países membros do

---

<sup>91</sup> FRONTEIRAS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24-05-1965.

<sup>92</sup> POERNER, Arthur J. Op. Cit p.155.

<sup>93</sup> POERNER, Arthur J. 1965, p.156.

sistema mútua proteção em caso de agressão extracontinental. O apego latino-americano às formalidades jurídicas deve-se, fora às raízes ibéricas, à fraqueza intrínseca desses países face ao interlocutor do Norte. Os Estados Unidos são um membro desigual do sistema interamericano do ponto de vista político, econômico e militar. Apenas no campo jurídico é que os latino-americanos poderiam pretender igualar-se. É também pelos tratados e pactos que os mais fracos procuram garantir-se contra o desequilíbrio, associando o mais forte e fazendo-o aderir a princípios que implicam respeito a normas de convivência pacífica.<sup>94</sup>

A não-intervenção, paradoxalmente, surgiu como reação dos Estados Unidos à intervenção européia no continente americano, que se manifestou inicialmente por meio da Doutrina Monroe. Esta se tornou, depois, argumento para justificar o intervencionismo norte-americano na América Latina. Assim, em defesa dos interesses de toda América, os Estados Unidos se conferiram o direito de intervir no continente.

A Doutrina Monroe e seus sucessivos “complementos” (corolário Roosevelt, Doutrina Truman, Doutrina Johnson, dentre outras) fizeram cristalizar a reação latino-americana. Entre intervenções repetidas dos Estados Unidos, primeiro no México, depois em outros países do Caribe, os latino-americanos procuraram discutir, nos foros internacionais, o princípio de não-intervenção. De fato, conforme Flores: “*Em 1928 a não-intervenção absoluta foi discutida, pela primeira vez, na 6ª Conferência Pan-Americana*”<sup>95</sup>.

A lenta evolução da atitude norte-americana alcançaria outro patamar na 7ª Conferência Pan-Americana realizada em Montevideú, em 1933. O princípio de não-intervenção absoluta foi então formalmente aprovado na Convenção dos Direitos e Deveres dos Estados.

A adesão dos Estados Unidos à Convenção implicou o fim da intervenção militar no Haiti e a reformulação dos tratados com Cuba (fim da emenda Platt), Panamá e República Dominicana que, antes, possibilitava a intervenção norte-americana.<sup>96</sup> Tinha início à política da “*boa vizinhança*” nas relações interamericanas, que não era nem totalmente desinteressada (pois os Estados Unidos procuravam angariar apoio para a luta contra o nazi-fascismo), nem exclusivamente fruto das pressões jurídicas dos latino-americanos,

---

<sup>94</sup> ALEIXO, Jose C.B. *O Princípio de não intervenção*. Brasília. Editora da UNB: 1989.

<sup>95</sup> FLORES, Mario C. Op. Cit, p. 41.

<sup>96</sup> Veremos este tema de forma mais detida no segundo capítulo.

porque resultado também do clima político europeu, que já prenunciava a II Grande Guerra. Desta forma, no conflito mundial, com a notável exceção da Argentina, os Estados Unidos puderam contar com o apoio de toda a América Latina, exclusivamente, no caso brasileiro, com o envio de tropas.

Com o fim da guerra surge um novo panorama nas relações internacionais que muda os interesses e a estratégia dos Estados Unidos. Tratava-se agora, para Washington, de manter o *status quo* mundial diante do desafio colocado por Moscou. A nova política em relação à América Latina é elaborada a partir da assinatura da Ata de Chapultepec, em 1945. Precursora do TIAR, de 1947, lá já figurava o conceito de não-intervenção, embora vinculado a dois princípios interligados: que o ataque a um estado americano seria considerado como um ataque a todos os países americanos<sup>97</sup> e que a responsabilidade pela defesa do continente seria coletiva.

O passo seguinte foi o Tratado do Rio de Janeiro (TIAR) e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), assinada em Bogotá em 1948 e que, nos seus artigos 15 e 17, vetava expressamente a intervenção. Mesmo assim, o artigo 19 oferecia uma brecha, justificando a intervenção coletiva para a “manutenção da paz e segurança, de acordo com os tratados vigentes”. Mesmo assim, pelo sistema adotado, era preciso que, juridicamente, 2/3 dos Estados membros da OEA concordassem, para viabilizar a ação multilateral.

É esse esquema limitativo e rigoroso, contrário a atos de agressão e violação da autodeterminação dos povos. Que o primeiro governo do regime de 31 de março, em nome da interdependência nas relações interamericanas, quis modificar, por considerá-lo inadequado no enfrentamento dos desafios subversivos do comunismo internacional.

### 1.3. Reflexos das críticas internas à política externa.

A nova política externa não foi fruto apenas do idealismo, nem desprovida de interesses concretos. Primeiro, o governo Castello Branco pensava ir ao encontro dos propósitos de Washington, que reclamava, e de há muito, da obsolescência do sistema interamericano. Já em 1950, conforme relata Slater<sup>98</sup>, a política dos Estados Unidos em relação à América Latina se norteava por duas idéias básicas: 1) o anticomunismo era a

<sup>97</sup>ALEIXO, Jose C.B. Op. Cit., p. 38.

<sup>98</sup>SLATER, Jerome. *The Decline of OAS*. International Journal XXIV. Summer: 1969. p. 499.

preocupação maior e, em consequência, as suas exigências superariam outros compromissos, mesmo os mais formais; e 2) a defesa contra a ameaça comunista devia ser o cerne de uma política de cooperação hemisférica.

O êxito da revolução de Fidel Castro, em Cuba, e a implantação de um regime marxista-leninista no Caribe, exacerbaram a animosidade norte-americana contra o arcabouço jurídico interamericano. As primeiras iniciativas, no âmbito da OEA, para condenar o regime castrista (em agosto de 1959, durante a V Reunião de Consulta) não obtiveram, na opinião dos norte-americanos, boa receptividade por parte dos outros países americanos. Washington voltou-se, mais uma vez, para o unilateralismo, cuja primeira expressão foi à malfadada tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em 17 de abril de 1961, por exilados cubanos armados e treinados pelos EUA.

A administração Kennedy retornou ao foro da OEA, na VIII Reunião de Consulta de Montevideu em janeiro de 1962. O Secretário de Estado, Dean Rusk, empenhou-se na ruptura das relações diplomáticas e comerciais com Cuba de todo o Continente. Conseguiu uma declaração que proclamava o comunismo como incompatível com o sistema interamericano, excluindo, assim, o regime cubano da OEA.

A resistência latino-americana em endossar, na OEA, o que os Estados Unidos julgavam de importância vital, conduziu, em meados dos anos 1960, ao crescimento das teses revisionistas do sistema interamericano.

O alinhamento brasileiro com os Estados Unidos era fruto tanto de uma vontade quanto de uma necessidade. Vontade, pois os líderes do movimento de 64 acreditavam na superioridade dos Estados Unidos e viam-no como o modelo a ser seguido pelo Brasil. Sem os EUA, pensavam, o Brasil nunca se tornaria à potência que desejavam. Para tanto, eram necessários alguns sacrifícios, entre os quais se incluía realizar uma revisão nos temas gerais da política externa até então seguida e uma “liberalização” econômica para atrair investimentos externos. O modelo, conforme sintetizado por Martins<sup>99</sup>, seguia as seguintes premissas:

*“No período Castelo Branco, a política externa tem como seu principal fundamento os interesses virtuais da burguesia*

---

<sup>99</sup> MARTINS, Carlos E. Op cit., p. 57.

*internacionalizada, na qual se incluem, naturalmente, os grupos nacionais associados aos investimentos estrangeiros ou dependentes (...) Simultaneamente, verifica-se, pelo menos no interior do governo, uma estreita correlação entre a defesa da política exterior posta em prática e o apoio ao projeto de institucionalização de um modelo político elitista, mas de corte liberal-democrático. No campo da doutrina militar, prevalecem teses defensivas, ligadas ao conceito de segurança coletiva. Finalmente a ideologia dominante no período foi o chamado liberal-imperialismo”<sup>100</sup>.*

Existia uma necessidade do governo Castelo Branco em manter o relacionamento afinado com as linhas de ação em política externa em voga em Washington. Um ano após a derrubada de Goulart e passada a euforia inicial pela fácil vitória, o regime tinha perdido muito dos seus atrativos para alguns daqueles que o tinham apoiado no começo.

No campo civil, a classe média, que tinha ido às ruas contra as reformas de Goulart, amargava o receituário de Roberto Campos, Ministro do Planejamento. Procedia ele uma reorganização da economia, instalando um modelo concentrador de renda com arrocho salarial.<sup>101</sup> Parte do empresariado, sem ligações com o capital internacional, também perdia terreno com a concentração do poder econômico e os privilégios acordados com as empresas transnacionais (exemplo: Hanna) e suas associadas locais. Estudantes, operários e camponeses sofriam com o início da repressão amparada pelos atos institucionais.

Quanto à classe política, começava a percepção, por parte dos grupos que apoiaram o golpe, das dificuldades de se tentar manipular as forças armadas. Os parlamentares adeptos de Goulart foram prontamente cassados, os remanescentes integraram a minoria no Congresso. Muitos situacionistas, particularmente da UDN e do PSD, ficaram inquietos com o cerceamento das liberdades políticas e a falta de celeridade das forças armadas em saírem da política.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> MARTINS, Carlos E. Op cit., p.60-62.

<sup>101</sup> DULLES, John W. F., Op Cit, p. 25-26.

<sup>102</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista, *Revista Veja* 992, 09-09-1987, p. 5-8.

O governador da Guanabara e líder da UDN, Carlos Lacerda, foi um dos primeiros políticos de renome a distanciar-se do governo ao notar que este não pretendia devolver de imediato o poder aos políticos. Lacerda ficou famoso por seus discursos e escritos, em nada tolerantes ou condescendentes para com seus adversários (Getúlio Vargas foi um dos seus alvos prediletos) e passou a atacar Castello em artigos publicados na Tribuna da Imprensa, com grande repercussão popular.

Por fim, a própria imprensa, ainda não submetida aos rigores da Lei de 10 de fevereiro de 1967 e ao arbítrio do AI-5, tinha uma postura crítica, mesmo que com limites em função da linha do jornal. São exemplos O Globo, a Tribuna da Imprensa e o Correio da Manhã.

Em resumo: no lado civil, o governo tinha perdido muitos aliados, sem ganhar novos; muitos que da classe política e da classe média o tinham apoiado, agora o criticavam.

No campo militar, a coisa não corria melhor. Hoje é relativamente mais fácil julgar Castello, pois sabemos das dificuldades que teve de enfrentar e, em particular, o que veio depois. Na época, porém, parecia difícil acreditar que com as cassações, os inquéritos Policial-militares (IPM's), o recesso forçado do Congresso<sup>103</sup> e a repressão nas ruas, ainda existisse espaço à direita do Presidente da República. Os fatos posteriores iriam demonstrar que espaço havia, e que era amplo - AI-5, Junta Militar, DOI-CODI. Naquele então, Castello defrontava-se com forte oposição militar, descontente com seu “legalismo”. Queriam esses militares da chamada “linha dura” uma política mais “revolucionária”, sem os empecilhos constitucionais e legais que travavam as modificações que julgavam necessárias e, em particular, cerceava seu poder.

Posto isso, passemos agora a considerar o caso específico objeto do presente estudo: o papel do Brasil na intervenção realizada na República Dominicana. Este ilustra, na prática, o conceito de interdependência.

---

<sup>103</sup> DULLES, John W. F., Op Cit,p.272-273.

## CAPÍTULO 2

### **AS GUARRAS DA ÁGUIA: a política norte-americana para o continente**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, novos padrões de relacionamento se desenvolvem no sistema internacional. A política mundial passa a se tornar bipolarizada, dividida e disputada pelas duas superpotências, as quais saíram vitoriosas ao final da guerra, a União Soviética e os Estados Unidos. Essas superpotências passam a criar, desenvolver e tentar ampliar seus satélites de influência produzindo cinturões defensivos políticos-econômicos e militares uma contra a outra.

O Continente americano, sempre representou no contexto da política externa norte-americana, o seu quintal, onde pode desenvolver a sua política exterior da melhor forma que lhe couber, no entanto no decorrer da Guerra Fria, esta política viu-se abalada pela vitória do movimento revolucionário cubano, em 1959. O qual, o governo norte-americano imediatamente, passou a hostilizar e a entendê-lo como inimigo, neste processo, o regime cubano, foi forçado, a se vincular a URSS, o que apenas acirrou a crise entre Cuba e os USA. O ápice desta crise ocorreu, em 1962, durante a Crise dos Mísseis. Ao fim da Crise dos Mísseis, o governo norte-americano, re-orienta sua política para o continente, a qual passará a ser mais intolerante com regimes nacionalistas de viés esquerdista. Neste sentido, passam-se a apoiar a ascensão de regimes autoritários conservadores, os quais representavam, para o governo norte-americano, a ampliação e a manutenção da segurança no continente, e novos aliados na luta contra a subversão e o expansionismo comunista.

Neste contexto, o governo americano, tentava de todas as formas e maneiras restringir a experiência comunista no continente à ilha de Cuba, é no bojo deste processo que iram desenvolver-se novas políticas norte-americanas intervencionista, as quais não representavam nenhuma novidade no contexto histórico do continente, pois tais ações eram realizadas desde os finais do século XIX, no entanto, até a década de 1950, a política intervencionista norte-americana, manteve-se na bacia Caribenha e na América Central.

A partir de meados da década de 50, tal política pode ser vislumbrada por todo o continente, inclusive na América do Sul, através do apoio político, financeiro e militar, dado a ascensão dos regimes autoritários e nos processos de desestabilização de governos nacionalistas. Como exemplo podemos citar, caso brasileiro, através da desestabilização do governo Goulart, e do apoio ao regime militar, ainda podemos elencar, o Chile na década de 1970, Argentina, Paraguai. Neste sentido buscaremos interpretar, analisar o processo de intervenção no continente, e a luz deste debate à participação e a atuação dos Estados Unidos, na Crise Dominicana de 1965.

Traçaremos um quadro das origens e desenvolvimento da crise civil na República Dominicana.

### 2.1. Um histórico das intervenções: os Estados Unidos contra a América Latina.

*“Dos salões de Montezuma  
Às costas de Trípoli;  
Nós lutamos batalhas do nosso país  
No ar, na terra e no mar;  
(...) Nossa bandeira tremulará a cada brisa  
Do alvorecer ao por do sol;  
Nós lutamos na neve de terras do norte  
E em ensolaradas praias tropicas”.*<sup>104</sup>

Esta secção pretende ter a função de mapeamento histórico das diversas formas e matizes desenvolvidos pelas ações intervencionistas norte-americanas no continente. Por esse motivo, não se realizará aqui um debate aprofundado sobre o tema<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> Hymn Do Corpo de fuzileiros navais de ESTADOS UNIDOS In <http://www.fortliberty.org/ylang/pt/patriotic-songs/us-marine-corps-hymn.shtml>

<sup>105</sup> Para uma visão mais aprofundada das políticas intervencionistas norte-americanas vide DENT, David W. (org.) *US-Latin American Policymaking: a reference handbook*. Westport, CT. Greenwood Press: 1995.; e SICKER, Martin. *The Geopolitics of Security in the Americas: hemispheric Denial from Monroe to Clinton*. Westport, CT. Praeger Publisher: 2002.

O uso da “força” como forma de alcançar seus objetivos é uma premissa recorrente na realidade dos Estados. Para alguns, é uma realidade muito mais concreta do que para outros. Se voltarmos as nossas vistas para o continente Americano, essa característica fica facilmente visível. Excetuando-se o caso brasileiro, todos os demais países só alcançaram a sua autodeterminação e liberdade após longos e sangrentos processos de independência, todos eles levados a cabo pelo uso da “força”.

No entanto, dentro do continente, os Estados Unidos tornaram-se o único país em que o uso da “força” foi recorrente para alcançar os seus objetivos políticos-econômicos; os demais mantiveram esta circunstância como opção retórica.

As relações entre os Estados Unidos e a maioria dos governos da América Latina foram marcadas por freqüentes e repetidos atos de interferência e de intervenções, diretas ou indiretas, na soberania destes países.

Os métodos e os objetivos das intervenções dos Estados Unidos na América Latina foram diversos, passaram pelo envio de fuzileiros navais para proteger “cidadãos” e “propriedade”, pelo combate da subversão comunista e pelo uso da desestabilização econômica ou política, buscando enfraquecer um governo considerado hostil.

Apesar das justificativas empregadas pelos Estados Unidos para as suas “incursões” nos países do hemisfério, as diversas convenções internacionais estabeleceram que a intervenção é uma violação da soberania nacional e do direito de todas as nações à autodeterminação.

No centro do processo de intervenção na América Latina estão os Estados Unidos, que desde que promulgaram a doutrina Monroe, em 1823, se sentiram na obrigação de agir como a “*polícia do hemisfério*”. Embora na maior parte do século XIX tenha realizado intervenções circunscritas aos seus vizinhos diretos, a partir do início do século XX e da ascensão à presidência de Theodore Roosevelt, este papel ajustou-se, ocorrendo em períodos regulares<sup>106</sup>.

Mesmo que o uso da “força” seja vestido de reivindicações para se realçar a estabilidade, trazendo reformas para as instituições democráticas e livrar um sistema da ilegalidade ou da subversão, os latino-americanos costumam interpretar a intervenção como

---

<sup>106</sup> Vide Anexo 1. A tabela deste anexo aponta todas as intervenções realizadas pelos Estados Unidos nos países da América Latina até 1992.

o uso do poder, na tentativa de controlar ou reverter os eventos Políticos-econômicos para o seu próprio benefício.

A questão da intervenção dos Estados Unidos na América Latina tem sido o foco de diversos pesquisadores<sup>107</sup>, em estudos que versam sobre as diferentes formas em que o poder econômico, político, e militar tem sido usado na região. Essas análises utilizam métodos comparativos, e são analisadas a partir de inúmeras perspectivas - histórica, institucional, legal, e política. A maioria procura explicar as intervenções e comentar as suas implicações político-domésticas, bem como o seu impacto nas relações americanas.

Como bem define Kane, “*se os intelectuais latino-americanos fossem escolher uma palavra que caracterize as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, desde a virada do século [XIX], provavelmente a escolha majoritária seria ‘intervenção’*”<sup>108</sup>. Esta definição demonstra claramente a impressão que os diversos países latino-americanos possuem da política norte-americana para o continente.

Michael J Kryzanek<sup>109</sup>, em seu artigo sobre as diversas formas aplicadas pelos Estados Unidos para justificar e atuar nos processos de intervenção divide esta ação em três períodos. O primeiro período, denominado de “*Era do Poder Incontesté*”, foi marcado pelas presidências de Roosevelt, Taft, e Wilson e por diversas intervenções militares, em que as administrações interpretavam a sua posição no Continente como sendo a de um ator que deveria exercer o papel de pacificador do hemisfério, de reformador político e modernizador.

Este foi um período em que os Estados Unidos cresceram em seu poder econômico e estratégico, e estavam dispostos a exercer esse poder não somente no âmbito dos interesses comerciais, mas também para desenvolver um “clima” na região que fosse estável e refletisse seus valores políticos. Foi também uma época, em que os Estados Unidos viam a América Latina como seu “*quintal estratégico*”, requerendo uma vigilância constante contra o expansionismo estrangeiro e, ao mesmo tempo, uma terra apropriada para a execução de valores democráticos e capitalistas.

---

<sup>107</sup> DENT, op. cit e SICKER, Martin. op. cit .;CIMBALA, Stephen J. *Collective Insecurity: U.S. Defense Policy and the New World Disorder*. Westport,CT. Greenwood Press: 1995. (especialmente a introdução e o capítulo 1 –“U.S. Defense Policy in the Cold War”).

<sup>108</sup> Apud. KRYZANEK, Michael J.”Intervention and Interventionism”. In DENT, op. cit. p. 397.

<sup>109</sup> KRYZANEK, Michael J. “Intervention and Interventionism”. In DENT, op cit.

Em conseqüência, os Estados Unidos promoveram a ascensão de tiranos, como Anastásio Somoza, na Nicarágua, ou Rafael Trujillo, na República Dominicana. Esta atuação representou apenas uma outra face das ações intervencionistas, refletidas no apoio fornecido por estes novos regimes, ao permitirem que se criassem sistemas políticos não somente estáveis, mas receptivos aos negócios americanos e aos interesses militares, como no “*empréstimo*” de terras agrícolas ou ao se assinarem acordos mútuos de defesa.

A segunda fase foi identificada por Kryzanek como sendo a “*Era das Intervenções Encobertas*”, fase marcada por um forte movimento no âmbito da Organização dos Estados Americanos para fazer valer o princípio da não-intervenção. Combinada com o crescimento do avanço das doutrinas comunistas dentro do continente levou os “*policymakers*” norte-americanos a analisar o problema da intervenção de diferentes maneiras. Uso de operações secretas e de dispositivos, como embargos econômicos, e suspensão de empréstimos, visaram enfraquecer governos de esquerda, e esses constituíram os meios preliminares da intervenção.

O multilateralismo exposto na carta da OEA não impediu os Estados Unidos de intervirem unilateralmente nos países do continente. Entretanto, forneceu aos Estados latino-americanos um fórum para contestação do uso da força e da atividade intervencionista. O uso destes dispositivos e o seu caráter de “novo olhar” sobre as ações de intervenção ficou evidente nos casos da Guatemala, em 1954, através do treinamento e transporte das forças militares guatemaltecas fornecido pela CIA, visando derrubar o governo nacionalista de Jacobo Arbenz; de Cuba, em 1961, na invasão a Baía dos Porcos, projetada para derrubar o regime de Castro; da Bolívia, nas operações que visavam acabar com o movimento guerrilheiro liderado por Che Guevara; do Chile, nos anos 70, visando derrubar o governo de Salvador Allende.

Num contexto como esse explicitado, o episódio da intervenção na República Dominicana, em 1965, representou uma “ruptura” no padrão adotado pelos Estados Unidos, baseado na atuação de operações secretas ou de desestabilização, pois retomou os padrões anteriores de intervenção direta ao enviar cerca de 20.000 soldados à República Dominicana para trazer a ordem a um país dominado pela guerra civil.

O que separa a intervenção Dominicana de 1965 das incursões tradicionais norte-americanas foi à opção da administração Johnson de fazer um esforço para dar forma a uma

força multilateral de paz. Sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos, os Estados Unidos conduziram à Força Inter-Americana de Paz (FIP).

Para Kryzanek, “o importante a ser ressaltado sobre a intervenção Dominicana é que os Estados Unidos reconheceram o benefício de dar forma a sua participação nos termos de uma operação latino-americana”<sup>110</sup>. Esta tentativa de multilateralizar o conflito representou uma metamorfose da ação de “intervenção”, evoluindo para uma variedade de novas tentativas de se multilateralizarem os conflitos de que os Estados Unidos participaram. São também exemplos desse movimento o Vietnã e a intervenção em Granada em 1983.

Uma terceira fase, que escapa ao escopo deste trabalho, será mencionada brevemente. O autor enumera três administrações em esta iniciativa foi utilizada. A primeira, a do presidente Reagan; a segunda, de George Bush; e a terceira, do presidente Clinton.

Com o fim da Guerra Fria, o governo norte-americano retomou o antigo modelo de intervenção, principalmente no Panamá. Em muitos aspectos as intervenções em Granada e na América Central marcaram um retorno às velhas práticas de intervir rapidamente em um país em que a instabilidade reinasse e onde a influência norte-americana estivesse em declínio. Desta forma, essas três administrações procuraram uma forma de renovação do poder dos Estados Unidos na sua esfera tradicional de influência, re-editando os processos de intervenção “aberta”.

## 2.2. Da ilha de Hispaniola à República Dominicana.<sup>111</sup>

A República Dominicana apresenta uma conturbada história. Primeira terra americana descoberta por Cristóvão Colombo, a ilha de Hispaniola conheceu inúmeras vicissitudes<sup>112</sup> até ficar, a partir de meados do século XIX, dividida entre dois países

---

<sup>110</sup> KRYZANEK, Op.Cit., p.410.

<sup>111</sup> **Vide anexo 1 para um quadro mais suscinto referente aos principais eventos referentes a crise dominicana, no Brasil, na OEA, na República Dominicana. P.**

<sup>112</sup> Para uma visão mais detalhada da história da República Dominicana vide PONS, Frank M. *Manual de Historia Dominicana*, Santo Domingo. Ed. de la UCMM: 1978.; BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. 2. ed., 1. reimpressão. São Paulo / Brasília. EDUSP / FUNAG: 2004. v.1,2,3,4 e 5.; e HARTLYN, Jonathan. *The struggle for democratic politics in the Dominican Republic*. Chapel Hill. University of North Carolina Press: 1998.

independentes: a República do Haiti e a República Dominicana, fonte sempre presente de atritos e rivalidades<sup>113</sup>.

No século XX, dois acontecimentos antes da guerra civil que nos ocupa marcariam a história dominicana, contribuindo para explicar suas origens. O primeiro seria a intervenção norte-americana ocorrida desde 1916 até 1924; o segundo, a ascensão de Leônidas Trujillo ao poder, na década de 1930.

A ocupação militar norte-americana, de 1916 a 1924, foi um período em que o país foi governado por “mandatários” da marinha dos Estados Unidos. Conforme Pons<sup>114</sup>, a ocupação militar teve importantes conseqüências: modernizou a nação (centros urbanos, saneamento básico, telefones, estradas) e acabou com a endemia das guerras civis (desarme forçado da população), além de regularizar as finanças (fim do contrabando, perseguição da corrupção na alfândega). O desarme influenciou decisivamente o futuro dominicano - desarmado pela primeira vez na sua história, a população ficou à mercê do governo central e os caciques locais foram gradativamente perdendo poder, devido ao desaparecimento de suas milícias. Ao mesmo tempo, formou-se um novo exército, destinado a garantir a estabilidade política, treinada conforme os padrões dos fuzileiros navais norte-americanos.

Se a ocupação militar plena acabou em 1924, a tutela norte-americana prosseguiu através do controle da alfândega, das restrições financeiras ao governo dominicano (controle da emissão de moeda e bônus do tesouro) e da faculdade de intervenção estipulada por tratado.<sup>115</sup> O governo dominicano de Horácio Vásquez, eleito democraticamente após o fim da ocupação, foi desestabilizado pelas intrigas políticas e denúncias de corrupção.<sup>116</sup> Dessas manobras políticas surgiu um fato que costumava repetir-se na história da América Latina como um todo: a tentativa, por parte de líderes civis, de manipular chefes militares para, à margem da lei, garantir ou atingir o poder. Mais uma vez o militar, chamado para infringir a lei que deveria defender, recusará retornar à caserna.

---

<sup>113</sup> PONS, Op. Cit., p.211-67.

<sup>114</sup> PONS, Op. Cit., p.475-94.

<sup>115</sup> ALEIXO, José C. B. *O Princípio de Não Intervenção e sua importância na História da América*. Brasília. Editora Universidade de Brasília: 1989.p. 45

<sup>116</sup> PONS Op. Cit., p.500-6.

Desta forma, em 1930, após eleições fraudulentas marcadas por incontáveis assassinatos políticos<sup>117</sup>, Rafael Leônidas Trujillo Molina foi eleito Presidente da República Dominicana.<sup>118</sup>

Começava uma longa era. De 1930 a 1961 Trujillo presidiu pessoalmente, ou através de prepostos, a República Dominicana. No final de seu longo domínio, o "*Benefactor de la Pátria*" e "*Padre de la Nueva Pátria*" entre outros títulos honoríficos, tinha convertido o país em uma rendosa propriedade particular.

O sistema de poder de Trujillo assentava-se, no plano interno, na fidelidade absoluta das Forças Armadas e da polícia ao ditador, reprimindo qualquer tentativa de questionar o regime. No plano externo, Trujillo projetava-se como baluarte do anticomunismo e gozava da proteção dos EUA. Segundo Pablo A. Mariñez:

*“Trujillo soube acomodar convenientemente a doutrina de segurança hemisférica que os Estados Unidos haviam imposto com o início da Guerra Fria, conhecida como doutrina Truman, segundo a qual o inimigo, isto é, o comunismo internacional, tinha um caráter externo, encarnado na União Soviética.*

*Para Trujillo, a luta contra o comunismo não era mais que uma batalha contra seus inimigos, os que de imediato passaram a ser classificados de comunistas. Dentro desta política de contenção, Trujillo fortalece as Forças Armadas, e amplia a atuação do seu Ministério das Relações Exteriores, o que permitiu levar a cabo as estratégias adequadas para conduzir a política externa”*<sup>119</sup>

No entanto, no início da década de 60, dois fatos irão contribuir para o fim do "*Protector de la Iglesia y de los Pobres*". O primeiro deles, originário da "*síndrome cubana*", caracterizada pelo temor, por parte das elites norte-americanas, de um movimento similar à Revolução Cubana nos demais países do Continente. Paradoxalmente, o anticomunismo de Trujillo, pelo seu radicalismo, criava as condições propícias para o

---

<sup>117</sup> PONS. Op. Cit., p.509-10.

<sup>118</sup> PONS. Op. Cit., p.513-26.

<sup>119</sup> MARÍÑEZ Op Cit., p. 33.

comunismo, e logo surgiram novas operações de guerrilha no país. Aliás, o ditador já tinha flertado antes, em 1946, com os escassos comunistas dominicanos, chegando até a legalizar o partido. A manobra serviu para consolidar o regime que estava ameaçado pelo governo norte-americano então, com o fim da guerra imbuído de antifascismo e, portanto contrária a toda forma personalista de poder. Acenando com o espectro comunista, Trujillo conseguiu dos EUA o fim do boicote e, ato contínuo, eliminou brutalmente os comunistas dominicanos.

Outro fator foi à participação de Trujillo no atentado contra o presidente eleito da Venezuela, Rômulo Betancourt, desafeto pessoal do ditador. O atentado, efetuado em junho de 1960, fracassou, e ficou patente o apoio do governo dominicano aos assassinos. O regime trujillista foi condenado pela OEA que, na VI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores (Costa Rica, agosto de 1960), determinou o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com o país. Subitamente isolado, e ultrapassado no novo contexto da política norte-americana, Trujillo tentou mais uma jogada ousada. Procurou aproximar-se de Castro, que rechaçou suas propostas de aliança. A CIA soube da manobra e sentiu-se com as mãos livres para apoiar a conspiração contra o "Benefactor", que foi eliminado a 30 de maio de 1961<sup>120</sup>.

O assassinato de Trujillo abriu uma séria crise na República Dominicana. A família Trujillo, liderada pelo filho Rafael Trujillo Junior (mais conhecido como Ramfis), então comandante da poderosa base de San Isidro, tentou manter-se no poder com os mesmos métodos do ditador, começando pela eliminação dos envolvidos no complô. Joaquim Balaguer, homem de confiança de Trujillo, e presidente da República na ocasião, decidiu exilar a família Trujillo, manobra que só se tornou possível pela presença da frota norte-americana ao largo das costas Dominicanas.

Em março de 1962 o presidente Balaguer, acusado de neo-trujillista e incapaz de controlar o descontentamento popular, exilou-se, inaugurando uma fase de grande agitação sob a presidência de Rafael Bonnelly, que culminou com a eleição presidencial de Juan Bosch, do Partido Revolucionário Dominicano (PRD) em 20/12/62. Eram as primeiras eleições verdadeiramente democráticas desde 1924 e os dominicanos elegeram na mesma ocasião uma assembléia constituinte.

---

<sup>120</sup> DRAPER, Op.Cit, p. 45 e PONS Op. Cit., p. 524.

Bosch obteve mais de 600 mil votos contra 200 mil de seus oponentes, traduzindo-se em respaldo popular. Passou a representar a esperança de mudança para grande parte dos dominicanos após a ditadura e a transição Balaguer-Bonnely, de direita. Neste período, Bosch ainda não era identificado como sendo comunista, tendo inclusive ele mesmo recusado explicitamente o apoio do Partido Comunista Dominicano e de outros agrupamentos marxistas, sendo severamente criticado pela imprensa de Havana.

O presidente dominicano parecia também representar, naquele período, o ideal de dirigente latino-americano para os EUA. Antes mesmo de ser empossado, Bosch fez uma longa viagem ao exterior, sendo recebido pelos principais líderes ocidentais. De janeiro a fevereiro de 1963, entrevistou-se com Kennedy, McMillan, Adenauer e De Gaulle, obtendo uma favorável projeção internacional, nunca alcançada antes por um presidente dominicano. Voltou ao país com promessas de apoio político e econômico. Parecia o início de uma nova fase no país.

Juan Bosch assumiu a presidência da República Dominicana a 27 de fevereiro de 1963. Entre as autoridades presentes destacava-se o vice-presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson. A Constituição dominicana que substituiu a trujillista foi promulgada a 29 de março, ressaltando os valores da democracia representativa, dos direitos humanos e da melhor distribuição de renda. Ou seja: uma carta moderna com preocupações sociais, mesmo que sem conotações socializantes e menos ainda comunizantes. Ponto inovador era a proposta de uma reforma agrária, baseada não na socialização das terras, mas na sua distribuição, com títulos de propriedade, entre os camponeses mais pobres.

Estas louváveis iniciativas, conjugadas a uma gestão administrativa pouco eficiente, devido à máquina “*político-burocrática*” herdada do trujillismo, fizeram com que poderosos interesses passassem a se opor ao regime. Militares, comerciantes e industriais passaram a conspirar para derrubar o governo. Bosch governava acreditando no apoio externo e interno, mas não levava em suficiente consideração as complexidades do sistema de poder em Washington. O apoio popular a Bosch significava prestígio, mas não poder efetivo. Este continuava nas mãos das bem aparelhadas Forças Armadas.

Juan Bosch foi deposto sem dificuldades e a recém promulgada Constituição suspensa a 25 de outubro de 1963. O presidente exilou-se em Porto Rico, onde se encontrava em 1965 quando eclodiu o conflito civil. O governo Kennedy não reconheceu o

trunvirato civil que substituiu o regime constitucional<sup>121</sup>. O boicote diplomático norte-americano durou até dezembro de 1963, quando Johnson reconheceu o novo Governo dominicano. Este fato ocorreu quando da posse de Thomas C. Mann como sub-secretário de estado para assuntos inter-americanos, após a eliminação da guerrilha esquerdista nas montanhas dominicanas<sup>122</sup>.

Em 1964 os Estados Unidos concederam vultuosos empréstimos ao novo governo. Reid Cabral, uma das lideranças do triunvirato golpista, iniciou em 1965, sob conselho dos Estados Unidos, um programa de remanejamento nas Forças Armadas para consolidar o seu poder. Uma das táticas de Trujillo sempre foi remanejar os altos cargos militares para prevenir conspirações.

A crise econômica, a inflação, a queda da cotação do peso dominicano (30% em poucos meses em um país com estabilidade monetária desde 1941) e a corrupção generalizada provocaram manifestações populares em fevereiro, pedindo a volta da "*ordem constitucional*" e a convocação de eleições.

O clima de insatisfação popular persistiu. As greves se alastraram, comerciantes sofreram com a concorrência desleal dos prepostos do governo (incluindo-se o próprio presidente), a inflação continuou, a deterioração da sociedade dominicana agravou-se a cada dia. A repressão já não conseguia dominar a ordem pública. Dias após dia, trabalhadores entravam em greve por falta de pagamento. As contradições internas do regime agudizaram-se e os generais dominicanos tornaram a conspirar. Concomitantemente, um grupo de jovens oficiais também conspirava, juntamente com Juan Bosch e a cúpula do PRD que havia permanecido na República Dominicana para restabelecer a ordem constitucional.

Foi nesse clima que Reid tentou repetir o "*golpe branco*" de janeiro e mudar os comandos militares para, logo após, prender os oficiais pró-Bosch cujas intenções já conhecia. A tentativa de Reid e as respostas das Forças Armadas deflagraram o conflito civil de 1965.

Para facilitar o entendimento da "Crise Dominicana", limitamos os diversos grupos que participaram do evento a dois: de um lado, o grupo composto pelo ex-presidente Juan Bosch (exilado em Porto Rico), por membros do Partido Revolucionário Dominicano

---

<sup>121</sup> PONS, Op. Cit p.537.

<sup>122</sup> PONS, Op. Cit., loc. cit.

(PRD) e pelos militares que o apoiavam liderados pelo Coronel Francisco Caamaño Deñó, identificados a partir deste momento como o “*grupo rebelde*”; de outro lado, o segundo grupo, que representou uma coalização constituída pelos principais líderes militares que se opunham tanto à causa rebelde, quanto à permanência de Reid no poder. Esse segmento era formado pelo general Elías Wessin y Wessin, comandante da Força de blindados, pelo Comodoro Francisco J. Rivera Caminero, comandante da marinha dominicana, e pelo General Jesús de los Santos Céspedes, chefe da Força Aérea, localizada na base de San Isidro. Estes comandantes formavam o grupo denominado a partir de agora de “*Junta Militar*”<sup>123</sup>.

Realizados estes esclarecimentos vamos dedicarmo-nos à apresentação da Crise Dominicana, enfatizando os seus principais aspectos.

No sábado 24 de abril de 1965, Reid Cabral enviou o general Marcos Rivera Cuesta, recém promovido ao cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, para prender os supostos líderes da conspiração pró-bosch. Estes se encontravam nos quartéis “*Campo 16 de Agosto*” e “*Campo 27 de Fevereiro*”.

Ao tomar essa iniciativa, Reid Cabral pretendia conter a deflagração do movimento golpista, que, segundo suas fontes, estava planejado para iniciar-se no dia 26 de abril.<sup>124</sup> Devido ao fracasso das intenções de Reid em prender os conspiradores pró-bosch, o movimento “*rebelde*” foi forçado a antecipar suas ações.

Além dos dois grupos que disputavam o poder dentro da República Dominicana, o ex-presidente Joaquim Balaguer, exilado em Nova York, também preparava a sua volta, tendo criado o Partido Reformista (PR) de oposição ao governo Reid e de linha populista, concorrente de Bosch.

Assim, não restavam muitos, na República Dominicana de abril de 1965, para defender o governo de Reid Cabral. Mesmo o empresariado dominicano estava exasperado pela corrupção e pelo contrabando que lhes tirava o mercado. Muitos setores do exército

---

<sup>123</sup> A denominação de “grupo rebelde”, dada aos membros pró-Bosch foi instituída pelo autor deste trabalho. As denominações encontradas em textos que tratam sobre o tema normalmente referem-se ao “movimento constitucionalista”, “grupos pró-Bosch”. Já a denominação ao grupo militar que fez frente à tentativa de golpe, “Junta Militar”, é a empregada pela bibliografia corrente. Para maiores esclarecimentos vide LOWENTHAL, Op.Cit., p.73-5.

<sup>124</sup> DRAPER Op.Cit., , p. 37.

opunham-se a Reid. Os partidos com apelo popular, PRD e PR, desejavam a queda do regime - o primeiro para reassumir o poder sem eleições; o segundo, através delas.<sup>125</sup>

O domingo 25 de abril foi marcado pela capitulação do "*Triunvirato*" de Reid Cabral, ato desencadeado após um ataque realizado pelas forças "rebeldes" ao Palácio Nacional, sede do governo na República Dominicana.

A primeira declaração realizada após a deposição de Reid Cabral foi feita pelo General Caamaño: "*Nosso propósito fundamental é única e exclusivamente devolver ao povo o que lhe foi retirado em 25 de setembro de 1963, ou seja, o retorno a Presidência da República do professor Juan Bosch.*"<sup>126</sup>.

Decididos a continuar com a vida política, os "*rebeldes*" reuniram durante todo o dia de domingo representantes da Câmara dos Deputados e do Senado eleitos a 20 de dezembro de 1962 e suspensos desde o golpe de 25 de setembro de 1963. Durante a noite, os parlamentares, de acordo com a Constituição de 1963, escolheram como Presidente da República José Rafael Molina Ureña. Presidente da Câmara dos Deputados, Ureña assumiu de acordo com os preceitos constitucionais - na ausência do Presidente da República, do Vice, e do Presidente do Senado.<sup>127</sup>, anunciando sua posse pela televisão. Parecia à situação estar definida e a volta de Bosch ser uma questão de horas.

Enquanto isso, conforme Lowenthal<sup>128</sup>, a embaixada norte-americana já havia enviado vários telegramas ao Departamento de Estado, em Washington, onde se havia formado uma "*Força Tarefa da República Dominicana*" (Dominican Republic Task Force) desde a manhã de domingo. Os generais norte-americanos e a embaixada estavam hesitantes<sup>129</sup>, não querendo se comprometer com o regime de Reid (que solicitou ajuda aos EUA) e tampouco desejando a volta de Bosch no sistema "*constitucionalista sem eleições*" recém anunciado<sup>130</sup>.

Só após o anúncio da volta iminente de Bosch, as forças de oposição, representadas pela "*Junta Militar*", reagiram. Na segunda-feira 26, Molina Ureña anunciou seu gabinete,

---

<sup>125</sup> Idem p. 42-54.

<sup>126</sup> LOWENTHAL, Op.Cit., p.74.

<sup>127</sup> Ficou pendente um dado importante que é o de quantos senadores e deputados participaram dessa reunião. Nenhum dos autores DRAPER, LOWENTHAL, PONS ou SLATER, esclarecem este ponto.

<sup>128</sup> Idem, p. 68.

<sup>129</sup> Ibidem, p.73-4.

<sup>130</sup> Ibidem, p.76.

designando os coronéis Ramírez para o Comando do Estado-Maior das Forças Armadas e Caamaño para o Ministério do Interior.

Enquanto isso, a “Junta Militar” e a embaixada dos EUA, apostavam no rápido esmagamento da *“rebelião”*. Os “rebeldes” não poderiam resistir, acreditavam eles, a rápida ação deflagrada pelas três forças, exército, aviação e marinha, de maneira conjunta. A embaixada dos EUA, já no dia 25, tinha escolhido, conforme apuramos, o seu campo de apoio, e apostava na rápida normalização sem a necessidade de intervenção<sup>131</sup>. Os generais dominicanos, esperançosos do apoio norte-americano, tomaram a iniciativa de começar a guerra civil, atacando pelo ar e pelo mar a capital do país.

A 26 de abril, começaram os ataques contra a cidade, mas os *“rebeldes”*, com forte apoio popular, foram capazes de resistir aos ataques da *“Junta Militar”*. O clima em S. Domingos já era de guerra, com falta de água e energia elétrica, hospitais abarrotados de feridos e estrangeiros fugindo do centro da cidade. As Forças Armadas dominicanas apresentavam inquietante indecisão diante da disposição da população de resistir aos repetidos ataques. Ignoravam, pelo visto, os diplomatas norte-americanos e os militares dominicanos por eles apoiados, e os efeitos contraproducentes do bombardeio de alvos civis. Durante a Segunda Guerra Mundial, comprovou-se que estes reforçavam o apoio ao governo e o espírito de resistência. Nesse clima exacerbado e cheio de desconfianças, era praticamente impossível obter uma solução de consenso, mas foi esse o caminho indicado por Washington à sua embaixada.

No dia 27 a Crise Dominicana agravou-se. Os generais da *“Junta Militar”* planejaram uma ação em grande escala contra a cidade, cujo objetivo era desarticular as forças *“rebeldes”* e impor um novo governo controlado pela *“Junta Militar”*. Acreditavam poder ser bem sucedidos, baseados em falsas premissas com origem nos anos de repressão trujilista e na morna reação ao golpe de setembro de 1963, e desconhecendo a determinação de grande parte da população da capital e da apreciável tropa *“rebelde”* (mais de 1.000 oficiais e soldados) de mudar a história do país. Por desconhecerem estes fatos, acreditava a *“Junta”* que seria uma vitória fácil, conseguindo desta maneira colocar um fim ao conflito.

O ânimo dos *“rebeldes”* era baixo devido a diversos fatores, entre eles os pesados ataques infligidos pelas forças da *“Junta Militar”*, o não alastramento da revolta, para

---

<sup>131</sup> Ibidem., p.80-2.

outras partes do país, tornando a rebelião circunscrita à capital São Domingos, e a interpretação feita por alguns líderes “*rebeldes*” de que “*os comunistas estavam tomando o controle da revolução*”<sup>132</sup>.

Este conjunto de fatores levou Molina Ureña a acreditar que a causa “*rebelde*” estava perdida. Por essa razão, foi até à embaixada dos EUA, junto com Caamaño e outros oficiais e líderes civis, tentar negociar um *cessar-fogo*. Lá foi recebido pelo embaixador Bennet. Este, certo da vitória dos generais e irritado pelo incidente do Hotel Embajador (onde um grupo armado havia violado o cessar-fogo e colocado em risco a vida das pessoas que lá se encontravam), ofereceu como única saída à rendição.<sup>133</sup>

Ureña, então, junto com um grupo, buscou refúgio na embaixada da Colômbia, certo da derrota. Mas Caamaño e outros oficiais voltaram ao front, onde reagruparam forças para contra-atacar. Washington já dava a situação como definida. Diversos telegramas<sup>134</sup> foram enviados, pensando já na composição do futuro governo, recomendando aos membros da “*Junta Militar*” que não perseguissem adversários políticos, pois estes seriam necessários dentro do novo governo que se constituiria.

No dia 28, as forças “*rebeldes*” atacaram o quartel da polícia em Ciudad Nueva, importante bairro da capital, e distribuíram armas aos civis, enquanto reforçavam a defesa da ponte Duarte<sup>135</sup> com os blindados capturados. Neste momento a postura dos representantes norte-americanos quanto à necessidade de uma intervenção direta alterou-se, pois o revés ocorrido foi atribuído à entrada em cena de forças “*comunistas*”<sup>136</sup>, que

---

<sup>132</sup> GEORGETOWN UNIVERSITY. CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. Op.Cit.,1966, p.38.

<sup>133</sup>As versões pró-governamentais norte-americanas fornecem um panorama bem mais otimista da atitude de Bennett. Vide: GEORGETOWN UNIVERSITY. CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. Op.Cit.,1966, p.42-3.

<sup>134</sup> Para uma análise completa desta documentação, cf. <http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/johnsonlb/>, classificado como: Volume XXXII, Foreign Relations, 1964-1968, Dominican Republic; Cuba; Haiti; Guyana. Editors: Daniel Lawler e Carolyn Yee, General Editor: Edward C. Keefer, United States Government Printing Office, Washington, 2005, Department Of State Publication 11173., e foi consultada pela última vez pelo autor deste trabalho em 04-12-2006.

<sup>135</sup> Ver mapa nos anexos. O mapa pretende dar uma idéia do cenário em que se desenvolveu o conflito civil dominicano, tendo como principais pontos a localização das diversas forças envolvidas no conflito. Anexo 4. p.

<sup>136</sup> A participação de grupos “comunistas” durante a Crise Dominicana é um tema muito controverso. As fontes oficiais norte-americanas afirmam a existência de tais grupos. A bibliografia sobre a crise aponta para duas linhas interpretativas, a primeira seria a da “fabricação” posterior ao evento de documentos que provam tal participação; a segunda aponta para a existência de membros do grupo “rebelde” ligados aos partidos comunistas da época de Bosch como presidente; no entanto os autores apontam para uma “super-valorização” da importância deste elemento no contexto da Crise Dominicana. Vide referências citadas na nota 88.

estariam apoiando o grupo “*rebelde*”. A partir desta suposta ameaça, o governo norte-americano passou a apoiar abertamente a “*Junta Militar*”.

No dia 29, o presidente da área controlada pela “*Junta*”, coronel Benoit, enviou uma mensagem ao embaixador norte-americano Bennet, na qual solicitava uma intervenção, a fim de evitar uma “*nova Cuba*” no Caribe, e instava o desembarque de 1500 fuzileiros navais norte-americanos<sup>137</sup>.

Bennett a endossou e recomendou o desembarque de fuzileiros navais nesse momento. Pediu ao comandante da força naval, já ao largo das costas dominicanas, o envio de helicópteros ao Hotel Embajador, para evacuar os estrangeiros e norte-americanos lá reagrupados, e o desembarque de um pelotão para reforçar a proteção da embaixada.

Assim, antes mesmo de o presidente Johnson tomar qualquer decisão formal, os *marines* voltavam à República Dominicana após 41 anos de ausência.

### 2.2.1. A entrada dos Estados Unidos: a crise se aprofunda

A rapidez com que a situação dominicana mudou de rumo explica, em parte, as contradições da política norte-americana naqueles últimos dias de abril de 1965. As sucessivas reviravoltas civis e militares, as contradições entre as ações do Departamento de Estado, tentando não se comprometer ostensivamente no conflito e moderar a crise (como prova, a negativa de Mann de fornecer inicialmente equipamentos de telecomunicações, armas e munições a qualquer um dos dois grupos), aliadas à própria ação do embaixador Bennett, claramente favorável à “*Junta*” vão, finalmente, desembocar na intervenção.

Diante do telegrama de Bennett, de 28 de abril, no qual este concluía com simplicidade: “*A hora de enviar os marines chegou*”<sup>138</sup>, Johnson reuniu seus assessores (Rusk, McNamara, Ball, Mac Bundy e Bill Moyers) e decidiu: “*Eu disse aos meus conselheiros que não ficaria sentado assistindo a perda de vidas Americanas, nesta situação. Se as autoridades locais não podem prover proteção, nos não temos outra escolha a não ser providenciarmos nós mesmos a proteção necessária*”<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> LOWENTHAL, Op.Cit., p.101.

<sup>138</sup> JOHNSON, Lyndon B. *The Vantage Point*. Nova York, Holt Rinehart and Winston, 1971, p.194.

<sup>139</sup> Ibidem., JOHNSON, Op.Cit., p.195.

O governo norte-americano, em nome da preservação de vidas de cidadãos dos Estados Unidos, rompeu de vez com 32 anos de política de *"boa vizinhança"* na América Latina. São Domingos marcou a 20ª intervenção norte-americana no Hemisfério no século XX e a 65ª desde 1806<sup>140</sup>, numa revitalização da Doutrina Monroe nas suas relações com a América Latina. O pretexto inicial de salvar vidas norte-americanas cedeu lugar ao perigo comunista. A dupla Johnson-Mann vai tentar aproveitar a situação dominicana para implementar uma nova política interamericana.<sup>141</sup> Nesta, os países-chave (onde se concentram as maiores riquezas, território, população e, naturalmente, os maiores investimentos norte-americanos) seriam considerados *"aliados preferenciais"* e desempenhariam, no nível regional, o papel de coadjuvante nas intervenções diretas dos Estados Unidos. Nesse contexto, o Brasil desempenharia o principal papel coadjuvante em S. Domingos. Era, supostamente, o prólogo para um entendimento muito mais forte, incluindo Vietnã e América Central.

Johnson tinha plena consciência das implicações de sua decisão. Mas o "staff" norte-americano conhecia a fundo os problemas dominicanos e não ia se deixar enganar por alarmismos, e decidiu agir, também, para *"dar um exemplo"* a outros possíveis movimentos reformistas no Continente. Os argumentos de salvar vidas e de conter a ameaça comunista não devem ser considerados exclusivos para a intervenção<sup>142</sup>. Tratava-se, também, de mandar um recado a todos aqueles latino-americanos que interpretavam Cuba como um sinal de fraqueza dos EUA. Nesse sentido, os Estados Unidos estavam fortes e alertas.

Na mesma ocasião, Johnson pediu a Rusk que comunicasse sua decisão a todos os embaixadores latino-americanos e à OEA, solicitando a esta que se reunisse de imediato.<sup>143</sup> Logo após, reuniram-se na Casa Branca os principais líderes do Congresso para a sessão de informação, pois a decisão de intervir já havia sido tomada. Aliás, quando Johnson autorizou formalmente a intervenção dos fuzileiros navais, estes já haviam desembarcado.

---

<sup>140</sup> *"EUA intervieram 65 vezes no Hemisfério"*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30/4/65, cad.1., p.2. Vide também tabela sobre intervenções norte-americanas nos anexos.

<sup>141</sup> DRAFER, Theodore. "The Dominican Crisis". Commentary 40 (6): 33-6S. Dec. 1965. p.34-6

<sup>142</sup> Para uma proposta destinada a eliminar o pretexto da intervenção com fins humanitários ALEIXO, Op.Cit., p.19.

<sup>143</sup> JOHNSON, Op.Cit., p.195.

A escalada intervencionista iria prosseguir. Os primeiros soldados da 82ª divisão aerotransportada do exército dos Estados Unidos, baseada em Fort Bragg, Carolina do Norte, desembarcaram na noite de 29 de abril na base de San Isidro, chegando a um total de 18.000 soldados, nos três primeiros dias, representando esse desembarque de tropas uma violação da Carta da OEA e um “atropelo” do princípio básico do sistema interamericano, o de *não-intervenção*. Descartados os motivos invocados para justificar a ilegalidade da ação, restam demonstrar os reais motivos que levaram à intervenção.

Para os EUA, assim como para o Brasil, a República Dominicana foi um pretexto para implantar uma nova política interamericana, baseada na ameaça internacional contida em certos conflitos internos. Na dimensão local, os EUA intervieram para conservar o *status quo*, pois tinham investido pesadamente em Reid. Diante da evidência da derrota deste, apoiaram os que mais garantia lhes ofereciam para seus investimentos: a “*Junta Militar*”. Esta, por sua vez, terá sido descartada sem escrúpulos assim que surgiu um governo mais aceitável, formado por Imbert Barreras, que por sua vez seria também descartado assim que aparecesse o governo provisório de Garcia Godoy. Todos eles, porém, eram frágeis, e deviam a sua existência aos Estados Unidos.

Os principais formuladores no executivo da política externa dos EUA concordaram com a intervenção, pois desejavam implantar um novo sistema interamericano. Ficariam assim com maior liberdade de ação no sudeste asiático (o tema principal do governo de Johnson), contando com a colaboração mais intensa e planejada dos “*aliados preferenciais*” para manter o Hemisfério em ordem.

O presidente Johnson encarregou-se de dar um conteúdo doutrinário às novas bases da política dos EUA para a América Latina em seu discurso de 28 de maio de 1965. Proferido na Universidade de Baylor, em Waco, Texas, a fala presidencial definiu o que veio a ser chamado de “Doutrina Johnson” em relação ao Hemisfério<sup>144</sup>. No discurso, Johnson enfatizou a importância da FIP e citou-a como exemplo das novas relações interamericanas.

Os norte-americanos chegaram a ter 22.000 homens na República Dominicana em 2 de maio de 1965. Nesta data, a OEA já atuava, desempenhando um papel de grande relevância.

---

<sup>144</sup>JOHNSON, Lyndon B. *Discurso de 28/5/65*. In: Política Externa Independente I (2); 273-7. ago. 1965. p.106-9.

### 2.3. Discutindo a crise e propondo soluções

Em abril de 1965, coincidentemente, o Chefe do Comitê Interamericano de Paz (CIP) da OEA era o embaixador dos EUA perante a organização - Ellsworth Bunker. Por esse motivo, o CIP foi o primeiro a ser informado dos acontecimentos na República Dominicana.<sup>145</sup> Antes mesmo da intervenção, no dia 27 de abril, a OEA já deliberava sobre a crise.

A 29 de abril, a OEA ocupou-se especificamente da crise, em reunião especial do Conselho, onde se estudaram os desdobramentos da intervenção norte-americana. Os debates foram acalorados, discutindo-se a violação da Carta, em particular os artigos 15 e 17. Os Estados Unidos invocaram a "*necessidade premente*" de tomar decisões. Bunker esboçou uma reação jurdicista ao contrapor o art. 19 que estipulava que "*as medidas adotadas para a manutenção da paz e da segurança, de acordo com os tratados vigentes, não constituem violação aos princípios enunciados nos artigos 15 e 17*". O trecho em destaque inviabilizava a tese legalista da intervenção, pois esta foi efetuada unilateralmente e em desacordo com os tratados vigentes.

A sessão de 29-30 de abril chegou a duas decisões:

1. A pedido do Chile, convocou a X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da América, tendo como único tema: "*Grave situação criada pela luta armada na República Dominicana*"<sup>146</sup>. A X Reunião assumiu integralmente a gestão, na OEA, do caso dominicano a partir de 1º de maio.
2. Aprovou resolução reiterando o apelo do dia 29 ao cessar-fogo e estabelecendo uma Zona Internacional de Segurança (ZIS) que englobava as embaixadas. O Conselho de Segurança (CS) da ONU foi informado das disposições, de acordo com o art. 54 da Carta de São Francisco.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup>INTER-AMERICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL LEGAL STUDIES. *The inter-American System*. Nova York, Oceana, 1966, p.175

<sup>146</sup>ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Documentos Oficiais. *Relatório Anual do Secretario-Geral ao Conselho da Organização 1964-1965*. Washington, União Pan-Americana, 1965. p. 1.

<sup>147</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, Op.Cit., p.19.

A 30 de abril, o Conselho da OEA autorizou seu Secretário-Geral, José António Mora, a viajar a S. Domingos para, junto com o Núncio, negociar o *cessar-fogo*.<sup>148</sup> Em 1º de maio, Mora chegou a S. Domingos e instalou a missão da OEA no Hotel Embajador, convertendo-se este, durante alguns meses, na sede da terceira força, representada pela OEA, na República Dominicana. Lá ficaram, entre outros, os chefes das forças dos EUA e da FIP, as missões da ONU, da OEA, além de numerosos jornalistas, observadores e diplomatas.

De acordo com os artigos 39 e 40 da Carta da OEA, reuniu-se, a 1º de maio, a X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. O Chile tendo convocado a reunião, solicitou o fim da ação unilateral dos EUA assim que as suas proclamadas finalidades humanitárias fossem atingidas.<sup>149</sup> O México propôs a retirada das tropas norte-americanas e o envio de um comitê de cinco membros à República Dominicana, respeitando o princípio de não-intervenção, para negociar um *cessar-fogo* e evacuar os estrangeiros remanescentes.<sup>150</sup> Os EUA, por seu lado, propuseram que fosse designado um comitê de cinco membros para mediar *in loco* e colaborar para o estabelecimento da paz e seguranças.<sup>151</sup>

Por fim, um grupo de trabalho composto pela Argentina, Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala, México e Peru endossaram a proposta original mexicana, retirando a menção à não-intervenção<sup>152</sup>. Esta proposta foi aprovada no final da primeira sessão por 19 votos contra 1 (Chile).<sup>153</sup> Dentre as funções do Comitê<sup>154</sup>, merecem destaque:

*"Oferecer seus bons ofícios aos grupos armados dominicanos, grupos políticos e representantes diplomáticos a fim de conseguir urgentemente: 1) A cessação do fogo e, 2) A evacuação ordenada*

---

<sup>148</sup>Idem p.19-20.

<sup>149</sup>ORGANIZATION OF AMERICAN STATES . *Meeting of Foreign Ministers (Tenth)* . Doc .24. Rev. May. 27, 1965. p.7-8.

<sup>150</sup>ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, Op.Cit., p.5-6.

<sup>151</sup>Ibidem, p.4-5.

<sup>152</sup>Ibidem., p.15-18.

<sup>153</sup>BALL, Margaret M. *The OAS in Transition*, Durham. Duke University Press: 1969, p. 473.

<sup>154</sup> Este Comitê foi constituído pelos seguintes países e respectivos representantes: Embaixadores Ricardo Colombo, Argentina, Presidente; Ilmar Penna Marinho, Brasil; Alfredo Vazquez Carrizosa, Colômbia; Carlos García Bauer, Guatemala e Frank Morrice Jnr., Panamá.

*das pessoas asiladas nas embaixadas e de todos os cidadãos estrangeiros que desejassem sair da República Dominicana*"<sup>155</sup>.

No mesmo dia 1º, a Comissão embarcou para S. Domingos, junto com assessores civis e militares. Neste ponto ressaltamos a necessidade de se mitigarem as críticas realizadas à atuação da Organização dos Estados Americanos como tendo sido apenas uma forma de endosso ou cobertura da ação unilateral e ilegal dos EUA.<sup>156</sup> Esta visão deve ser matizada, pois se a Organização (como pretendia o Chile) tivesse se limitado a uma condenação (ao nosso ver apenas retórica) da intervenção, a situação em S. Domingos teria provavelmente evoluído para um conflito muito mais grave. As tropas norte-americanas, únicas, naqueles dias, em condições de combate, ter-se-iam enfrentados com tropas e populares favoráveis ao movimento “rebelde”. A ação da OEA salvo melhor juízo, moderou os impulsos bélicos dos norte-americanos (conforme atestam as sérias críticas e restrições feitas à mediação pelo general York e logo depois pelo general Palmer, comandantes das forças dos EUA que recusaram a assinar os sucessivos acordos de *cessar-fogo*), mas contribuiu para o estabelecimento de um *status quo* favorável à “Junta Militar”.

Não podia a Organização, mesmo que o tivesse desejado, reverter à situação criada pela intervenção, pois não dispunha de força político-militar para tanto. Apenas contava com a preferência dos EUA em favorecer uma solução negociada, a mais favorável possível aos seus interesses.

Em segundo lugar, a OEA endossou parte da visão norte-americana do conflito, tratando os “rebeldes”, nos seus informes, como “o chamado comando militar constitucionalista”<sup>157</sup>, reticência não aplicada à “Junta Militar”.

---

<sup>155</sup>OEA. Documentos Oficiais. *Relatório Anual do Secretário-Geral ao Conselho da Organização 1965-1965*. Washington, União Pan-Americana, 1965. p. 1.

<sup>156</sup> Para maiores detalhes quanto às críticas realizadas à atuação da Organização dos Estados Americanos cf. CONNELL-SMITH, Gordon. *El sistema interamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971 (principalmente capítulos 9 e 10); RONNING, C. Neale. “Law and Politics in Inter-American Diplomacy”. New York, John Willey & Sons Inc, 1963. p. 63-88. (capítulo 4); WIPPMAN, David. “Defending democracy through foreign intervention”. *Houston Journal of International Law*, vol. 19, 1997; THOMAS, Ann Van Wynen e THOMAS Jr, A.J. *The Organization of American States*. Dallas. Southern Methodist University Press: 1963.

<sup>157</sup>ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Documentos Oficiais . *Primer Informe de la Comisión Especial*. OEA/Ser. F./ II 10. Doc. 47. Washington, Unión Panamericana, 1965. p.3.

O próprio teatro de operações, criado pela intervenção norte-americana, deixou os “rebeldes” em desvantagem estratégica, pois estavam sitiados, e deu consistência à “Junta Militar”. Os “rebeldes” ficaram confinados nos bairros centrais da capital e cercados pela Zona Internacional de Segurança (ZIS), enquanto a “Junta” dispunha da ajuda dos EUA e do resto do país para reagrupar forças e consolidar posições.

Voltando à ordem cronológica dos acontecimentos, a Comissão Especial, onde já atuava o representante do Brasil, prosseguiu, ao longo dos dias três e quatro de maio, as negociações com as duas facções em luta.

No dia cinco, as mediações da Comissão obtiveram um resultado digno de nota. Foi à chamada “Acta de Santo Domingo” assinada pela “Junta Militar”, pelos “rebeldes” e pela Comissão. Os sete itens da “Acta” reiteravam o cessar-fogo de 30 de abril, aceitavam a ZIS, atribuíam facilidades à Cruz Vermelha Internacional, garantiam segurança e imunidade às missões diplomáticas e reconheciam a competência da Comissão para supervisionar o acordo. Era um passo importante rumo à pacificação da cidade.

A assinatura deste acordo representou um êxito diplomático da OEA<sup>158</sup>, considerando que até os EUA o endossaram através da carta de Dean Rusk para Ricardo Colombo a sete de maio<sup>159</sup>, com a ressalva dos limites da ZIS.

Enquanto isso, em Washington, a X Reunião iria aprovar a seis de maio uma resolução que alteraria o quadro das relações interamericanas: a criação de uma Força Interamericana de Paz (FIP)<sup>160</sup>. Do ponto de vista jurídico, era necessária a aprovação por maioria de 2/3. Os 14 votos só foram conseguidos com a participação do representante dominicano, embaixador de um governo que não mais existia.

A Comissão Especial deu por encerrada sua missão a 20 de maio, ficando apenas Mora como representante da Organização em São Domingos<sup>161</sup>. A 22 de maio, a X Reunião solicitou ao governo do Brasil que designasse o comandante da FIP e nomeou um comitê

---

<sup>158</sup>Ver texto completo da Ata de S. Domingos in ASSINADO em São Domingos o acordo para o fim da luta. O Globo. Rio de Janeiro, 6/5/65, cad.1., p.8. Texto oficial em espanhol encontra-se em OEA.Op. cit. p.14-5.

<sup>159</sup>ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Documentos Oficiais. *Primer Informe de la Comision Especial*. OEA/Ser. F./II 10. Doc.47. Washington, Unión Panamericana, 1965. p. 18. Ver também no mesmo documento a interessante transcrição oficial do pedido de intervenção de Benoit. p.9.

<sup>160</sup>Idem, p.4-6.

<sup>161</sup>OEA. *Relatório Anual do Secretario-Geral ao Conselho da Organização 1964-1965*. Washington, União Panamericana, 1965.p.6.

para tentar organizar uma Comissão *Ad hoc*<sup>162</sup> com o objetivo de *"restaurar a ordem democrática na República Dominicana"*<sup>163</sup>. A Comissão *Ad hoc* foi a responsável pela condução de todas as atividades diplomáticas da OEA na República Dominicana, e assumiu o encargo do longo processo mediatório.

Importa aqui destacar que o Brasil, tanto militar quanto diplomático, marcava presença no conflito dominicano. Esta atuação efetiva entende-se à luz da política do *"aliado preferencial"* dos EUA em relação à América Latina, da teoria da interdependência e das novas definições dos conceitos de soberania e não-intervenção, expostas anteriormente.

Todo este conjunto político-ideológico-estratégico encaixava-se nas decisões dos formuladores da política externa do Brasil naquele período. O *"revisionismo"* de todo o sistema interamericano conduzia, naquela óptica, ao comportamento brasileiro tal como ocorreu. Para melhor consubstanciar nossas afirmações, citaremos o próprio Penna Marinho<sup>164</sup>. Argumentou nosso embaixador na OEA e mediador em S. Domingos que:

*"os artigos 15 e 17 da Carta foram violados, mas, sob outro ângulo, o caso deve ser analisado como necessidade de esclarecer-se e reforçar-se o conceito de segurança hemisférica coletiva, consubstanciado no art. 19 (...) A Lei Fundamental do Sistema Interamericano precisa definir mais claramente o que é violação do princípio de não-intervenção e o que é simples aplicação do princípio de segurança coletiva."*<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> Composta pelos embaixadores Ilmar Penna Marinho, do Brasil; Ramon de Clairmont Duenas, de El Salvador e Ellsworth Bunker, dos Estados Unidos, todos países com tropas na FIP, a comissão tinha os seguintes propósitos: "a) Proporcionar seus bons ofícios a todas as partes com o objetivo de promover o estabelecimento de um clima de paz e conciliação que permita o funcionamento das instituições democráticas na república Dominicana, b) Dar à Força Interamericana, por intermédio de seu comandante, e em nome da X Reunião de Consulta, sob cuja autoridade funciona, as instruções necessárias para o cumprimento efetivo da finalidade única da mesma força", c) Informar à X Reunião da evolução dos acontecimentos no conflito dominicano' citação retirada de OEA. *Relatório Anual do Secretario-Geral ao Conselho da Organização 1964-1965*. Washington, União Panamericana, 1965.p.6

<sup>163</sup>OEA. Loc.Cit.

<sup>164</sup>MARINHO, Ilmar Penna. *Conseqüências da crise dominicana sobre a evolução do sistema interamericano*. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional XXI (41-2): 69-74. jan-dez. 1965.

<sup>165</sup>Idem, p.69-70.

Nessa linha de argumentação, a suposta "*falta de clareza*" da definição de *não-intervenção* e da "*segurança coletiva*" conduziu à violação da Carta. Ora, a simples leitura dos artigos 15 e 17 já demonstra a inequívoca proibição da intervenção. O art. 19 faz referência aos tratados vigentes e decisões coletivas (TIAR), e não foi este o caso da intervenção norte-americana. Mas o interessante comentário do embaixador vai mais além ao afirmar que a FIP veio não só "*abstrair o caráter unilateral da ocupação preventiva norte-americana, mas surgiu como imperativo inapelável da segurança do Hemisfério*".<sup>166</sup> Da intervenção para fins humanitários passaram estes à luta contra o comunismo e, finalmente, diante da quase ausência de comunistas dominicanos, à ocupação preventiva tendo em vista uma possível ameaça futura do comunismo chegar ao poder na República Dominicana.

Assim, um questionamento maior do *status quo* no continente americano poderia ser considerado como "*atentado à segurança do Hemisfério*", podendo ter como consequência o "*imperativo inapelável*" da *intervenção*, ou melhor, da aplicação do princípio de *segurança coletiva*. Nesse ponto de vista, a intervenção e a não-intervenção tornaram-se princípios secundários das relações interamericanas.

O primeiro resultado dos trabalhos da comissão surgiria em duas semanas de negociações, a 18 de junho de 1965. A citada Comissão *Ad Hoc* fez uma proposta integral para solucionar o impasse dominicano.<sup>167</sup> No longo documento estavam previstas: a constituição de um governo provisório de comum acordo entre ambas as partes; a posterior realização de eleições gerais para Presidente, Vice-Presidente e Congresso Nacional, sob a supervisão da OEA; a convocação de uma Assembléia Constituinte após as eleições; a anistia geral para civis e militar; e um conjunto de medidas supervisionadas pela OEA junto com a FIP e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A nove de julho o consenso parecia estar feito em torno de Héctor Garcia Godoy (ex-ministro de Bosch) para a presidência do governo provisório. No entanto, as ressalvas dos dois lados consumiriam outro mês de negociações, e a "*Acta de Reconciliación Dominicana*" foi apresentada a nove de agosto. O documento incluía um "*Acto institucional*" de 55 artigos que serviria de base legal até a elaboração de uma nova constituição. Foi a solução encontrada para satisfazer os dois lados.

---

<sup>166</sup>Idem p.70.

<sup>167</sup>Cf. A integra da proposta da OEA. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19-06-1965. cad.1. p.2.

Desta forma, sinteticamente, se num primeiro momento a intervenção norte-americana e seu posterior endosso pela OEA através da FIP impediu a vitória dos “rebeldes”, num segundo tempo as mesmas OEA e FIP não permitiram um massacre generalizado dos partidários de Bosch e possibilitaram uma saída negociada para a guerra civil. Sem a mediação da OEA, as duas partes (“rebeldes” e “Junta Militar”) não teriam provavelmente chegado a um acordo, pois se negavam inclusivamente a assinar documentos conjuntos, exigindo sempre cópias separadas e jamais se sentaram à mesma mesa de negociações.

A participação brasileira no conflito dominicano merece ponderações. A atuação militar foi tendenciosa contra os “rebeldes” e ao arrepio do diploma legal que havia autorizado no Brasil o envio de contingente. Disposições legais também foram infringidas pela permanência, desnecessária do ponto de vista militar, do contingente completo, segundo alguns analistas, que ainda acrescentam que esta permanência serviu para fins de treinamento antiguerrilha<sup>168</sup>.

Ou seja, não podemos condenar incondicionalmente a atuação da OEA no conflito dominicano nem a participação do Brasil. Podemos, isso sim, desvendar os propósitos por trás da retórica oficial e criticar o alinhamento com os EUA. Colocaremos na balança as vantagens e desvantagens de tal apoio, visando demonstrar se os objetivos pretendidos pela Política Externa Interdependente foram alcançados, ou não, no último capítulo.

Buscamos neste capítulo apresentar e interpretar a evolução do processo intervencionista norte-americano bem como o desenrolar da crise dominicana. A crise pelo que podemos perceber foi o ápice de um processo histórico o qual já vinha se maturando desde o ano de 1962. Como ficou claro, nesta crise, participaram dois grupos com distintos interesses. Um grupo denominado de “rebeldes”, comandados pelo general Cammaño, o qual pretendia restaurar o regime presidencialista de Juan Bosch, deposto em 1962-63, e o grupo que comporia a “Junta Militar”, a qual pretendia restabelecer o *status quo*, anterior as eleições presidências de Juan Bosch, mantendo a autonomia e o poder das Forças Armadas, no controle da economia e processo político na República Dominicana. Neste sentido os “rebeldes” e a “Junta Militar”, deflagraram uma crise, a qual acabou por se estender por todo o Continente. Esta crise, que inicialmente apenas se circunscrevia à República

---

<sup>168</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *A experiencia do FAIBRAS na Republica Dominicana*. Rio de Janeiro, Serv. graf. do IBGE, s.d., p. 172.

Dominicana, um país localizado na área direta de influência norte-americana. Não representava de forma alguma, uma ameaça direta e efetiva aos interesses americanos, contudo, como podemos observar o governo dos Estados Unidos, munidos de diversos argumentos, inicialmente o de salvaguardar vidas e propriedades americanas e posteriormente combate à ameaça comunista, atuaram de forma rápida, incisiva, dura e ostensiva sob a crise, levando a vitória de um grupo pré-selecionado, o qual era identificado com os interesses norte-americanos.

Neste sentido a crise dominicana, representou uma prova de poder, a todos os países do continente que acreditavam que seu domínio estava enfraquecido ou ameaçado, pela Revolução Cubana. No entanto, a tentativa de multilateralização do conflito, proposto pelo governo dos Estados Unidos, deve ser entendida, como uma reação às pressões internas, pelos grupos de oposição e principalmente pela imprensa, sofridas pelo governo Johnson, a qual acabou por ser o reflexo da oposição da sociedade a atuação deste governo, no Vietnã.

A sociedade norte-americana exigia a retirada das tropas do Vietnã e da República Dominicana, por temerem que nesta última, o conflito evoluísse para a catástrofe militar com alto índice de baixas, que ocorria no sudeste asiático. Entretanto, a tentativa dos EUA de multilateralizar e de retirar suas tropas da República Dominicana, substituindo-as por tropas da OEA, acabou por não se concretizar, devido a grande pressão exercida, pelos países latino-americanos, o que forçou os norte-americanos a permanecerem, com suas forças em São Domingos.

No próximo capítulo buscaremos analisar o processo decisório no Brasil de que forma foi conduzido e enfocaremos os principais argumentos prós e contra ao envio das tropas a República Dominicana, bem como a reação à atitude intervencionista unilateral norte-americana.

## CAPÍTULO 3

### **O SOBE E DESCE: o processo decisório no Brasil**

Neste capítulo buscaremos demonstrar a estruturação e o desenvolvimento do processo decisório quanto à participação brasileira na FIP. O processo decisório envolve diversos grupos e interesses distintos, este sistema organiza-se de forma hierarquizada.

Inicia-se de cima para baixo e retorna para o topo. A primeira atuação refere-se ao Executivo, o qual é informado do que deve ser debatido, pelos principais envolvidos, no caso em estudo pelo representante brasileiro na OEA - Marinho Penna, e pelo Ministro das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha.

O presidente remete desta forma uma mensagem ao Congresso Nacional, esta mensagem é apresentada a ambas casas, Câmara dos Deputados e o Senado. Sucede-se desta forma diversos debates, em dois níveis complementares, o das comissões sendo o primeiro nível deles, sendo a mais importante a de Constituição e Justiça, a qual irá analisar se a proposta encontra-se de acordo com os tratados internacionais e com a Constituição em vigor, a Comissão de Relações Exteriores, tem como função principal apresentar os fatos, elucidar dúvidas e realizar uma sumula do tema em debate. Uma terceira comissão é a de finanças ou economia, a qual é a ultima comissão a se manifestar, será desta comissão que sairá o orçamento a ser destinado aos gastos envolvidos na manutenção e efetivação do pedido.

Buscaremos dar ênfase ao posicionamento da imprensa, o qual possui um papel relevante no processo decisório, seu papel não é direto, mas é preponderante, sua função não é a de dar veto ou voto na questão em debate, porém, deve esta, fornecer materiais capazes de suprir as diversas fontes de opinião, a serem utilizadas nos debates, no Congresso. Um outro grupo que será estudado neste capítulo, será o dos intelectuais, estes

se manifestaram na sua grande maioria, contrários a intervenção norte-americana e posteriormente a participação brasileira na FIP.

Temos ainda, algumas manifestações esparsas de militares, estas manifestações devem ser entendidas como representando a opinião de grupos isolados dentro das forças armadas, visto que tais manifestações representavam uma quebra da hierarquia e não uma fala “oficial” das forças torna-se mesmo assim demonstrar que alguns militares direta ou indiretamente manifestaram-se contra a intervenção norte-americana e a integração de forças brasileiras na FIP. Neste sentido, estas são os elementos que irão compor este capítulo.

### 3.1 Dinâmica do processo decisório: alguns fundamentos teóricos.

Quando analisamos a temática do "processo de tomadas de decisão", deparamo-nos com uma gama de interpretações que enfatizam as motivações pessoais, ideológicas, burocráticas de um ou de vários atores envolvidos, no funcionamento deste sistema. Segundo Jean-Baptiste Duroselle, dentro do processo decisório,

*"o primeiro organismo é o chefe (aquele que decide): aquele que tem a responsabilidade das decisões (mesmo que ele se contente em concordar com uma decisão tomada, na verdade, por um subordinado não responsável). (...) No caso do grupo, ocorre à delegação implícita de seu poder a um ou dois homens. (...) Mas o chefe (o que decide) não está sozinho. Ele está cercado de diversos conselheiros, a que chamaremos de 'peritos escolhidos'. 'Peritos' porque tem opiniões justificadas (por exemplo, sobre o próprio problema ou sobre as reações que provocaria uma outra solução na opinião pública ou no Parlamento). 'Escolhidos' porque eles o foram efetivamente, segundo dois tipos de processos: nomeação para uma alta função, que lhes dá o direito de ser consultados, ou de impor a consulta (por exemplo, os chefes do Estado-Maior das três armas, se a decisão implica risco de guerra), ou escolha da*

*confiança do chefe (o que decide). Chamamos de 'equipe decisória' ao conjunto dos que decidem e aos peritos escolhidos".*<sup>169</sup>

Trazendo para o nosso objeto de estudo o modelo proposto por Duroselle temos o presidente da República: Humberto de Alencar Castello Branco; os membros do Conselho de Segurança Nacional; o Ministro da Guerra General Costa e Silva e demais ministros das Forças Armadas; os principais líderes do Congresso Nacional; o Ministro das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha e Juraci Magalhães e, indiretamente, o chefe do SNI e seus agentes. Buscaremos, no decorrer deste capítulo, apresentar a participação de cada elemento ou grupo, dentro do sistema decisório brasileiro.

O autor ainda apresenta outros peritos que atuam de forma paralela ao grupo de peritos oficiais: *"há todos os demais peritos que se manifestam sem que solicitemos suas opiniões: pelas ações, pela imprensa, pelas petições"*<sup>170</sup>. Nesse sentido, traremos o que chamamos de “vozes dissonantes” – essas que ficam claras quando analisamos a repercussão do debate, referente ao tema na imprensa e no Congresso Nacional.

Nessa direção, a ação política, militar ou econômica depende do executivo e da equipe que o apóia e aconselha (generais, diplomatas, economistas, etc.). Para Duroselle, o sistema decisório está estruturado na forma de uma pirâmide e deve ter seus mecanismos de ação bem definidos e organizados, pois quase sempre este sistema deve agir sob condições de pressão e em alguns casos de urgência, casos de guerra ou atentados, por exemplo. O mesmo autor define da seguinte forma o processo decisório: *"da decisão do conjunto - escolha de uma estratégia política – tem início uma pirâmide de decisões subordinadas, pois os agentes de execução - forças armadas, diplomacia, administração etc. - são numerosos. Sua multiplicidade e complexidade e a necessidade eventual de agir com extrema urgência tornam desejável a existência de planos alternativos imediatos para todos os casos, sobretudo aqueles em que será utilizada a violência"*.<sup>171</sup>

---

<sup>169</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília, Editora UNB, 2000. p.227.

<sup>170</sup> Idem, p.229.

<sup>171</sup> Idem., p.231.

No entendimento de Ricardo Seitenfus<sup>172</sup>, a ação de cada Estado varia de acordo com a sua inserção no sistema internacional e com as condições endógenas das suas políticas internas, as quais irão ditar o tom de sua política externa.<sup>173</sup>

O mesmo autor aponta para a importância do tipo de regime, pois a política exterior é claramente influenciada por este. Nas suas palavras, "*as ditaduras de partido único ou personalizadas são marcadas por políticas externas dedicadas sem qualquer controle público, institucional e social, e são elaboradas por escassos atores, impregnados por um voluntarismo agressivo. Nas democracias, inversamente, existem múltiplas instâncias que colaboram com a definição da política externa*"<sup>174</sup>.

Neste sentido, a amálgama dos condicionantes internos com os interesses transnacionais acaba por desenvolver "*coniventes redes de influência*" que modelam e orientam as decisões em política externa.

Ao analisar o caso argentino, Joseph S. Tulchin<sup>175</sup> apresenta um modelo teórico, com o qual pretende realizar uma prospecção de forma ampla, referente à política externa desenvolvida por regimes autoritários.

Devemos ter em mente neste tipo de estudo três fatores de suma importância para a análise de tais regimes: 1- o processo de tomada de decisão sobre um regime autoritário; 2- a

---

<sup>172</sup>SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *Relações Internacionais*. São Paulo. Manole: 2004.

<sup>173</sup> SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Op. Cit., p.90-1.

O autor apresenta um interessante esquema para a análise dos principais fatores internos que influem sob a dinâmica da inserção dos Estados no sistema internacional (o autor apresenta um esquema onde difere quatro tipos de condicionantes os quais, de acordo com sua variação, influem sob a política interna de um Estado. São eles Físicos [geografia, recursos naturais e demografia], organizacionais [formais e informais], Militares e Culturais e estes condicionantes são influenciados por três variantes de funcionamento e coordenação entre os condicionantes [estático, misto, dinâmico]. Além desta separação, o autor apresenta quatro modelos analíticos que, de forma maleável, buscam organizar o vasto e complexo mosaico do processo decisório. Neste sentido, o primeiro modelo referir-se-ia a um sistema onde "a decisão é racional, fundamentada numa clara percepção do interesse nacional, tomada por um dirigente supremo, que solitariamente com total conhecimento de causa"(p.99) Já o segundo modelo compõe-se por uma organização hierquizada, sendo o "dirigente" apenas uma engrenagem neste complexo sistema. Desta forma, "quanto mais a decisão amadurecer ao longo de sua escalada nessa pirâmide invertida, paradoxalmente, mais difícil torna-se para o superior hierárquico modificá-la", tornando-se assim o dirigente apenas um "porta-voz", deste sistema burocrático. Um terceiro modelo origina-se da disputa interna dentro do sistema burocrático, neste sentido, "o jogo de influencia dos diferentes setores da administração pública (...) que possuem percepções próprias e que levam em consideração, de forma diferenciada, a realidade internacional".(99) E, por último, o quarto modelo analítico, infere que as decisões dentro do processo de formulação das políticas externas, respondem a pressões oriundas de fontes internas e externas.

<sup>174</sup> SEITENFUS. Op. Cit., p. 94.

<sup>175</sup> TULCHIN, Joseph S. "Regimes autoritários e política externa: o caso da Argentina". In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial: uma perspectiva latino-americana das relações internacionais*. São Paulo. Convívio: 1986. p. 177-189.

definição peculiar de prioridades nacionais sob tal regime; e 3- a legitimidade do regime, definida como aceitação popular das prioridades nacionais por ele estabelecidas, para defender os interesses nacionais.

Embora existam poucos estudos sistemáticos do processo de tomada de decisão sob o governo militar brasileiro, podem ser realizadas três assertivas no que concerne aos pontos apresentados acima.

Primeiramente, é importante considerar que não houve oposição política formal ao regime. Nenhum dos grupos organizados sistematicamente submetia as ações do governo à discussão pública e as suas críticas não representavam um fator que o governo fosse obrigado a levar em consideração ao formular a sua política. O segundo ponto refere-se à inexistência ou insipiência de entidades que realizassem as funções de intermediação na sociedade, preenchendo o papel de articulação de interesses de grupos ou setores da sociedade que não participassem diretamente do grupo ou estamento dominante, que os tornassem conhecidos, de uma forma sistemática, ao governo. E, em terceiro lugar, acusa-se a existência de uma forte censura e um alto controle exercido sob a liberdade de expressão, principalmente no que se refere aos meios de comunicação de massa.

Nos primeiros meses logo após o golpe, o "*processo*" foi definido e efetivado em torno de ideais mais ou menos comuns a todos os militares: combate à "corrupção", à inflação e às crises econômicas, à anarquia que assolava a administração pública e à ameaça crescente da subversão tanto no campo quanto nas cidades. No entanto, esta suposta aliança militar mostrou-se frágil e muito tênue. O grupo que parecia a 31 de março homogêneo, já em 17 de abril mostrava-se heterogêneo e descontente, forjando-se desta forma duas linhas de ação que disputariam o poder, durante toda a presidência de Castello Branco. De um lado o grupo dos "sobornistas" ou "castellistas", e do outro a linha "dura", que englobava diversos matizes, liderados pelo gen. Costa e Silva. O consenso ficou, desta maneira, cada vez mais difícil.

Em termos formais ou institucionais, a unidade das Forças Armadas traduzia-se na forma de políticas ou atos do Estado, apresentados ao público como fruto de um consenso dentro das Forças Armadas.

As Forças Armadas passaram a ser responsável não apenas pela segurança nacional, mas, e principalmente, pela realização e consolidação definitiva do "*destino histórico*

*nacional*”, que se traduzia em reafirmação da grandeza do país e a execução do seu *"destino manifesto"*, que culminaria com o reconhecimento, pelas principais potências, de que o Brasil realmente era um *"primus inter paris"*.

Com base nas seguintes premissas, para o entendimento de tal padrão, é preciso ter em mente quatro fatores: a cultura política do país; as instituições mediadoras ou articuladoras; a força e a continuidade histórica de princípios axiomáticos de política externa; e o grau de consenso nacional dentro da sociedade e capacidade do regime de refletir esse consenso tanto em seu modelo econômico como em seu comportamento político externo, que acreditamos fazerem uma síntese de tudo o que foi discutido nesta seção. Buscaremos analisar mais detidamente, nas seções subseqüentes, a atuação de cada ator político.

### 3.2. A ideologia de 1964: uma leitura da “Doutrina De Segurança Nacional e do Desenvolvimento”

A ideologia do regime autoritário, que conquistou o poder em 1964, foi analisada de forma extensiva por diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros<sup>176</sup>, que elaboraram análises detalhadas da *“doutrina de segurança nacional”* e do desenvolvimento desta no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), mostrando a maneira como esta foi articulada

---

<sup>176</sup> O período autoritário no Brasil, entre 1964 e 1985, esta bem trabalhado por diversos autores celebres como: Thomas E. Skidmore , *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985* ( New York: Oxford University Press, 1988); David Collier, "Overview of the Bureaucratic-Authoritarian Model," e "The Bureaucratic-Authoritarian Model: Synthesis and Priorities for Future Research," in Collier (ed.), *The New Authoritarianism in Latin America* ( Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1979), pp. 19-32 and 363-97, respectivamente; Albert O. Hirschman, "The Turn to Authoritarianism in Latin America and the Search for Its Economic Determinants," in Collier (ed.), *ibid.*; Alexandre de Souza Costa Barros , "The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance, and State Building" ( Ph.D. diss., University of Chicago, 1978); Wanderley Guilherme dos Santos , *Poder e Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro* ( Rio de Janeiro: Forense, 1978); Georges-André Fiechter, *Brazil Since 1964: Modernization under a Military Regime* ( New York: John Wiley & Sons, 1975); Alfred Stepan, *Military in Politics*, op. cit.; Guillermo A. O'Donnell , *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics* ( Berkeley, Calif.: Institute of International Studies, 1973); Alfred Stepan, "The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Expansion," Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, e Future* ( New Haven, Conn.: Yale University Press, 1973), pp. 47-68; Guillermo A. O'Donnell, *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism* ( Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1967); and Cndido de Almeida Mendes, "Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil," *Dados*, 1 (2d Semester, 1966), pp. 7-41.

e organizada por um dos intelectuais mais proeminentes do regime militar, o General Golbery do Couto e Silva<sup>177</sup>.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, a doutrina de Golbery abrangeu “*uma teoria da guerra, uma teoria da subversão e das relações internacionais, a partir do papel do Brasil na política do mundo e do seu geo-potencial político como um poder no mundo, (...) e um modelo particular do desenvolvimento econômico que combinava a economia Keynesiana ao capitalismo de Estado.*”<sup>178</sup>

A teoria dá ênfase especial aos vários tipos de guerra, e conclui que a guerra moderna entre as superpotências, devido aos enormes arsenais de armas destrutivas disponíveis aos Estados Unidos e à União Soviética, tinha o provável potencial de se tornar uma guerra de destruição total. Mesmo as guerras limitadas convencionais poderiam transformar-se em guerras totais. Golbery conclui, conseqüentemente, que estava no interesse das superpotências evitar qualquer tipo de confrontação direta.

Assim, a ênfase na “*doutrina da segurança nacional e do desenvolvimento*” foi colocada no inimigo interno, identificado com atos de subversão, dando-se especial atenção aos prováveis elementos a serem usados nestas atividades, aos métodos, físicos e psicológicos, bem como às várias maneiras e meios de combate à subversão. O Brasil, de acordo com a doutrina, estava destinado a exercer um papel de poder no “*mundo*”.

Graças à ausência de antagonismos com seu vizinho do norte, o “*destino manifesto*” do Brasil podia ser realizado na cooperação com os Estados Unidos. Essa peculiaridade era especialmente necessária ao tipo de modelo do desenvolvimento econômico que a doutrina almejava alcançar. Muitos dos postulados propostos pelas teorias da dependência econômica foram aceites, com consideração particular à necessidade de importar capital e tecnologia das nações mais avançadas como os Estados Unidos, os países desenvolvidos da Europa e o Japão, mas ao mesmo tempo rejeitou-se a noção da dependência permanente inerente nestas teorias. A tripla aliança entre o capital internacional, o capital nacional e o poder econômico, político, e militar do governo resultaria num desenvolvimento significativo que, em algum momento, se transformaria em desenvolvimento independente.

<sup>177</sup> Cf COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil* Brasília. Editora Universidade de Brasília: 1981.

<sup>178</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *State and Opposition in Military Brazil*. Austin, University of Texas Press, 1985, p. 8.

Sob este modelo, o governo brasileiro tentou atrair o capital e a tecnologia internacionais, iniciativa que só poderia ser tomada assegurando a lei e a ordem internas, e garantindo um retorno justo e transferível em investimentos. O governo também buscou desenvolver um papel de mobilizador e incentivador do capital nacional, com uma série de iniciativas como as políticas de investimento e de isenções fiscais. Finalmente, o governo, como protetor do interesse nacional, podia empreender um papel direto em setores críticos da economia, tais como a energia, o transporte, as indústrias de defesa, as comunicações, os recursos naturais e as operações bancárias.

De acordo com Golbery, para realizar sua doutrina, o governo necessitava desenvolver uma estratégia política, econômica, psicológica e militar<sup>179</sup>. Todas essas linhas de atuação pretendiam neutralizar os obstáculos e as circunstâncias adversas existentes na realidade sócio-política-econômica brasileira.

Assim, a estratégia política tratou do relacionamento entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a burocracia e os partidos políticos, buscando formas de eliminar o conflito e o impasse gerado pela inter-relação entre estes atores, centralizando a tomada de decisão, formulando a política pública e expandindo a ação política.

A estratégia econômica tratou dos setores estratégicos e públicos da economia e de seu relacionamento com os mercados domésticos e internacionais. A estratégia voltou-se para a integração das várias regiões menos desenvolvidas do país, como o norte, o nordeste e o centro-oeste, com aquelas mais desenvolvidas, como o sul e o sudeste. Foram incluídos também a exploração e o povoamento maciço da região amazônica, a expansão econômica e a aquisição da ciência e da tecnologia necessárias ao processo industrial e à manutenção do crescimento econômico. A estratégia psicológica requereria mudanças na sociedade (família, escolas e universidades, uniões laborais, igreja), e outros centros formuladores da opinião pública. Finalmente, a estratégia militar vinculou-se estreitamente ao instrumento da “segurança”, o rearmamento, o treinamento e a aliança das três forças armadas: exército, marinha e força aérea.

As questões político-militares representam somente uma face do universo da política externa. Mesmo nos períodos de crise, muitos povos acreditam ainda que sua segurança, definida aqui amplamente, descansa mais ou menos na diplomacia e no poder

---

<sup>179</sup> COUTO E SILVA, Op. Cit., p. 26.

militar, muito mais do que no poder da economia. No entanto, os eventos mostram, repetidas vezes, que um conflito no Oriente Médio, no Caribe, na África, ou no sudoeste da Ásia, bem como sucessivas crises econômicas, poderiam afetar, e afetaram, as relações de ambas as superpotências, remodelando e direcionando as suas relações com os países satélites e o resto do mundo.

Assim como outros países, o Brasil tentou proteger os seus interesses. Buscaremos averiguar de quais maneiras o governo brasileiro atuou na busca de ampliação da sua inserção na Política do Hemisfério, baseando esta inserção no pilar da “*segurança nacional*”, conceito que foi extrapolado para “*segurança coletiva*” ou hemisférica.

Mas a “*segurança nacional*” é um conceito absolutamente indispensável para todas as nações. Relaciona-se certamente ao comércio, ao investimento e aos recursos, mas liga-se de forma vital à sobrevivência, à defesa, à proteção, ao poder, à estratégia, aos interesses vitais e aos meios diplomáticos, econômicos e das forças armadas.

Sob a presidência dos diversos generais, durante o período de 1964 a 1985, a Segurança Nacional conheceu uma nova definição. O conceito foi usado diversas vezes como pretexto para variadas operações domésticas, envolvendo as Forças Armadas em atos de tortura e ações ilícitas, assim como em operações externas através do apoio a movimentos que visavam desestabilizar governos identificados com tendências de esquerda ou subversiva. Um exemplo pode ser a participação brasileira no movimento para depor o governo chileno e o treinamento fornecido por oficiais brasileiros em técnicas de tortura aos novos aparatos repressivos que surgiam na região.<sup>180</sup>

### 3.2.1. A reestruturação forçada

Ao tentar reestruturar o sistema político, o Congresso, os partidos políticos, as eleições, a burocracia e o sistema de governo, o regime enfrentou seu maior desafio: superar os obstáculos políticos inerentes ao sistema de governo presidencial, agora em um novo contexto.

Com esse fim, os líderes do golpe de 1964, sob pretexto de proteger a ordem constitucional e legal, procuraram empreender uma varredura, erradicando do sistema

---

<sup>180</sup> Para maiores informações cf. DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo. Companhia das Letras: 2005

elementos e inimigos hostis da ordem constitucional. Podemos afirmar que, de acordo com esta lógica, nada estava errado com o sistema político brasileiro, sendo necessário apenas erradicar alguns indivíduos, que ocupavam posições de responsabilidade, e abusaram de seu poder, trabalhando para subverter o sistema e minar sua base constitucional.

Foi a partir destas prerrogativas que o Ato Institucional N<sup>o</sup>. 1 foi emitido pelas Forças Armadas, e foi aplicado para fornecer um “*reparo rápido*”, removendo aqueles membros do Congresso, dos partidos políticos, das próprias forças armadas, da burocracia e dos governos estaduais e locais que ameaçavam o sistema.<sup>181</sup>.

O regime militar tentou tratar dos problemas estruturais do sistema, mas logo descobriu que não seria um “*reparo rápido*” e, com essa constatação, recorreu à coerção e ao arbítrio. Em menos de um ano, o novo regime descobriu que, para que os objetivos da “*doutrina de segurança nacional e do desenvolvimento*” fossem implementados, era necessário transformar radicalmente a estrutura do sistema político, a fim de produzir um tipo novo de relacionamento entre as suas várias peças. Nesse sentido, a institucionalização do regime autoritário tornou-se necessária e inevitável para transformar e reestruturar o sistema político, como os líderes de abril de 1964 idealizavam.

As mudanças que o regime autoritário introduziu nas relações entre o executivo-legislativo podem ser divididas em dois tipos: formal e informal. As mudanças formais envolveram mudanças estruturais, processuais e jurisdicionais. As mudanças informais envolveram o relacionamento entre o regime e a liderança do Congresso e o partido do governo.

O efeito destas mudanças era evitar que no Congresso se desenvolvessem lideranças poderosas, estáveis e independentes no Congresso. Tais lideranças, se desenvolvidas, poderiam pôr em ameaça a “*hegemonia*” do presidente, forçando-o a tomar medidas democráticas com maior freqüência. Outras mudanças estruturais de significado incluíram a criação do comitê de orçamento comum para avaliar e aprovar o orçamento, além de outras contas de natureza fiscal; o recurso freqüente de articular sessões do Congresso para considerar e aprovar o orçamento; e medidas urgentes ou emendas constitucionais introduzidas pelo presidente.

---

<sup>181</sup> Para uma análise mais detalhada dos Atos Institucionais cf. PEREIRA JR, Jessé Torres. “*Os Atos Institucionais em Face do Direito Administrativo*” In Revista Brasileira de Estudos Políticos, 47 ( July 1978), pp. 77-114.

A justificação professada para estas mudanças era a lentidão e morosidade do processo legislativo e a eliminação de atrasos desnecessários nas áreas consideradas importantes pelo presidente. Junto com estas mudanças estruturais, a quantidade de tempo que o Congresso dispunha para considerar e propor medidas tornou-se limitado, medida que teve o efeito de restringir o debate e a discussão, além de minimizar a habilidade do Congresso de exercer um papel ativo nas edições que o presidente considerava urgentes.

O regime impôs um número de mudanças visando limitar o poder do Congresso em desafiar as iniciativas presidenciais. Além do recurso, para articular sessões congressionais, caso o Congresso não agisse dentro do tempo prescrito, o presidente poderia promulgar leis e medidas provisórias, ou qualquer outro ato “legal”, baseando-se na premissa de decurso de prazo.

### 3.3.O processo decisório no Brasil

#### 3.3.1. O papel do Executivo

O regime que se instaurou no poder a partir de abril de 1964 trouxe no seu esteio novas configurações para a estrutura organizacional do Estado, bem como representou um desequilíbrio na conformação de poder, como foi possível vislumbrar de forma sucinta nas seções anteriores.

O grupo dos oficiais que assumiu o poder a partir de abril de 1964 compartilhava de uma ideologia comum, mas faltou-lhe um programa definitivo de ação. Devido a essa ausência de uma estratégia política, o regime enfrentou o desafio de traduzir sua ideologia em políticas, em programas e em ações. Os obstáculos que tiveram que ser removidos eram as várias fraquezas e instabilidades inerentes ao sistema de governo presidencial-democrático, baseado nos preceitos da Constituição de 1946. Nesse cenário, coube ao poder executivo o papel principal no enredo que conduziu ao envio de tropas a República Dominicana.

No caso dominicano, a iniciativa do governo brasileiro foi provocada por fatores endógenos e exógenos, sem relação com as ruas de São Domingos, onde já grassava um conflito civil que não afetava significativamente os interesses brasileiros. As influências endógenas tiveram a sua origem na perspectiva dos idealizadores da política externa brasileira, que era a de auferir um número maior de vantagens econômico-militares a partir do apoio fornecido aos Estados Unidos. Já o fator exógeno teve a sua origem em Washington, onde se pretendeu aproveitar o clima receptivo do regime autoritário de Brasília para implementar uma nova política interamericana.

Conforme vimos no capítulo anterior, a iniciativa de intervir no conflito civil dominicano foi norte-americana<sup>182</sup>. O Brasil desempenhou o principal papel coadjuvante, papel esse que era, conforme o próprio governo brasileiro propagava à época, um dos alicerces de sua política externa.

---

<sup>182</sup> Tanto assim que o ex-presidente Bosch ignora a participação brasileira. BOSCH, Juan. *La Republica Dominicana: causas de la intervención militar norteamericana de 1965*. Santo Domingo. AlfaOmega: 1985. p.20

De fato, não se pode entender o caso dominicano observando-se apenas as formalidades, aliás, cumpridas à risca pelo governo de Castello Branco. Essa seria uma abordagem simplificadora, que praticamente nos conduziria, pela sua mecânica própria, a eximir o regime brasileiro de qualquer veleidade intervencionista, aparecendo como paladino da democracia e da solidariedade interamericana, quando na verdade este foi um episódio da política externa brasileira com implicações ideológicas e práticas.

A política externa, para Castello, era de importância fundamental para a sobrevivência do regime. Por isso se dedicou, logo de início, a definir suas bases. A peça-chave viria a ser o discurso por ele proferido aos formandos do Instituto Rio Branco, a 31 de julho de 1964. Na ocasião, Castello definiu a “interdependência” como um objetivo de política externa, mas não como um processo de operação, e destacou: “(...) *no caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental*”<sup>183</sup>. Estava lançada a pedra fundamental para um novo papel do Brasil no contexto internacional dentro da fase da “política externa interdependente”.

Na cadeia de análise do “*processo decisório*”, a principal engrenagem, como já ficou claro em outras seções deste capítulo, era o poder executivo. Mesmo ao optar pelo minuetto legal caberia ao presidente dar o seu aval à proposta de enviar tropas à República Dominicana.

Castello Branco foi informado, logo no primeiro dia, da deflagração do conflito na República Dominicana, através de diversos informes enviados pela embaixada brasileira naquele país. Subseqüente a isto, na primeira reunião ocorrida na Organização dos Estados Americanos, o representante norte-americano, Ellsworth Bunker, entrou em contato com o representante brasileiro Ilmar Penna Marinho, para que este, nas palavras de Bunker “*persuadissee o governo brasileiro a apoiar a proposta norte-americana*”<sup>184</sup>. Diversas mensagens foram trocadas entre o presidente Castello Branco, Ilmar Penna Marinho, Juraci Magalhães, Vasco Leitão da Cunha, referentes à posição que deveria ser adotada pelo governo brasileiro. O próprio presidente norte-americano, Lyndon Johnson, através de um

---

<sup>183</sup> BRANCO, Humberto de Alencar Castello. *Discursos 1964*. Brasília. Secretaria de Imprensa: s.d., p.107-117.

<sup>184</sup> Depoimento fornecido por Ellsworth Bunker ao Lyndon Baines Johnson Library Oral History Collection. Transcript, Ellsworth Bunker Oral History Interview III, 10/12/83, by Michael L. Gillette, Internet Copy, LBJ Library. P.22.

telefonema, entrou em contato com Castello Branco, solicitando seu apoio à questão dominicana e, posteriormente, à questão vietnamita.<sup>185</sup>

Pelo que podemos observar a partir da postura adotada pelo presidente, este fez o possível para que a proposta de participação brasileira, na Força Interamericana de Paz, fosse aprovada, passando por todos os trâmites burocrático-legais exigidos pela Constituição brasileira. Para tanto, reuniu-se com Lincon Gordon, embaixador norte-americano em exercício no Brasil durante sua presidência; com Vernon Walters, adido militar norte-americano e amigo pessoal de Castello desde a campanha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial; com os principais representantes do governo no Congresso; e com alguns membros da imprensa, em uma reunião secreta, no Palácio Alvorada, a 3 de maio de 1965. A razão do encontro residia em solicitar o apoio à proposta que seria enviada ao Congresso brasileiro assim que formalizada via OEA.<sup>186</sup> Conforme relata Dulles:

*“Nessa mesma noite (3 de maio), no Palácio da Alvorada, Leitão da Cunha acompanhou Castelo em uma reunião com os líderes do Congresso. O presidente aparentemente desinteressado em conhecer a opinião dos deputados e senadores (Pedro Aleixo, Martins Rodrigues e Mário Gomes, deputados; Daniel Krieger, Nogueira da Gama e Pessoa de Queirós, senadores) informou-os de que havia autorizado o embaixador brasileiro na OEA a apoiar a proposta dos Estados Unidos no sentido de enviar uma ‘força policial’ a Republica Dominicana”<sup>187</sup>.*

Castello aguardaria os trâmites legais para dar seu último aval, deixando claro aos presentes, na citada reunião, de que caso a proposta fosse vetada no Congresso, ele seria compelido a tomar uma medida de força.

---

<sup>185</sup> Sabemos destes contatos telefônicos devido a mensagens trocadas entre o presidente Castello Branco e Juraci Magalhães, as quais encontram-se no arquivo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, guardados na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME), bem como nos arquivos de Juraci Magalhães guardados no Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-Rio de Janeiro)

<sup>186</sup> Esta reunião foi descrita em DULLES Op.Cit., p.106-107, ARINOS FILHO, Afonso. *Minhas Memórias*. São Paulo. Paz e Terra: 1987 p. 27.

<sup>187</sup> DULLES, Op.Cit., p.106-107.

Seguindo a seqüência piramidal, outro órgão importante no processo decisório foi o Ministério das Relações Exteriores, analisado na próxima seção.

### 3.3.2 O Ministério das Relações Exteriores (MRE)

As mudanças ocorridas na sociedade internacional após 1945, impulsionadas principalmente pelo advento da Era Nuclear, atingiram fundamentalmente os instrumentos de realização da política exterior. Num mundo em que a política é universal, a economia transnacional, o poder militar incontestavelmente bipolar e a ciência e tecnologia ditam as transformações em todos os campos da atividade humana, a diplomacia, o mais antigo e importante dentre vários meios para tornar efetiva a ação do ator estatal no meio ambiente internacional, teve suas estruturas básicas profundamente afetadas pelos processos de mudança verificados. Segundo Aron, “o universo diplomático hoje é uma caixa de ressonância: os ruídos provocados pelos homens e pelos acontecimentos são ampliados e repercutem até o infinito”.<sup>188</sup>

Podemos deduzir que o processo decisório, em matéria de política externa, é profundamente influenciado pela imagem que o diplomata tem de sua própria nação e de sua visão global do sistema internacional. Decisões como fazer ameaça, entrar numa corrida armamentista, mobilizar tropas, reconhecer governos e novos Estados, declarar guerra e promover a paz, exigem do funcionário diplomático, ou dos órgãos principais de decisão sobre a política externa, uma cuidadosa seleção das informações que vão embasar a decisão.

Os órgãos de planejamento e implementação da política externa têm nos relatórios dos agentes diplomáticos, nos informes das estruturas de segurança alocadas no exterior, no noticiário da grande imprensa internacional e nacional, e nas mensagens das sofisticadas redes de observação e vigia por satélite a origem dos fluxos de informações que serão processadas pela burocracia especializada em política externa, pelos analistas militares e cientistas envolvidos em decisões políticas.

Passemos agora a análise das alterações ocorridas no Ministério das relações Exteriores, com a ascensão do novo regime em março de 1964.

---

<sup>188</sup> Aron, Raymond. Paz e Guerra entre as nações. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1979. p.366.

Segundo Alexandre de S. C. Barros<sup>189</sup>, o Itamaraty desfruta, perante os outros demais países latino-americanos, de um respeito e admiração vinculados a poucas Chancelarias no Continente. O principal fator para tal reconhecimento deve-se ao grau de profissionalismo existente dentro do ministério.

*"O profissionalismo tornou-se a marca registrada do Itamaraty em suas relações com outros órgãos burocráticos brasileiros e com representações estrangeiras, no Brasil e no exterior. O profissionalismo e a competência legitimaram a atuação do Itamaraty. Estas características revelaram-se de grande importância, especialmente depois de 1964, quando o Itamaraty continuou a ser, em grande parte, imune à intervenção externa, uma exceção na burocracia civil. (...) A 'imunidade' do Itamaraty, no entanto, não foi total. Diversos diplomatas foram expurgados, com base em acusações de esquerdismo, corrupção ou mau comportamento, exatamente como acontecia em todos os outros órgãos; o número deles, no entanto, é pequeno, em comparação ao que sucedeu em outras agências. Apesar disso não houve substituições no Itamaraty, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, nos serviços diplomáticos da Argentina e do Chile, onde o Palácio San Martín e a Cancillería foram ocupados por soldados profissionais, depois que os militares assumiram o poder. No Brasil, a profissão permaneceu intacta. Não foi admitido pessoal alheio a carreiras -civis ou militares- quer temporariamente ou efetivamente, nos quadros diplomáticos."*<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> BARROS, Alexandre de S. C. "A Formação e Implementação da política Externa Brasileira: O Itamaraty e os Novos Atores." In MUNOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial: uma perspectiva latino-americana das relações internacionais*. São Paulo. Convívio: 1986. p. 29-42. e CHEIBUB, Z. B. *A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamaraty*. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 97-128, 1989. e *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty Em Uma Perspectiva Histórica*. Dados, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

<sup>190</sup>Idem, p. 29-30.

Quase que pode afirmar-se que, em relação ao Ministério das Relações Exteriores, o governo militar do Brasil caminhou em sentido oposto ao esperado: ao invés de o Ministério ser ocupado por militares, como aconteceu em outros países e como aconteceu em virtualmente todos os outros Ministérios do Brasil, o movimento se deu em sentido oposto - isto é, foram os diplomatas que tiveram a sua presença ampliada fora do seu próprio domínio profissional.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é o centro natural para a atividade de produção e decisão da política externa. Na maior parte da história da nação, o Ministério teve um certo monopólio na manipulação dos relacionamentos ultramarinos e continentais do Brasil.

A Constituição faz do presidente, e não do MRE, o responsável pela elaboração da política externa. A diplomacia da Era-Nuclear criava a necessidade óbvia de um controle mais centralizado no tocante às questões externas, fosse sob um regime democrático, fosse ditatorial. Pode-se também admitir que, pelo contraste originado nos problemas domésticos (crises econômicas, crescimento da inflação, problemas sociais), as negociações diplomáticas sejam, de certa forma, colocadas a certa distância das atribuições presidenciais. No entanto, ainda assim continuam fazendo parte destas, mesmo que em último caso.

Em geral, a finalidade básica da diplomacia é evitar confrontações entre as nações, além de ampliar e desenvolver laços econômicos, políticos e militares com outros Estados. Nessa direção, o MRE terá buscado exercer a função de executor da política externa brasileira, dentro dos novos padrões traçados por seus idealizadores. Apresentaremos brevemente uma biografia dos dois mais importantes artífices deste processo: Juraci Magalhães e Vasco Leitão da Cunha.

Juraci Magalhães foi importante na queda de Goulart; foi adversário do Estado Novo, quando renunciou ao governo da Bahia em 10 de novembro de 1937, por não concordar com o golpe de Estado. Militar e político importante, foi parlamentar e constituinte em 1946, pela UDN. Naquela ocasião travou histórico debate com o antigo companheiro de armas, Luiz Carlos Prestes. Projetou-se então como um dos arautos do anticomunismo nacional. Entrou para a conspiração após o comício da Central do Brasil, em março de 1964, e logo assumiram papel de destaque pelas suas articulações entre os

meios político e o militar, onde tinha trânsito fácil. Com o advento do novo regime, participou da escolha de Castello para a presidência. Este, por sua vez, logo após a eleição indireta de 11 de abril de 1964, convidou-o para o cargo de embaixador em Washington.<sup>191</sup>

Lá permaneceu até outubro de 1965, quando voltou ao Brasil, a pedido de Castello, para ocupar a pasta da Justiça. O cargo estava vago pela renúncia de Milton Campos, que não concordava com o Ato Institucional nº 2. Após o fracasso das negociações com o Congresso, Juraci endossou a promulgação do AI-2 e passou, a seguir, para o Itamarati, onde ficou até março de 1967, quando foi substituído por Magalhães Pinto, severo crítico da sua política.<sup>192</sup>

Vasco Leitão da Cunha fez carreira no Itamarati, tendo apenas em 1941 assumido interinamente a pasta da Justiça, abandonada em 1942 após atrito com Filinto Muller, então chefe da polícia do Distrito Federal. Chegou inclusive a colaborar com a Política Externa Independente de San Thiago Dantas, servindo como embaixador em Moscou de 1962 a 1963. Desgostoso com os rumos do governo de João Goulart iniciou articulações com a oposição. Com a queda do Governo foi convidado por Rainieri Mazzilli para a pasta das Relações Exteriores. Castello manteve-o no posto para implantar a nova política externa do Brasil.

Sua gestão coincidiu com cassações e grandes remanejamentos de postos, principalmente nas grandes capitais, destinados a garantir as alterações necessárias na orientação política do Ministério. A II Conferência Extraordinária Interamericana, realizada no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, de 17 a 30 de novembro de 1965<sup>193</sup>, foi uma das grandes realizações do chanceler Leitão da Cunha.

Nesta Conferência, estavam representadas todas as nações americanas, com exceção da Venezuela. No discurso de abertura Castello referiu-se à fraca ajuda econômica, a qual, quando acontecia era apenas em situação de crise. Nessa ocasião, defendeu a criação da Força Interamericana de Paz permanente, como forma de evitar o combater os perigos internos e externos que ameaçassem as nações americanas, contra a subversão, e como

---

<sup>191</sup> Foi nessa ocasião, ao ser homenageado pela Câmara de Comercio Norte-americana de São Paulo, que proferiu a sua célebre frase: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". In BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. (org). *MAGALHÃES, Juraci*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984, v.3, p.3431.

<sup>192</sup> MARTINS, Carlos. Op.Cit.

<sup>193</sup> BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. (org). *CUNHA, Vasco Leitão da*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984, v.2, p. 1761.

mecanismo principal para se evitar ações intervencionistas unilaterais entenda-se aqui, as ações promovidas pelos norte-americanos.<sup>194</sup> Esta tentativa de se institucionalizar a FIP pode ser evidenciada também no discurso de encerramento da II Conferência Interamericana, pronunciado por Vasco Leitão da Cunha, onde este ressalva a necessidade de se constituir “*um mecanismo defensivo para conter a subversão no continente e os atos unilaterais*”.<sup>195</sup>

Esta conferência teve como seu foco central questões econômicas, como a ampliação dos auxílios fornecidos pela Aliança para o Progresso, os empréstimos norte-americanos e a constituição de uma área de livre comércio.

Logo após, Vasco Leitão da Cunha deixou o Ministério (7/12/65) e assumiu, a 28/1/66, a embaixada em Washington, onde conseguiria diversos empréstimos e financiamentos para o Brasil. A troca do ministério pela embaixada deveria ter ocorrido antes, mas Vasco conseguiu seu adiamento para após a Conferência, segundo ele para não aparentar estar saindo sob a enxurrada de críticas da imprensa à sua gestão<sup>196</sup>.

Estas duas personalidades atuaram conjuntamente com Castello Branco não apenas na re-interpretação de diversos conceitos que permeavam a política externa brasileira, mas também enquanto articuladores interna e externamente do processo de criação da FAIBRAS (designação das tropas brasileiras que viriam a compor a FIP) e da proposta de uma FIP permanente nas duas Conferências Extraordinárias Interamericanas, ocorridas no Rio de Janeiro em 1965 e em Buenos Aires em 1967.

O MRE centralizou todos os comunicados oriundos das três pontas do triângulo envolvidas na questão dominicana - a embaixada brasileira em Washington, a embaixada brasileira na República Dominicana e a representação na Organização dos Estados Americanos.

Logo no início da crise dominicana, o então embaixador Brasileiro em São Domingos foi substituído por outro mais identificado com os interesse e linhas de ação do regime. Passou então a intermediar a relação brasileira e a relatar a crise dominicana o embaixador Geraldo

---

<sup>194</sup> VIANNA FILHO, Luis. OP.Cit., p.435.

<sup>195</sup> Jornal do Brasil. “Vasco insiste na criação da Força Interamericana de Paz”. In Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 01-12-1965, 1 caderno, p.01.

<sup>196</sup>CUNHA, Op.Cit., p.1039.

Eulálio do Nascimento, que manteve o MRE e o presidente constantemente informados da evolução da crise.

O Ministério exerceu não apenas uma função burocrática, mas mostrou-se ágil e eficaz na realização de substituições, nas engrenagens que não estivessem funcionando de acordo com seus interesses, como observado na substituição do embaixador na República Dominicana.

### 3.3.3. O Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI)

Estes dois órgãos exerceram importantes funções no maquinário do regime autoritário brasileiro. Restam-nos poucos documentos de seu funcionamento e atuação na sociedade, bem como nas disputas políticas que envolveram a crise dominicana. Ao Conselho de Segurança Nacional será feita alusão a sua decisão quando entrarmos nas discussões que se desenvolveram no Congresso Nacional. O Serviço Nacional de Informações atuou na vigilância e policiamento dos cidadãos dominicanos residentes no país durante o período da crise e posteriormente a ele.

O SNI, conjuntamente com o MRE, desenvolveu investigações referentes à conduta, ao histórico de vida e principalmente aos motivos pelos quais tais cidadãos encontravam-se no país. No período anterior à deflagração da crise dominicana encontravam-se no país cerca de 1.432 cidadãos dominicanos, na sua maioria estudantes. Com a deflagração da crise e a posterior participação brasileira na FIP, foram canceladas novas emissões de vistos aos dominicanos que pretendiam vir para o Brasil e os residentes aqui passaram a ser investigados.

Encontramos diversos registros no MRE produzidos por funcionários do SNI. Neles são comuns a identificação do indivíduo, sua escolaridade e o motivo da estada no país. No entanto, o mais importante são as anotações realizadas pelos funcionários, onde se lêem comentários como os seguintes: *“Não me pareceu tratar-se de ‘inocente útil’. Me pareceu tratar-se de elemento enquadrado na nova classe de estudantes, muito comum no Brasil, que se intitulam ‘socialistas avançados’ (Ex Ação Popular, Frente Única e etc) o que para mim significa: ‘Comuna do bom’”*<sup>197</sup>.

Por este exemplo podemos inferir que tanto o SNI quanto o DOPS atuaram indiretamente, como fruto da crise dominicana, devido ao temor da ameaça comunista e da subversão.

---

<sup>197</sup> Ministério das Relações Exteriores DAC/DCInt/ 11/ 600 (24j). MAÇO CRISE DOMINICANA DATADO DE 15 DE SETEMBRO DE 1965.. p. 4. O grifo é do autor do documento. Foram encontrados, igual a este, cerca de 79 relatórios.

### 3.34. O Congresso Nacional

Pretendemos nesta seção realizar uma breve apresentação do funcionamento do Congresso brasileiro durante o período em questão, visando apresentar as principais engrenagens que estavam envolvidas na fase de decisão que competiu ao Congresso, no que se refere ao processo de legitimação e aprovação do envio de tropas brasileiras para atuarem na Força Interamericana de Paz.

De acordo com Abdo I. Baaklini<sup>198</sup>, com poucas exceções, a maioria das pesquisas referentes ao comportamento e aos processos legislativos utilizam aproximações em termos de um macro sistema de análise. Até o ponto em que as legislaturas são discutidas, são interpretadas como sendo uma variável residual ou dependente, sempre em relação ao poder executivo. A ênfase é colocada, normalmente, em variáveis genéricas, tais como fatores sociais, econômicos, partidos e eleições políticas e política executivo-burocrática<sup>199</sup>.

Nesta seção exploraremos o papel do Congresso nacional brasileiro, sob o regime autoritário, ao analisar a temática da intervenção norte-americana à República Dominicana e a subsequente votação da proposta de envio de tropas brasileiras para comporem a Força Interamericana de Paz.

Segundo o autor, as atividades congressionais podem ser classificadas em sete categorias: *proposição de leis, emendas constitucionais, decretos legislativos, leis complementares, resoluções, relatórios e requisição de informações*<sup>200</sup>. Quando as forças armadas tomaram o poder, o recurso às emendas constitucionais, especialmente entre 1964 e 1969, foi amplamente utilizado, com o desejo do novo regime de se recobrir de legitimidade. Por esse motivo, tentou fazer a constituição refletir as novas diretrizes do

---

<sup>198</sup>BAAKLINI, Abdo I. *The Brazilian Legislature and Political System*. Westport, Conn. Greenwood Press: 1992.

<sup>199</sup> Idem, p. 97.

<sup>200</sup> Idem, p. 97-98. Apresentamos algumas definições dadas pelo autor referentes às diferentes formas legislativas: “Os *decretos legislativos* são as medidas que podem afetar a política pública, diretamente, e encontram-se dentro das prerrogativas de ambas as casas da legislatura. Os decretos representam os poderes residuais que o Congresso manteve, como a ratificação dos tratados e de outras matérias internacionais. À exceção de 1964, quando o Congresso aprovou 102 decretos legislativos, o número estabilizou-se durante quase todo o regime militar, entre 35 e 48 ao ano. As provisões constitucionais, ou os *atos institucionais*, emitidos pelo presidente, foram elaborados pelo Congresso através do instrumento de *leis complementares*. De acordo com a lógica do regime autoritário, nós esperaríamos o executivo elaborar suas próprias leis e fornecer suas próprias normas e pedir que o Congresso ratifique somente suas leis. As resoluções são ações feitas por cada casa do legislativo, para regular e controlar seu funcionamento interno”. Idem. p. 98-100.

recém instaurado regime através de decretos, atos institucionais e leis complementares promulgadas pelo novo presidente, mesmo que em muitos casos estas novas leis entrassem em contradição com as provisões da constituição em vigor. Quando o Congresso, ao negar a aprovação de alguma proposta do executivo, forçava o presidente a recorrer a medidas excepcionais, negava-lhe ao mesmo tempo a legitimidade política que somente pode ser concedida se o Congresso aprova as medidas como o executivo espera.

Uma importante engrenagem na maquinária legislativa eram as diversas Comissões ou Comitês existentes, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. De acordo com Abdo I. Baaklini, “*as legislaturas recorrem aos comitês para examinar minuciosamente e analisar a legislação proposta. Embora o sistema do comitê, dentro do contexto brasileiro, estivesse enfraquecido devido a uma série de medidas, os comitês continuaram a funcionar apesar de suas fraquezas institucionais*”<sup>201</sup>.

Um dos principais produtos dos comitês<sup>202</sup>, dentro do Congresso brasileiro, eram os relatórios referentes às diversas propostas de legislação. Estes relatórios, chamados pareceres, eram preparados freqüentemente por um membro do comitê, com o auxílio da equipe de funcionários legislativos. O parecer era composto normalmente por um sumário da legislação proposta e ocasionalmente uma recomendação para a ação. Tais relatórios foram submetidos primeiro à aprovação no comitê, e depois nas diversas câmaras do Congresso.

Para a análise do objeto deste trabalho, que são: *Como se desenvolveu o processo de apoio e participação brasileira, na crise Dominicana, de 1965, e quais as vantagens originárias desta ação, esperadas pelo governo de Humberto de Alencar Castello Branco,*

---

<sup>201</sup> Idem, p. 103.

<sup>202</sup> Segundo Baaklini, os comitês dentro do Congresso variaram na importância, na carga de trabalho e na relevância. Os comitês permanentes poderiam ser classificados em três grupos, de acordo com a importância e a visibilidade nacional: os comitês de Constituição e Justiça, os de Política Externa, e o de Economia, mais tarde renomeado Indústria e Comércio.

O comitê do Constituição e Justiça, o mais ocupado de todos os comitês exercia a função de rever toda a legislação, a fim de conformar as novas propostas legislativas, com a constituição em vigor e com as leis já existentes. Este comitê geralmente foi composto de distintos advogados e juristas e tinha o poder de declarar qualquer proposta legislativa como sendo inconstitucional, baseado na violação de leis existentes.

O comitê do Senado para a Política Externa tinha como função a confirmação e reconhecimento das credenciais dos embaixadores e de receber delegações estrangeiras. Seus membros viajavam freqüentemente aos países estrangeiros, às conferências internacionais e a diversos fóruns.

O comitê de Economia (renomeado posteriormente Indústria e comércio) tratava das políticas econômicas e fiscais que tivessem implicações nacionais. Durante o regime autoritário as funções destes comitês, foram dominadas predominantemente pelo executivo. Cf. BAAKLINI, *Op. Cit.*, p. 104-109.

estes relatórios representaram uma fonte fundamental, pois foi a partir deles que pudemos observar os conflitos internos, latentes ou não, que se desenvolveram no decorrer do debate referente ao envio de tropas para a República Dominicana.

Quando se tornava necessário, durante o processo legislativo, solicitava-se ao executivo ou judiciário que se prestassem maiores esclarecimentos ao Congresso. Estes esclarecimentos eram realizados através de seções, onde um representante do órgão envolvido no pedido legislativo discorreria sobre o tema em discussão em ambas as casas do Congresso. No caso em estudo, tal solicitação foi realizada pelo Comitê de Relações Exteriores, no qual o Ministro das Relações Exteriores realizou uma apresentação do tema e de sua importância para o papel do país, no cenário internacional. Voltaremos a este tema posteriormente.

#### 3.3.4.1 O papel do Legislativo: a Câmara dos Deputados.

O processo legislativo de estudo da mensagem presidencial começa pela Câmara Baixa. Por isso nos ocuparemos dela em primeiro lugar, seguindo a ordem cronológica.

Os discursos (tanto na Câmara como no Senado) estão divididos em linhas diferentes de raciocínio e argumentação, em função do parlamentar ser da situação ou da oposição. A minoria tentou provar a ilegalidade da intervenção norte-americana, a violação da Carta da OEA, o distanciamento do Brasil dos grandes países latino-americanos, o alinhamento com os EUA. A maioria enfatizou a superação, pela dinâmica das relações internacionais, dos tratados interamericanos, a validade da intervenção prevista na própria Carta de Bogotá (art. 19), a necessidade de o Brasil enfrentar a ameaça comunista, a solidariedade interamericana.

Bem antes do envio da mensagem, a Câmara já tinha se preocupado com a crise dominicana. A evolução dos acontecimentos em S. Domingos com a intervenção crescente dos Estados Unidos, o impasse na guerra civil e a atuação da ONU e da OEA não foram ignorados. No dia da chegada de Harriman<sup>203</sup> já se denunciava a posição do governo. O

---

<sup>203</sup> William Averell Harriman, nasceu em Nova York, em 1911, ocupou diversos cargos importantes em várias administrações presidenciais norte-americanas. No governo do presidente Johnson, foi indicado como embaixador para o Sudeste Asiático em 1965. Nesse cargo, Harriman viajou a diversos países do mundo solicitando suporte à política dos Estados Unidos no Vietnã. Este era também o motivo de sua missão no Brasil. A missão de Averell Harriman tentou convencer os governos latino-americanos do acerto da decisão

deputado Afonso Arinos Filho (PDC/RJ) criticou a intervenção dos EUA e o endosso dado pelo Brasil: “(...) *O governo parece estar esperando trocar o prato de lentilhas de algumas centenas de dólares pela honra nacional, pela dignidade deste país*”<sup>204</sup>. João Herculino<sup>205</sup> (PTB/MG) retomou as críticas e fez uma veemente condenação do governo Johnson e da nova política norte-americana na América Latina.

No dia seguinte, 04 de maio, após Castello ter recebido Harriman e anunciado o apoio brasileiro à postura norte-americana, a Câmara debateu mais acaloradamente o assunto. Jamil Amidem (PTB/GB) criticou a atitude do Executivo e citou, como exemplo, a postura do presidente Eduardo Frei, do Chile, que condenou a intervenção<sup>206</sup>. Os deputados Matheus Schimidt<sup>207</sup> e Doutel de Andrade, ambos do PTB, corroboraram e ampliaram as críticas aos governos brasileiro e norte-americano. Coube de novo a Afonso Arinos Filho a mais bem fundamentada crítica ao posicionamento brasileiro perante a crise dominicana<sup>208</sup>. Tecendo considerações sobre a questão da legalidade do desembarque norte-americano na República Dominicana, o deputado, que tinha apoiado o movimento de 31 de março (e fica aqui registrada a primeira “*oposição interna*” ao que se supunha como monolítico bloco parlamentar governista), fez um retrospecto das intervenções norte-americanas na América Latina. A seguir, comentou os instrumentos teóricos da intervenção (Doutrina Monroe, Corolário Roosevelt) e o domínio econômico dos EUA. Quanto ao aspecto legal, evidenciou que a carta da OEA foi desrespeitada, pois apenas o artigo 6º do TIAR poderia ter sido, *in extremis*, invocado, mas o desembarque unilateral tornou a ação “*rigorosamente ilegal*”. Citando editoriais da imprensa mundial que condenavam Johnson, alertou para a posição do Brasil, que sempre respeitou os tratados e que, caso acobertasse a atitude dos EUA, que violaram a Carta da OEA, “*se exporá ao risco de seus vizinhos*

---

norte-americana, pediu apoio para a constituição, na OEA, de uma Força Interamericana de Paz e denunciou a facção dominicana liderada pelo coronel Caamaño como dominada pelos comunistas. Tratava-se, de certa forma, de reeditar, no Caribe, a fórmula utilizada na Coréia, sob a bandeira da ONU.

<sup>204</sup> ARINOS, Afonso. Discurso de 03-05-1965. 35ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VI, p. 762.

<sup>205</sup> HERCULINO, João. Discurso de 03-05-1965. 35ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VI, p.789.

<sup>206</sup> AMIDEM, Jamil. Discurso de 04-05-1965. 36ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VII, p.44.

<sup>207</sup> SCHIMIDT, Matheus. Discurso de 04-05-1965. 36ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VII, p.58.

<sup>208</sup> ARINOS, Afonso Discurso de 04-05-1965. 36ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VII, p.387-400.

*denunciarem os tratados de fronteira concluídos pelo Barão do Rio Branco, pois estes, pelo mesmo raciocínio, estariam também obsoletos e necessitando de atualização”.*<sup>209</sup>

Passada a visita da Harriman, apenas em 12 de maio a Câmara voltou a se ocupar do assunto - isso porque, entretanto, a OEA tomou diversas providências, entre as quais a constituição da FIP. Formalmente, o convite ao Brasil para enviar um contingente no quadro da nova força chegou nessa data (12 de maio), sob a forma de telegrama.

Houve, portanto, no Congresso, uma vasta gama de posições. Os matizes dos “contra” e “a favor” já evidenciados possibilitam, ao nosso entender, uma melhor compreensão do funcionamento do poder legislativo e das dificuldades reais, mesmo para um governo autoritário, em manipulá-lo. Tanto é assim que o Congresso foi repetidamente cerceado e até fechado nos anos seguintes por ter se tornado, mesmo com maioria governista, um incômodo questionador dos atos do executivo.

#### 3.3.4.2. Chega à mensagem

Estudaremos aqui a tramitação da mensagem na Câmara, onde apareceu um novo argumento governista. Não se tratava mais de justificar o intervencionismo norte-americano, mas de defender o envio de tropas no quadro da “*solidariedade do Hemisfério ocidental contra a ameaça do comunismo internacional*”. Isto se devia às contínuas acusações, no campo jurídico, que evidenciavam como ilegal a atitude norte-americana e questionavam a validade da votação na OEA. A essa carga jurídica a situação vai responder com argumentos de ordem político-ideológico. De fato, aqui reside mais uma separação parlamentar: uns referem-se aos tratados internacionais, outros invocam a ideologia (da Guerra Fria).

A sucinta mensagem presidencial nº 285 chegou ao congresso a 17 de maio, dirigida às comissões de Constituição e Justiça, Segurança Nacional e Relações Exteriores. Acompanhava-a exposição de motivos do chanceler Vasco Leitão da Cunha.

---

<sup>209</sup>ARINOS, Afonso Discurso de 04-05-1965. 36ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VII, p.400.

No dia seguinte, 18 de maio, a mensagem nº 285<sup>210</sup> tinha se transformado no Projeto de Decreto Legislativo nº 225, na Comissão de Constituição e Justiça. Este, no seu artigo 2º, especificava:

*“O contingente a que se refere o artigo anterior terá por fim exclusivo colaborar, dentro do espírito de imparcialidade democrática, na restauração da normalidade da República Dominicana, ali permanecendo somente enquanto necessária sua presença para a segurança da população, inviolabilidade dos direitos humanos e estabelecimento de um clima de paz e conciliação, apto a permitir o funcionamento das instituições democráticas na mencionada República”<sup>211</sup>.*

Nas Comissões de Segurança Nacional e de Relações Exteriores, os relatores Costa Cavalcanti e Raimundo Padilha deram, respectivamente, pareceres favoráveis aprovados rapidamente, mas com falta de quorum. Antes de entrar na discussão do Plenário, destacamos, a 18 de maio, uma esclarecedora intervenção do deputado Dirceu Cardoso, congressista da situação, que acreditamos corrobora nossa presunção acerca da existência de outros objetivos por trás das proclamações bem intencionadas de defesa da paz e da democracia.

*“Não se trata de um país da América apenas, mas da América inteira. Agora, estamos apagando o fogo em S. Domingos, mas dentro em pouco, outros focos surgirão pela América, e até aqui no Sul do país, no Uruguai, teremos o mesmo clima de insatisfação, de*

---

<sup>210</sup> “Solicita a aprovação do Congresso Nacional para envio de contingente das Forças Armadas Brasileiras ao exterior, a fim de colaborar na restauração da normalidade na república Dominicana, de acordo com a Resolução adotada em 6 de maio de 1965 pela X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das repúblicas Americanas” In Relatório da Câmara dos Deputados e Senado Federal de n 19 de 1965 sob o título “ Projeto de Decreto Legislativo n 225-A/65”, o qual encontra-se armazenado nos arquivos do Congresso Nacional, setor de documentação, Brasília. p.1.

<sup>211</sup> Pareceres do Senado e da Câmara dos Deputados a respeito do Projeto de Decreto Legislativo N 225-A, 1965. Brasília, Diretoria de Imprensa, 1965, p.6.

*subversão, o que nos obrigará a cumprir o art. 19 da Carta da OEA, que trata da segurança continental”*<sup>212</sup>. [grifo nosso]

Por este trecho explícito vemos como alguns políticos queriam que o Brasil se inserisse na nova política norte-americana, seguindo a idéia do “*aliado preferencial*”<sup>213</sup>, buscando desempenhar o papel de potência regional, o que explica a ênfase colocada na revisão dos conceitos de *não-intervenção* e *soberania*. Tratava-se de ficar com as mãos livres, do ponto de vista legal, para conduzir vizinhos por demais “*independentes*” ou “*insatisfeitos*” de volta ao que se julgava, unilateralmente, o caminho certo. Os posteriores acontecimentos no Uruguai, Bolívia e Chile, durante o governo Médici, reforçam estas assertivas, livres da bruma da retórica oficial, mesmo em contexto não exatamente idêntico.

O plenário da Câmara votou, em discussão única, o Projeto de Decreto Legislativo nº 225-A, na sua 49ª sessão, em 19 de maio de 1965. De início, os deputados João Herculino, Roberto Saturnino, Chagas Rodrigues, Theôfilo de Andrade, Dias Menezes, Getúlio Moura, Mário Covas, Zaire Nunes e Jairo Brum discursaram contra o projeto em nome dos princípios de *não-intervenção* e de respeito aos tratados interamericanos. A seguir discursaram Plínio Salgado, Anísio Rocha, Dnar Mendes, Cunha Bueno, Hamilton Prado, Pedro Aleixo e Geraldo Freire, todos favoráveis.

Daremos destaque ao discurso de Mário Covas que, citando artigo do jornal *Folha de São Paulo* intitulado “crise uruguaia”, publicado em 18 de maio, teceu considerações sobre uma possível intervenção argentino-brasileira naquele país, *ad referendum* da OEA, para “restaurar a ordem”. Preocupado, o deputado afirmou:

*“A aprovação da remessa de tropas, como estágio conseqüente da intervenção efetuada anteriormente, possibilitaria que se firmasse o princípio de que, em qualquer país onde houvesse uma “revolução” ou qualquer situação congênere, pudessem os países limítrofes*

---

<sup>212</sup> Idem, p.7.

<sup>213</sup> Diversos congressistas em discursos proferidos a 19-05-1965. 49ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VII, p. 394.

*realizar uma intervenção imediata, a ser posteriormente disciplinada pela OEA*”<sup>214</sup>.

Por último, A Câmara, aprovou, por 190 votos contra 99 o substitutivo, passando assim o Projeto para o Senado Federal.

#### 3.3.4.3. O Senado Federal.

O Senado, assim como a Câmara, já tinha debatido, desde quatro de maio, a situação dominicana, fosse através de argumentos de oposição ou de situação, similares aos apresentados na Câmara. Julgamos, pois, redundante transcrevê-los.

No Senado, o Projeto de Decreto Legislativo apareceu, acompanhado de ofício do 1º secretário da Câmara, sob o nº 19, a 19 de maio. Logo foi encaminhado às comissões de Segurança Nacional, Relações Exteriores e Finanças. A 20 de maio foi requerida urgência na tramitação do projeto, que assim foi aprovado na 55ª sessão e imediatamente posto em discussão.

A urgência era tanta que o parecer do relator da Comissão de Segurança Nacional (Zacharias Assumpção) ainda estava sendo datilografado na ocasião, por isso passou-se a escutar os relatores das Comissões de Relações Exteriores (Pessoa de Queiroz) e de Finanças (Eurico Rezende). O primeiro declarou-se favorável, repetindo argumento já usado na Câmara: *“Não vamos examinar aqui a controvertida atitude assumida pelo governo norte-americano, objeto de críticas, inclusive de eminentes correligionários do Presidente Lyndon Johnson. Limitamo-nos a apreciar o que devemos decidir agora.”*<sup>215</sup>. [grifo nosso]

Eurico Rezende repete a decisão adotada pela X Reunião de Chanceleres da OEA para tentar desmontar os argumentos jurídicos: *“A querela jurídica, então, é matéria superada, eis que já foi examinada, apurada e teve o desate do órgão competente para fazê-lo, a Organização de Estados Americanos”*<sup>216</sup>. Prosseguiu o senador:

---

<sup>214</sup>Idem 19-05-1965. 49ª Sessão. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, v. VII, p. 408-09.

<sup>215</sup> QUEIROZ, Pessoa de. Discurso de 19-05-1965. 53ª Sessão. Anais do Senado. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, p.776.

*“Resta apenas, ao nosso país, cumprir o compromisso inalienável de atendimento, tanto mais digno quando se tem em vista que os EUA estão sacrificando a fina flor da sua juventude<sup>217</sup>, em vários setores do mundo, na defesa indormida - pouco importando a pudicícia jurídica de muitos - dos postulados da liberdade, do direito e da intervivência digna do mundo ocidental e das pátrias cristãs e eternas”<sup>218</sup>. [grifo nosso]*

Zacharias Assumpção repetiu, em seu parecer, a argumentação de Leitão da Cunha, concluindo: *“A solicitação do governo (...) encontra pleno apoio nos acordos firmados pelo Brasil, que não pode, assim, deixar de atendê-la, sob pena de negar suas tradições diplomáticas e de renunciar a seu papel de um dos países líderes da democracia no novo continente”*.<sup>219</sup> Reapareceu aqui o propósito de utilizar o conflito dominicano para projetar-se, no contexto interamericano, como um país *“líder”*, assumindo suas obrigações e responsabilidades em nome de outros e sem procuração para tanto.

A carga oposicionista prosseguiu com Arthur Virgílio que enfatizou a para ele *“pouco honrosa”* companhia do Paraguai, do Haiti e da Nicarágua na posição brasileira, ao passo que nos afastávamos das democracias mexicana e chilena.

Chegou então a vez de Daniel Krieger repetir os argumentos já utilizados, voltando a atacar a facção constitucionalista de Caamaño, falseando (ou desconhecendo) os fatos, afirmando que *“o general Caamaño (de fato coronel) intitulou-se Presidente Constitucional da República Dominicana”*<sup>220</sup>. Na realidade, Caamaño foi escolhido por membros do Congresso Nacional Dominicano, que tinham sido regularmente eleitos em 1962. Devemos salientar, porém, que o Congresso estava em recesso forçado desde o golpe militar de setembro de 1963, que suspendeu, a partir de então, a vigência da constituição. Prosseguiu Krieger citando a Carta da OEA (art. 19) e a Ata de S. Domingos assim como a Resolução da Conferência de Punta del Este, em 1962, para defender o envio de tropas.

<sup>216</sup> REZENDE, Eurico. Discurso de 19-05-1965. 53ª Sessão. Anais do Senado. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, p..778.

<sup>217</sup> REZENDE Op.Cit., p. 779.

<sup>218</sup> Idem, p. 780.

<sup>219</sup> ASSURAPÇÃO, Zacharias. Discurso de 19-05-1965. 53ª Sessão. Anais do Senado. Brasília, Diretoria de Publicações, 1965, p.784.

<sup>220</sup> ARINOS, Op.Cit., p.784.

Antes da votação interveio Aurélio Vianna, procurando evidenciar novas contradições na questão. Expôs que os argumentos governistas eram frágeis e contestáveis tanto do ponto de vista jurídico, quanto da simples lógica - e assim ficou, de fato, demonstrado, no nosso entender, pelos trechos citados. Os deslizes da maioria, involuntários ou propositais, desvendaram a verdadeira intenção por trás dos nobres (porém subjetivos) princípios enunciados: projetar o Brasil no quadro interamericano, fazendo do país um líder regional inserido dentro do novo contexto de poder que os Estados Unidos pretendiam implantar na América.

Intervir com o mínimo desgaste parecia ser o propósito do governo Johnson e para isso era conveniente a figura do intermediário (ou “aliado preferencial”). Este, obtendo todo o apoio na área militar, desempenharia o papel mais importante de interventor junto aos seus vizinhos, enquanto os EUA poderiam dar mais atenção ao sudeste asiático. A história posterior confirmou essas pretensões. Vários regimes democráticos foram sucessiva e violentamente substituídos por ditaduras militares na América do Sul, sendo que em três ocasiões (Bolívia, Chile e Uruguai) houve sérios indícios de participação brasileira.

A votação final, por requerimento de Aarão Steinbruch, ocorreu de forma nominal, tendo sido o projeto aprovado por 39 votos contra 9.<sup>221</sup>

O debate parlamentar, mesmo em maio de 1965 e já após a cassação de vários mandatos e uma situação de exceção no país (inquéritos, expurgos, denúncias), desvendou muita das intenções, que acreditamos se escondiam por trás da mensagem presidencial. Não fosse pela opção de Castello de cumprir, neste caso, os preceitos legais (pelas garantias que tinha e pelas pressões em outras áreas), não disporíamos de tantas fontes primárias. No Parlamento, a aprovação do envio de tropas, ainda tendo sido rápida, não foi tranqüila. A oposição dissecou os argumentos governamentais com considerações jurídicas e lógicas, evidenciando as contradições dos mesmos. Também vários parlamentares que apoiavam o movimento de 31 de março votaram contra, em particular os Arinos e outros membros da UDN e PSD.

De todo modo acreditamos, mesmo na hipótese remota de que tivesse sido vetado o envio de tropas pelo Congresso, que o Presidente da República teria insistido em enviar o contingente, tamanha a importância e implicações do caso dominicano.

---

<sup>221</sup> Pareceres do Senado e da Câmara dos Deputados a respeito do Projeto de Decreto Legislativo N 225-A, 1965. Brasília, Diretoria de Imprensa, 1965, p.9.

O papel do Congresso Nacional foi importante, porém não decisivo. Importante, pois permitiu o debate público de teses fundamentadas e contrárias ao envio de tropas (que os jornais, como veremos, reproduziram), fugindo das manobras de Gabinete. Importante também porque deu cobertura legal à criação do FAIBRAS, mesmo não tendo sido decisivo, já que debate parlamentar e a opinião pública tiveram a sua importância reduzida e minimizada naquele tempo. Também porque, conforme exemplificamos acima, o jogo de interesses era tamanho que muito provavelmente o Congresso teria sido atropelado pelo executivo (como o foi repetidas vezes), caso fosse necessário. Interesses políticos, estratégicos e econômicos englobados no contexto ideológico do regime fizeram, de um país e de uma situação que não afetavam significativamente a segurança do Brasil, um caso de estado de primeira magnitude.

#### 3.4. O papel das Forças Armadas

Será esta uma seção muito mais breve e sucinta do que as anteriores, pois o papel das Forças Armadas no processo de tomada de decisões no caso específico da República Dominicana foi imposto de cima para baixo, devido à característica hierárquica da própria instituição e à necessidade de se manter a coesão, ou pelo menos a idéia da existência de uma, dentro do bloco militar que governava o país.

Desta forma, as Forças Armadas expressaram, através dos ministros das três armas e do Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)<sup>222</sup>, a sua aquiescência ao projeto presidencial em 16 de maio, na reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou, por unanimidade, a mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional. Formalmente, essa aquiescência significou que exército, marinha e aeronáutica aprovaram enviar um contingente ao Caribe.

A realidade, porém, não parecia ser tão monolítica assim. Nos jornais apareceram críticas (anônimas) de membros da oficialidade ao projeto do governo. Relevamos:

<sup>222</sup> Ministro da Marinha: Almirante Ernesto Melo Baptista; Ministro da Aeronáutica: brigadeiro Lavanére Wanderley;, Chefe da Casa Militar: general Ernesto Geisel e Ministro da Guerra: general Costa e Silva e Aurélio de Lyra Tavares o chefe da EMFA In SILVA, Helio. *1964: vinte anos de golpe militar*. Porto Alegre. L&PM: 1985, p.38.

*“O envio de tropas brasileiras à República Dominicana foi recebido com reservas pela maioria da oficialidade do Ministério da Guerra (...) Enquanto oficiais mais ponderados admitiam uma certa precipitação no noticiário, pois o envio de uma tropa de emergência não era tarefa tão fácil assim, uma pequena minoria defendia o embarque imediato de um contingente”*.<sup>223</sup>

O jornal não mencionou suas fontes, que poderiam até ser punidas pelo código militar, mas não houve, até onde lemos, desmentidos. Isto acreditamos, vem a ser indício de certa veracidade. Aliás, um jornalista dificilmente arriscaria, naquele então, inventar notícias em área tão sensível. No dia seguinte, segundo novas informações *“apenas 20% dos oficiais seriam voluntários e apoiariam o envio de um contingente”*<sup>224</sup>. Conforme vemos, uma maioria parecia contrária à ação dos EUA e só se dispunha a ir a S. Domingos com ordem expressa. Interessante é notar que, aparentemente, mesmo para o “público interno” as teses de defesa do Hemisfério, da interdependência e das fronteiras ideológicas pareciam não ser plenamente aceitas. Mas o respeito à hierarquia e o cumprimento dos preceitos legais devem ter contribuído para o endosso da decisão de interferir no conflito dominicano.

Os altos chefes militares, ao contrário, expressaram majoritariamente satisfação: o General Justino A. Bastos, comandante do III Exército foi, desde o início, favorável. Também o Ministro da Guerra, Costa e Silva, não ficou atrás ao comentar as declarações de Harriman, que agradecia o apoio brasileiro: *“O Brasil é que agradece aos Estados Unidos pelo empenho na defesa do Continente”*<sup>225</sup>.

Outro líder militar, o General Peri Beviláqua, do Superior Tribunal Militar (STM), declarou em entrevista ser favorável ao envio de tropas *“desde que a operação seja decidida pelo governo com a prévia autorização do Congresso Nacional”*<sup>226</sup> e justificou,

---

<sup>223</sup> “Oficiais vêm ida às Antilhas com reservas” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05-05-1965. Caderno 1, p.3.

<sup>224</sup> “Debate sobre envio de tropas a S. Domingos” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06-05-1965. Caderno 1, p.3.

<sup>225</sup> “Harriman agradece apoio do Brasil”. In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06-05-1965. Caderno 1, p.3.

<sup>226</sup> Entrevista ao In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09-05-1965. Caderno 1, p.26.

lembrando que “em Suez, o Brasil mantém um batalhão integrante de uma força de polícia internacional, a pedido da ONU”.<sup>227</sup> A restrição do General Beviláqua pode ser interpretada como um indício, reforçado pelas informações anteriores, de que o exército não endossava incondicionalmente as teses de Castello. Tornou-se assim mais conveniente, para este, optar pela solução legal para evitar atritos na área militar. Isto deve ter pesado, acreditamos, na “preferência” de Castello pela legalidade muito mais do que informou seu biógrafo e admirador Dulles.

As vozes mais discordantes seriam as do Marechal Lott e a do General Jair Dantas Ribeiro em declarações à imprensa a quatro de maio. Pronunciamentos como esses incomodaram; no dia seguinte o deputado Jorge Cury (UDN/PR) pediu punição para ambos na tribuna da Câmara, em nome da *Segurança Nacional*.<sup>228</sup> Este episódio merece, no nosso entender, alguns comentários. Provavelmente o deputado não agiu sem a prévia anuência do governo. A ameaça à “segurança nacional” seria usada *ad nauseam* pelo regime autoritário para justificar atos à margem da legislação e englobava, principalmente, os desafetos e opositores. Baseados nos outros acontecimentos podemos razoavelmente supor que a reação foi rápida e violenta para inibir outras manifestações militares.

Concluindo esta seção, podemos avançar com a suposição da preferência do governo pela legalidade estar, no caso, reforçada pelas reações na área militar. Em última instância, do nosso ponto de vista, mandar-se-ia um contingente, pois isto parecia ser “questão fechada” antes mesmo do pedido formal da OEA, impondo-se às Forças Armadas e ao Congresso uma solução “revolucionária”. Mas a formalidade tinha muitos atrativos, entre os quais as garantias dadas a Castello de aprovação no Parlamento pelos seus líderes. Acresce o fato de tornar mais sólida a posição do governo, ao mostrar a força do regime no Congresso e calar os protestos na área militar pela forma legal da decisão.

### 3.5. O papel da imprensa.

A imprensa brasileira, nos primeiros meses de 1965, mantinha um certo grau de liberdade. No entanto, os grandes jornais no Brasil tendem, por tradição, a ser

---

<sup>227</sup> Ibidem., Entrevista, 09-05-1965 p. 26

<sup>228</sup> “Debates sobre a posição do Brasil” In *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 06-05-1965. Caderno 1, p.8.

conservadores. Consultamos aos principais cotidianos de então: Correio da Manhã (CM), Jornal do Brasil (JB), O Estado de São Paulo (OESP) e O Globo (OG).

A imprensa publicou, basicamente, quatro Grandes categorias de artigos.

- 1) Notícias da situação dominicana fornecidas por grandes agências internacionais (Associated Press, AP, United Press International, UPI, Reuters e Agence France Presse, AFP). Estas divergiam quanto ao conteúdo das notícias. A UPI (norte-americana), sendo tendenciosa em favor da junta militar; a AFP, mais isenta, desmentindo em mais de uma ocasião as notícias da primeira, em particular a respeito das violações de direitos humanos (verdadeiras no caso da junta e falsas no caso dos constitucionalistas, conforme provaram a ONU e a OEA).
- 2) Notícias com declarações dos principais formuladores de política, no caso brasileiro - Presidente da República, Ministros, Deputados e Senadores.
- 3) Notícias com relatos dos enviados especiais à S. Domingos.
- 4) Editoriais e colunas assinadas comentando a situação.

Acreditamos não ser interessante traçar aqui um relatório do noticiário internacional da crise dominicana. Fica apenas o registro da “guerrilha” UPI-AFP e a manipulação da informação pelas grandes potências. Quanto às três categorias restantes, optamos por apresentá-las (seletivamente, pois consultamos mais de 300 artigos) em ordem cronológica, por assunto, destacando sinteticamente, em conclusão, o posicionamento de cada órgão da imprensa. Muitas notícias de jornais provam, pelo que lemos, uma interação entre estes e o Congresso Nacional. Encontramos muitos artigos e citações reproduzidas depois em discursos e vice-versa.

### 3.5.1. Notícias referentes ao papel do Brasil na crise, inclusive na OEA.

A 30 de abril encontramos os primeiros artigos que se relacionam com o escopo do presente trabalho.<sup>229</sup> O JB traçou um recapitulativo das intervenções norte-americanas na América Latina muito utilizado no Congresso, e o CM publicou uma retrospectiva do

---

<sup>229</sup> “EUA intervieram 65 vezes no Hemisfério” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30-04-1965, caderno 1 . p. 2.

sistema interamericano<sup>230</sup>. Nos dias seguintes, a atenção se concentrou na OEA: a dois de maio, o OESP informou sobre a formação do Comitê de Paz e dos debates<sup>231</sup>, e o JB sobre a situação em S. Domingos<sup>232</sup>. Com a chegada de Harriman, as notícias intensificaram-se: a quatro de maio, o OESP noticiou o apoio brasileiro aos EUA<sup>233</sup>, com entrevistas de Harriman e Vasco. No dia seguinte, um dos ápices da informação: o JB noticiou os debates na Câmara<sup>234</sup> e no Senado<sup>235</sup> e, mais interessante ainda, uma passeata dos estudantes dominicanos em frente à embaixada dos EUA, à época na cidade do Rio de Janeiro. Divulgou estes um comunicado do qual destacamos o seguinte trecho: “*Estamos indignados e repudiamos as clássicas agências internacionais que, uma vez mais, tentam apresentar à opinião pública mundial a luta democrática de um povo como revolução comunista*”<sup>236</sup>. Tal excerto ilustra nossa afirmação anterior sobre a manipulação de notícias.

Também no JB encontramos informações sobre o debate na OEA, onde foi rechaçada a proposta norte-americana de criação de uma Força internacional de Paz Permanente<sup>237</sup>. Os únicos votos favoráveis foram os da Bolívia, Brasil, Argentina e Paraguai. No mesmo dia cinco, em página inteira desse periódico, comentou-se a situação dominicana anunciando o envio de tropas<sup>238</sup>, o apoio à permanência de tropas norte-americanas pelo Chanceler<sup>239</sup> e a mobilização do bloco governamental no Congresso<sup>240</sup>.

---

<sup>230</sup> “Intervenções e textos” In *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30-04-1965. caderno 1, p.4.

<sup>231</sup> “A OEA forma comitê de Paz” In *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02-05-1965. caderno 1. p.1.

<sup>232</sup> “Mediação” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02-05-1965, caderno 1 . p.3.

<sup>233</sup> “Brasil vai apoiar proposta dos EUA para S. Domingos” In *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04-05-1965. caderno 1. p.8.

<sup>234</sup> “Oposição combate na Câmara envio de Tropas” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03-05-1965, caderno 1 . p.4-5.

<sup>235</sup> “Líder do governo explica no Senado posição do Brasil como sinal de virilidade” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03-05-1965, caderno 1 . p 4.

<sup>236</sup> “Polícia dissolve passeata de estudantes dominicanos na Embaixada americana. ” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05-05-1965, caderno 1 . p4.

<sup>237</sup> “OEA não acha solução e EUA vão mudar proposta” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05-05-1965, caderno 1 . p2.

<sup>238</sup> “Brasil manda tropas e apóia OEA, diz Castelo a Harriman” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05-05-1965, caderno 1 . p3.

<sup>239</sup> “Vasco diz que tropas dos EUA tem de ficar” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05-05-1965, caderno 1 . p3.

<sup>240</sup> “Castelo já advertiu bloco parlamentar” ” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05-05-1965, caderno 1 . p3.

Importante também é a previsão do adiamento da Conferência da OEA no Rio<sup>241</sup>, um dos instrumentos do governo Castello Branco para tentar projetar-se no âmbito interamericano.

Dia seis de maio, destaque para a assinatura da Ata de S. Domingos, que estabelecia uma trégua no conflito e era o primeiro passo rumo a uma saída do impasse.<sup>242</sup> O CM destacou o manifesto de 131 intelectuais contra a intervenção norte-americana<sup>243</sup>, condenando não somente os EUA, mas também a atitude do governo brasileiro. O JB enfocou os debates na Câmara, em particular da oposição<sup>244</sup>, assim como o OESP<sup>245</sup>, dando a tônica geral da imprensa. O governo não usufruiu da unanimidade dos periódicos. Preferiram eles, até onde lemos, enfatizar as vozes discordantes.

Após a missão Harriman, deu-se um intervalo no noticiário, até à chegada do pedido de tropas pela OEA. A destacar, a polêmica pelo apoio de certos líderes sindicais (Ruder Blum e Vicente Orlando, da Confederação Nacional dos trabalhadores da Indústria, CNTI) ao governo<sup>246</sup>, logo desmentido pela CNTI, que disse estarem eles agindo apenas “*em nome próprio e não da entidade*”<sup>247</sup>. A 18 de maio apareceram comentários sobre as discussões na Câmara<sup>248</sup>, com participação de membros da situação e da oposição, informando ainda sobre os acontecimentos dominicanos e a rivalidade ONU/OEA<sup>249</sup>, sendo mias completas as do OESP. No dia seguinte, as notícias relatavam a tranquilidade do governo quanto à aprovação da mensagem presidencial, dando já o envio de tropas como fato consumado.

O noticiário acompanhou então o desenrolar da votação e a evolução em S. Domingos. Os editoriais e artigos assinados, como veremos na próxima seção, davam a

---

<sup>241</sup> “Previsto adiamento da Conferencia da OEA no Rio” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05-05-1965, caderno 1 . p.3.

<sup>242</sup> “Assinado em S.Domingos acordo para fim da luta”In *O Globo*. Rio de Janeiro, 06-05-1965. caderno 1. p.8.

<sup>243</sup> “Intelectuais são contra intervenção no Caribe’ In *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06-05-1965, caderno 1, p.1.

<sup>244</sup> “Carta da OEA está rasgada e jogada à lata do lixo, diz deputado na Câmara” In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06-05-1965, caderno 1 . p.8.

<sup>245</sup> “Debates sobre posição do Brasil” In *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 06-05-1965, caderno 1, p.8.

<sup>246</sup> “Sindicalistas apóiam decisão do governo sobre S. Domingos” In *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11-05-1965, caderno 1, p.6.

<sup>247</sup> “Remessa de tropas suscita desmentido” In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13-05-1965, caderno 1, p.10.

<sup>248</sup> “Relator da Comissão de Justiça é favorável ao envio de tropas”. In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18-05-1965, caderno 1, p.8.

<sup>249</sup> “Intromissão da ONU” In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18-05-1965, caderno 1, p.7.

opinião dos órgãos de imprensa a respeito da decisão do governo na crise dominicana e dos problemas da OEA e de todo o sistema interamericano.

### 3.5.2. Editoriais e artigos assinados.

Esta é outra dimensão da imprensa, que se caracteriza por através de informações, fornecer elementos de julgamento ao leitor. Através de seus editoriais e artigos assinados cada órgão de imprensa comentava os fatos e pretendia formar a opinião. Convém frisar que acreditamos que dificilmente exista notícia neutra, pois mesmo na origem as grandes agências internacionais já manipulam os fatos, ainda que pelo simples processo de seleção. Procederemos aqui a uma abordagem por ordem cronológica, detendo-nos no instante do embarque do FAIBRAS.

A três de maio, o JB publica seu editorial intitulado “Pax Americana”. Nele, condenava a intervenção dos EUA e apelava para um reexame do sistema interamericano, que incluiria a formação de uma força armada permanente. Insistiu o JB, no seu editorial de cinco de maio<sup>250</sup>, em criticar o governo Castelo Branco por justificar o envio de tropas brasileiras com base em textos e tratados já ultrapassados e reiterou a necessidade de reforma do sistema interamericano. No mesmo dia, Martins<sup>251</sup>, no JB, equiparou a invasão da República Dominicana à invasão da Áustria por Hitler, em evidente exagero, semelhante ao de alguns no Congresso, que compararam os argumentos de Johnson aos de Hitler e concluíram que, pela Doutrina Johnson, não existiam mais soberanias nacionais.

A comparação de Martins fez sucesso e foi retomada por Carpeaux<sup>252</sup>, dois dias depois, no CM em que critica a atitude brasileira. Uma semana transcorreu e Sobrinho<sup>253</sup>, a 16 de maio, atacou os argumentos norte-americanos e brasileiros de defesa do Hemisfério contra o comunismo. Ironizando - o anticomunista só se aplicaria a fracos, pois os fortes (URSS, China) seriam poupados desta estratégia.

---

<sup>250</sup> “PAX Americana” In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-05-1965, caderno 1, p.2.

<sup>251</sup> MARTINS, Mario. “Agressão e traição” In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05-05-1965, caderno 1, p.6.

<sup>252</sup> CARPEAUX, Otto M. . “ O Doutor Fantástico em ação” In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07-05-1965, caderno 1, p.4.

<sup>253</sup> SOBRINHO, Barbosa Lima. “ A matéria prima dos pretextos” In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16-05-1965, caderno 1, p.6.

Por fim, a 21 de maio, Carpeaux<sup>254</sup> critica, em artigo de primeira página do CM, o deputado Paulo Sarasate (UDN/CE) que declarou que “*os Estados Unidos, violando a Carta da OEA, teriam suas razões*”. Desfez o perigo representado pelos 58 comunistas em São Domingos frisando, causticamente, que naquela altura os norte-americanos dispunham de 520 homens e quatro aviões para cada um, e finalizou ainda citando motivos econômicos na queda de Bosch em 1963, utilizando argumentos do Senador Ermírio de Moraes.

### 3.6 Os Intelectuais

Outro espaço de críticas a política externa adotada pelo novo regime, adveio da *Revista de Política Externa Independente*<sup>255</sup> que, defendia os pressupostos desenvolvidos em política externa do governo Jânio Quadros e João Goulart. Seus principais colaboradores eram importantes intelectuais, como: Jayme Azeredo Rodrigues, Antonio Houaiss, Otto Maria Carpeaux, Barbosa Lima Sobrinho, Celso Furtado, Maria Yedda Linhares, Newton Carlos e Paulo Francis. Seu primeiro volume foi publicado em maio de 1965, e dedicou-se quase que exclusivamente travar debates e expor opiniões e posições contrárias e de crítica a política externa interdependente e a intervenção na República Dominicana.

“Numa perspectiva nacionalista, a independência da política externa é um valor integral. (...) Do confronto de políticas externas, todas elas por definição nacionalistas, é que surgem as situações e relações chamadas de ‘interdependência’, as quais constituem a matéria prima da política internacional. Ocorre, entretanto, que a ‘interdependência’ encobre freqüentemente o predomínio, seja por composição, seja por imposição, das políticas externas nacionalistas, vale dizer dos interesses nacionais, das grandes potências. Nestas condições, o grau de independência da política externa será tanto maior quanto menor

---

<sup>254</sup> CARPEAUX, Otto M. . “A UDN do Ceará na República Dominicana” In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21-05-1965, caderno 1, p.1.

<sup>255</sup> Esta revista não representava a única publicação acadêmica utilizada para críticas ao regime e as suas diversas políticas, podem ser encontrados artigos de Paulo Francis, Helio Jaguaribe entre outros na Revista *Civilização Brasileira*.

for sua dependência para com os grandes centros de poder. (...) Em conclusão, a política externa nacionalista e independente é não só um ponto de partida, mas também um fim, e sempre um método. Seu valor é inicial, terminal e operacional, donde, corretamente interpretado, seu valor é um valor integral”<sup>256</sup>

Mas as críticas não se restringiram às publicações da Revista, em seguida a esse editorial, foi assinado um manifesto de repúdio e crítica, a participação e apoio brasileiro ao processo intervencionista que se desenvolvia na República Dominicana. Neste manifesto, acusava-se o governo norte-americano de realizar ações intervencionistas e de limitar e atacar os preceitos mais valiosos do sistema interamericano, ou seja, a autodeterminação dos povos e a independência das nações.<sup>257</sup>

Parte dos membros que publicavam nesta revista participou de diversas manifestações em frente à embaixada americana no Rio de Janeiro e na abertura da II Conferência Interamericana, realizada no hotel Gloria, no Rio de Janeiro, em 1965.

### 3.7. Conclusões sobre o processo de tomada de decisões.

Estudamos, neste capítulo, os segmentos no nosso entender envolvidos no processo de tomada de decisões no Brasil a respeito do envio de tropas à República Dominicana.

Na essência, buscamos explicar o processo de tomada de decisões no caso que nos ocupa, procurando evidenciar seus aspectos principais, suas contradições, sua complexidade, suas razões, seus objetivos primários e secundários. Também nos empenhamos em desvendar o que existia por trás da retórica governista e que se justifica, tanto quanto pudemos apurar, pela ideologia e objetivos dos atores, donde a necessidade de prolegômenos pormenorizados.

No que tange ao Poder Executivo, foi ele o ator principal dos acontecimentos. Sua iniciativa e manobras visavam alcançar objetivos específicos no plano externo, como a reformulação do sistema interamericano e a aproximação com os Estados Unidos para

<sup>256</sup> Editorial. Política Externa Independente. N1, vol 1, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, maio 1965.

<sup>257</sup> Intelectuais brasileiros protestam contra a intervenção na República Dominicana. Política Externa Independente. N1, vol 1, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, maio 1965, p.9-11.

atender a necessidades internas. A projeção internacional do Brasil como principal aliado dos EUA na América facilitaria, no entendimento do governo, a expansão do “Brasil Potência”. Tornar-se-ia este uma potência regional, podendo até mesmo intervir nos países vizinhos se necessário. No plano ideológico e estratégico, a República Dominicana teria sido utilizada, até onde pesquisamos, para servir a outros propósitos por trás da retórica oficial.

Os Poderes Legislativos, debilitados pelas cassações e pelo regime de exceção em que o país vivia, reagiu dentro das suas possibilidades. Questionou nas devidas instâncias o projeto governamental. Foi, para nós, a principal e mais bem fundamentada oposição à decisão de enviar tropas, decisão essa tão polêmica que levou figuras de destaque da situação a questioná-la (Bilac Pinto e Afonso Arinos em particular), evidenciando, para as conclusões deste trabalho, que a revolução não possuía um bloco parlamentar monolítico afinado com a política externa. Alguns dos principais líderes civis da situação combatiam-na nesse particular (além dos já citados, podemos acrescentar Magalhães Pinto).

Existia também uma diversidade de opiniões nas Forças Armadas. Uma parte considerável seria até contrária ao envio de tropas, sem a plena satisfação das exigências legais. Daí, talvez, a insistência de Castello em cumpri-las integralmente. A imprensa não se omitiu e, junto com o Parlamento, questionou e criticou a atitude do Governo. Sem poder decisório, porém, limitou-se (a exemplo dos 131 intelectuais que assinaram o manifesto ao qual já nos referimos) a condenar tanto os Estados Unidos (por unanimidade) como o Brasil (com ressalvas). Em todo caso, a grande imprensa diária informou seus leitores com detalhes e, nos editoriais e artigos de opinião, não endossou sistematicamente os argumentos oficiais.

O governo pese a todas as críticas, conseguiu atingir seus propósitos provocando reações tanto internas quanto externas. Ciente das oposições suscitadas, o poder executivo assumiu (mais uma vez) o fardo da impopularidade por motivos ideológicos, estratégicos e táticos.

Do ponto de vista ideológico, Brasil e Estados Unidos estavam afinados em 1965. Os dois países compartilhavam uma visão bipolar do mundo. O conceito de interdependência implicava na reavaliação dos conceitos de soberania e não-intervenção na América Latina. As doutrinas da guerra fria (“fronteiras ideológicas” e “contenção”), nas

ópticas brasileira e norte-americana, seriam primordiais numa análise da situação na América, opostas às teorias do imperialismo e da dependência. Muitos países americanos, então com regimes democráticos, adotavam estas como base de análise para o estudo dos problemas americanos.

Do ponto de vista estratégico, tinha o governo Castello Branco um projeto para o Brasil, inspirado nas teorias geopolíticas da Escola Superior de Guerra, condensadas pelo General Golbery do Couto e Silva com conhecimento das doutrinas do “National War College” dos Estados Unidos e do Colégio Interamericano de Defesa. O projeto de “Brasil potência” englobava projeção internacional e desenvolvimento econômico, e ficou mais conhecido pelo “binômio segurança + desenvolvimento”. Nessa perspectiva, o Brasil precisava desenvolver-se e, ao desenvolver-se, garantir a sua segurança, que poderia vir a ser ameaçada particularmente pelos países limítrofes. Daí o desejo de algumas facções, já em 1965, de intervir no Uruguai, conforme apuramos.

Do ponto de vista tático, era fundamental para o governo, naquela época, manter o melhor relacionamento com os Estados Unidos, principal aliado externo do novo regime, inclusive antes mesmo da sua chegada ao poder. Tinha o governo uma dívida para com os EUA e muitas afinidades com os mesmos. Os projetos brasileiros encaixavam-se à perfeição na nova política Johnson-Mann.

Destarte, o escopo global do imperialismo e sub-imperialismo implicaria na manutenção das relações de dependência EUA-América Latina. O Brasil passaria a ser um “gerente” regional no contexto global do poder na América devendo, para tanto, dar provas de fidelidade e eficiência.

A crise dominicana acreditamos, foi um campo de provas excepcional, contribuindo para que o governo posterior reorientasse a política externa. Ficou esta mais afinada, ao nosso ver, com seus reais interesses do país.

Havia, pois, de nosso ponto de vista, muitas e poderosas razões por trás da retórica oficial do caso dominicano. Marcou o auge do entendimento Brasil-EUA do ciclo autoritário, mas a custo de sérias dissensões internas. Esta oposição pode ter contribuído para evitar que Castello atendesse aos insistentes apelos pessoais de Johnson no sentido de enviar tropas ao Vietnã.

No próximo capítulo buscaremos realizar um balanço conclusivo a respeito da postura brasileira frente à crise dominicana. Neste sentido realizaremos um retrospecto sobre os principais aspectos discutidos neste trabalho, ressaltando a forma e condução que se cristalizaram no envio das tropas brasileiras na Força Interamericana de Paz, através do processo decisório brasileiro.

## CONCLUSÃO

*“Conclusões relevantes são impossíveis no estudo de relações exteriores - o estudo de Estados agindo como unidades-sem consciência do contexto histórico. Isto porque as sociedades existem mais no tempo do que no espaço. Em qualquer momento dado, um Estado é tão somente coleção de indivíduos, como os acadêmicos positivistas nunca se cansaram de sublinhar. Mas o Estado alcança identidade pela consciência da história comum. Esta é a única ‘experiência’ das nações, a sua única possibilidade de aprender consigo mesmo. A História é a memória das nações”*<sup>258</sup>

Este trabalho procurou apresentar uma análise das relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, tendo como enfoque principal a participação e apoio brasileiro às negociações de paz e integração de tropas brasileiras na Força Interamericana de Paz, a qual atuou, durante a crise Dominicana. Para isso, detivemo-nos no exame de uma ampla série de fenômenos. Com a finalidade de ordenar esse corpo de matéria, utilizamos dois conceitos básicos: "aliado preferencial" e "subimperialismo" - para tentar compreender os novos direcionamentos e orientações dados à política externa brasileira durante este governo.

O padrão de interdependência entre esses dois conceitos, o de "subimperialismo" e o de "aliado preferencial", está presente nas relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos durante todo este período, e até mesmo anteriormente, como ficou evidenciado pelo debate travado no primeiro capítulo.

---

<sup>258</sup> KISSINGER, Henry A. A World Restored, p.331. In SOARES, José Antonio de Macedo. História e Informação Diplomática: tópicos de historiografia, filosofia da história e metodologia histórica de interesse para a informação diplomática. . Brasília, IPRI, 1992. p.83.

Toda luta pela ordem entre as nações envolve, igualmente, algum tipo de disputa pelo poder. A relação entre poder e ordem, na área da política internacional, é essencialmente dialética. Portanto, é preciso considerar essas duas disputas como sendo as duas faces de uma mesma moeda.

Dentro desse arcabouço conceitual amplo e genérico, introduzimos um tema específico como nosso segundo tema estudado, aquele que se refere às formas de processo decisório internas e externo, à participação e internacionalização da crise dominicana. A esses dois grupos de análise (a política externa brasileira à luz dos conceitos de subimperialismo e de “aliado preferencial”, e o processo decisório), que dizem respeito à essência da política externa brasileira, podemos acrescentar um terceiro, referente a uma outra dimensão vital das relações internacionais, as diferenças freqüente e altamente significativa existente entre a maneira pela qual as nações se encaram umas às outras e a sua maneira efetiva de ser.

O que buscamos enfatizar é que as disputas sejam internas, sejam externas, entre as nações e em seus interiores, não são travadas unicamente com base em realidades objetivas, mas também o são nos domínios da imaginação e da ilusão. A tese que buscamos defender é a de que costuma haver grandes divergências entre a percepção que se tem da realidade e a realidade em si mesma no campo da política internacional, e que a forma como esta integralidade afeta todos os aspectos das relações internacionais exacerba profundamente a luta internacional e interna, pelo poder e pela ordem.

Neste sentido, embora o mundo bipolar começasse a apresentar suas fissuras, a crescente militarização da América Latina, impulsionada pelos Estados Unidos como forma de manter sua hegemonia, sob o discurso da Guerra Fria, proporcionou o apoio necessário ao regime militar e a uma nova inserção do país no sistema internacional.

O que ocorreu foi à construção, pelo bloco que se alçou ao poder no país após março de 1964, de um novo quadro conceitual para explicar a orientação da política externa. Esse quadro conceitual orientava-se com um forte componente ideológico, sendo a Doutrina de Segurança Nacional seu substrato básico. Essa doutrina foi aplicada pelo regime que adveio ao Golpe pela Escola Superior de Guerra, a partir de subsídios teóricos da *National War College* americana. Os fundamentos dessa doutrina consistiam na associação entre segurança e desenvolvimento. Para alcançar o desenvolvimento, era

condição necessária obter a segurança. A segurança estava calcada na luta contra o inimigo interno e externo, identificado com o comunismo, o não-alinhamento e a crítica aos valores ocidentais. Os militares brasileiros também reformularam o conceito de soberania, introduzindo a noção de interdependência. De agora em diante, a soberania não se limitaria às fronteiras nacionais, mas sim às *fronteiras ideológicas*, que possibilitaria a intervenção em países que se colocassem sob o perigo comunista. Com a teoria das fronteiras ideológicas, os militares brasileiros ampliaram a sua estratégia de segurança para além das fronteiras nacionais, passando a abarcar, em ordem de prioridade, círculos concêntricos. O primeiro círculo concêntrico é do da América Latina, o segundo, o do continente americano e, o terceiro, o da a comunidade ocidental. Essa ordem de prioridades correspondeu, no plano concreto, à intensidade das relações do Brasil com os diversos espaços internacionais.

A dimensão de segurança calcada na Guerra Fria, como orientação fundamental da política externa, não teve a profundidade e a extensão que se apregoa. Embora as questões relativas à segurança tenham sido o “carro chefe” do novo governo, desenvolvimento também constituía uma prioridade, ainda que sob novas bases. Assim, o binômio segurança e desenvolvimento articulava-se continuamente. Mantinha-se a busca no exterior dos recursos necessários para alcançar o desenvolvimento do Brasil, a partir da expansão dos mercados externos, da introdução de um moderno capitalismo no Brasil - de tipo liberal e associado - e da retomada dos investimentos para continuar o processo de industrialização e modernização econômica. O desenvolvimento constituiu outra vertente de atuação da política externa, estando ligada primordialmente aos interesses das facções internacionalizadas da burguesia associada aos capitais internacionais. Nesta esfera, a política externa foi orientada a buscar parcerias econômicas nos mais diversos países e continentes, insubordinando-se às fronteiras ideológicas.

Os condicionamentos internos influenciaram a política externa e a própria memória dessa política. Apesar do nítido golpe à estrutura política e econômica do populismo, a luta pelo poder no Brasil não foi concluída em 1964. O Golpe marcou uma redefinição dos atores - com a exclusão de diversos outros - que se aglutinavam em torno de diversos interesses e projetos, entre os quais o caráter do regime e as opções de desenvolvimento. Castello Branco passou, crescentemente, a recolher críticas à sua orientação por diversos setores da sociedade brasileira, principalmente entre os grupos ligados ao que

genericamente se denomina de burguesia nacional. A formação de um sentimento anti-castellista foi aproveitada pelo governo seguinte, de forma a articular uma nova hegemonia política.

Quanto ao caráter da política externa de Castello Branco, se comparada com o acumulado histórico, pode-se reconhecer três principais movimentos. Em primeiro lugar, verifica-se a internalização da política externa da Guerra Fria. O discurso da Guerra Fria procurava sujeitar principalmente os atores internos, com o objetivo de legitimar o Golpe militar. As doutrinas anticomunistas e de contra-insurgência buscaram a criação de um clima de pânico coletivo e permitiram mais facilmente aos militares - e o bloco de poder que representavam - tomarem o poder.

Em segundo, ocorreu a *continentalização* da política externa sob o discurso da Guerra Fria. A tese da segurança coletiva no continente pressupunha a liderança dos EUA e algumas sub-lideranças que se encarregariam na manutenção da ordem, contra as investidas comunistas, e do desenvolvimento, articulado aos capitais internacionais. Sob a perspectiva do estrangulamento econômico no final do governo Goulart, a administração Castelo Branco identificou que a retomada do desenvolvimento econômico somente se daria através de investimentos maciços do exterior, dada a insuficiência da poupança interna. No imediato pós-Golpe, os EUA eram considerados a única fonte disponível destes recursos em larga escala. Dessa forma, o alinhamento com este país, foi entendido como a contrapartida necessária, e o contexto da Guerra Fria permitia, ao mesmo tempo, alinhar-se com os EUA buscando a obtenção de vantagens, e justificar internamente um regime de segurança nacional. Entretanto, o discurso e a prática da segurança coletiva como uma necessidade da Guerra Fria só foi dirigida ao continente americano, onde também as relações foram mais densas. Ainda assim, a tese do alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos perde sua força quando se verifica que, na prática, houve vários momentos de desacordo.

Em terceiro, ocorreu a continuidade da vertente desenvolvimentista. A política externa do governo Castello Branco, embora submetida aos ditames da estratégia de segurança nacional e do contexto da Guerra Fria, orientou a política externa para retomar o desenvolvimento econômico do Brasil e iniciar uma nova etapa no regime de acumulação.

Neste momento, as forças internas de sustentação do regime - uma aliança entre o Estado e a burguesia ligada ao capital estrangeiro - tinham como orientação a crescente liberalização econômica e os ajustes estruturais na economia, com o objetivo de romper o modelo de desenvolvimento populista e suas forças de sustentação. O capital nacional ficaria em segundo plano. Tal condição enfurecia a burguesia nacional - que não era, em essência, antigolpista - e seus setores associados, provocando instabilidades e oposições ao regime.

Com base no exposto acima buscamos neste trabalho identificar os formuladores e responsáveis pelo processo decisório no Brasil. Conjuntamente com a busca pela resposta a esta questão, tentamos estabelecer uma diferença entre os "decisores" e os que "influenciam", aqueles que tendem a perceber o mundo exterior em termos de imagens pré-concebidas e de estereótipos, e aqueles que avaliam seu meio de modo mais concorde com a realidade objetiva. Conjuntamente com as vantagens diretas ou indiretas adquiridas pelo apoio e participação na Força Interamericana de Paz.

Em síntese, o Brasil procurou executar durante o governo Castello Branco uma política subimperialista, a qual, constituíram suas bases em dois pilares, o econômico e o político. A partir do primeiro, realizou uma forte campanha, principalmente na região do Prata, para uma maior integração econômica, esse fato pode ser evidenciado no debates desenvolvidos no âmbito da OEA, principalmente na II Conferência Interamericana Extraordinária, e na Aliança para o Progresso, esta integração, representaria uma área de expansão para o setor industrial brasileiro, o qual encontrava-se profundamente vinculado com o capital estrangeiro, principalmente norte-americano. Já no campo político, buscou-se exercer a função subimperialista, através da atuação como pretense porta-voz do governo americano.

O alinhamento não foi tão automático quanto se apregoa, embora as boas relações com os Estados Unidos fossem consideradas prioritárias, verifica-se que, com a consolidação do regime autoritário, foram surgindo diversos pontos de desacordo e tensão nas relações e posições defendidas por ambos os países, estas tensões refletiam as ambigüidades internas e externas de tais sociedades.

Algumas questões encontravam-se em discussão entre os dois governos, a questão das empresas nacionalizadas pelo governo de João Goulart. Neste sentido o governo norte-

americano liberou um empréstimo de 50 milhões de dólares ao governo brasileiro, no entanto tal empréstimo havia sido vinculado, ao pagamento das indenizações pela nacionalização das empresas American and Foreign Power Company (AMFORP) e da mineradora Hanna Mining Company, no caso desta última, o tema perpassava não apenas pelo fato da nacionalização, mas pelo debate da venda e permissão de exploração de minerais estratégicos por empresas estrangeiras, este debate irá prolongar-se por todo o governo Castello Branco.

Durante todo o governo Castello Branco, os Estados Unidos aventaram a possibilidade de que o Brasil viesse a participar da Guerra do Vietnã. As respostas de Castello foram sempre de solidariedade, sem, no entanto, comprometer-se a enviar tropas, para o conflito no sudeste asiático. O governo norte-americano continuava a pressionar o governo brasileiro a integrar as forças que participavam do conflito no Vietnã, no entanto, o único auxílio efetivo que receberam, foi o envio de café e remédios, em 1966.

Devemos realizar algumas matizações quanto às relações entre o governo brasileiro e norte-americano, no plano político-militar, o governo Castello Branco, manteve-se atrelado aos preceitos ditados pelos Estados Unidos, porém, no âmbito econômico comercial, buscou ampliar e manter parcerias fora do hemisfério, principalmente, a partir de 1966, quando o governo brasileiro começava a dar sinais mais cada vez mais fortes de insatisfação com a falta de retorno econômico, que seria a contrapartida ao apoio político prestado aos Estados Unidos, principalmente na questão da crise dominicana.

Os pontos de fissura nas relações entre ambos os países, começaram a se dilatar e gerar insatisfações generalizadas, em ambos os lados. O governo brasileiro não ratificava os projetos norte-americanos referentes à questão nuclear, a reforma da carta da OEA, que era vista por um outro prisma, na óptica brasileira, através da concessão de auxílios econômicos, e principalmente as críticas que se formulavam ao regime, nos Estados Unidos, pelos senadores: Robert Kennedy, em novembro de 1965 e por J.W. Fulbright, em maio de 1966, ambas teciam comentários acerca das questões sócio-políticas, do Brasil enfatizando o aprofundamento do regime e a decorrente diminuição das liberdades políticas.<sup>259</sup>

---

<sup>259</sup>Idem., DULLES, John. Op.Cit., p.167.

Como foi observado no decorrer deste trabalho, o governo Castello Branco não obteve respaldo para suas principais propostas no plano internacional. Os países latino-americanos, em sua maioria não cooptaram com as idéias de ampliação das áreas comerciais na forma apresentada pelo governo brasileiro, ampliaram-se às disputas por espaços políticos entre o Brasil a Argentina e o Chile, pela preponderância no sub-continente. A proposta de institucionalização da Força Interamericana de Paz foi perdendo força no decorrer dos anos de 1966 e 1967, culminado com o apoio apenas da Argentina e do Paraguai.

No campo econômico observou-se uma diminuição dos auxílios e empréstimos fornecidos pelo governo norte-americano, devido ao acirramento do conflito no sudeste asiático, o qual demandava um aumento substancial de divisas econômico-financeiras e de equipamentos militares.

Por estas razões acreditamos que as experiências advindas da participação na Força Interamericana de Paz, em termos econômicos não trouxeram as respostas esperadas, do ponto de vista político, acirrou-se o descontentamento com o regime e o grupo oposicionista a Castello Branco viu-se ampliado. Mas o mais importante de tudo foi à forma pela qual o processo decisório foi conduzido, no caso em estudo, o presidente optou por seguir os tramites legais em vigor no período, as vozes dissonantes, mesmo limitadas, pelas cassações no caso do Congresso Nacional, limitações indiretas e diretas a imprensa, e as manifestações de ruas praticadas por intelectuais e estudantes, tiveram suas diversas opiniões debatidas no seio do processo decisório e da sociedade como um todo. O que demonstra uma vontade, mesmo que esta tenha se limitado e ficado restrita pela dinâmica do processo militar, a uma “vontade” de se restabelecer ou pelo menos manter o máximo possível às liberdades civis e os direitos constitucionais. O que se pode observar também foi uma tímida tentativa a partir de meados de 1966 de uma guinada do governo, na direção e condução da sua política externa, ao buscar diversificar os atores econômicos e os pesos delegados a estes no quadro da política externa brasileira, onde é possível vislumbrar uma tentativa de tímida aproximação com os países africanos, uma retomada do comércio e da concessão de empréstimos realizada pelos países europeus, principalmente Alemanha Ocidental e França.

Lamentamos, no entanto lacunas no corpo do trabalho, tal fato decorreu devido à falta ou inexistência de matérias que corroborassem ou mesmo negassem a nossa hipótese, pois os arquivos sigilosos do Itamaraty, do Conselho de Segurança Nacional e do Próprio Executivo, encontravam-se indisponíveis.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. FONTES PRIMÁRIAS (IMPRESSAS)

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Câmara dos deputados 1965, volume IX, 3ª Sessão Legislativa Ordinaria da 5ª Legislatura, Sessões de 18 á 20 de maio de 1965. Brasília, Diretoria de documentação e publicidade, 1965. (retirado do site:<http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes> ou <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>)

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Secretaria de Imprensa. Anos 1964, 1965,1966.

CUNHA. Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar(Depoimento prestado ao CPDOC)* .Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GORDON, Lincoln. Transcript LINCOLN GORDON, Oral History INTERVIEW I, Date of Interview July 10, 1969, by Interviewer PAIGE E. MULHOLLAN, page numbers: 65,

LBJ

Library.

Online:<http://www.lbjlib.utexas.edu/johnson/archives.hom/oralhistory.hom/Gordon-L/Gordon.pdf>. Date of download or review of web page: 30 de Janeiro de 2006.

KEFER, Edward C. *Foreign Relations of the United States, 1964-1968. Volume XXXII. Dominican Republic; Cuba; Haiti; Guyana*. Washington, United States Government Printing Office, 2005. (site: <http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/johnsonlb/xxxii/>)

MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência diplomática (Coleção de discursos)*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias (Depoimento prestado ao CPDOC)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

MANN, T. - "The Dominican crisis: correcting some misconceptions" in: *The Department of State Bulletin*, LIII (1376), nov 8, 1965.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Textos e Declarações sobre política Externa, (de abril de 1964 a abril de 1965)*. Seção de Publicações da Divisão de Documentação, 1965.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *A Política exterior da Revolução Brasileira*. Seção de Publicações, 1966.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatórios*. Seção de Publicações, anos 1964,1965,1966.1967.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES- *Textos e Declarações de Política Exterior da Revolução Brasileira (de abril de 1964 a abril de 1965)*. Brasília, MRE/Departamento Cultural e de Informações, 1965.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Ata Final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Ata Final da Decima Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1965.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Ata Final da Segunda Reunião Extraordinaria de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1965.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Ata Final da Terceira Reunião Extraordinaria de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1967.

A PALAVRA DO BRASILNAS NAÇÕES UNIDAS (1946-1995) Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 1995.

## **2. PERIÓDICOS**

### **2.A.-JORNAIS**

O Estado de São Paulo, anos 1964- 1967

Jornal o Correio da Manhã, anos 1964-1967

Jornal O Globo, anos 1964-1967

### **2.B. REVISTAS ACADEMICAS**

Revista Brasileira de Política Internacional, anos 1964, 1965 e 1966.

Política Externa Independente, números 1 e 2, 1965.

## 2.C- REVISTAS

Revista Visão

### **Bibliografia levantada:**

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.) *Crescimento, Modernização e Política Externa: Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Edit. Associados/Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais- NAIPE-ÜSP/Fapesp, volume 1, 1996.

ARRUDA, António. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo; GRD; Brasília: INL, 1980.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A rivalidade- emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1961-1964*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983.

BLACK, J. K. - *United States penetration of Brazil*. University of Pennsylvania Press: 1977.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papiros. 1996.

CAMARGO, Sônia de. e VASQUEZ OCAMPO, José Maria. *Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil: uma década de política exterior, 1973-1984*. São Paulo: Convívio, 1988.

CAMPOS, Roberto. *A técnica e o riso*. Rio de Janeiro: APEC, 1966.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CERVO, Amado Luiz (org.) *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nos.sos dias*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1994.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitaria, 1976.

COLLIER, David. "O Novo Autoritarismo na América Latina". Rio de Janeiro, Paz e terra, 1982.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

CONNELL-SMITH, Gordon. *El Sistema Interamericano*. Fondo de Cultura Económica, México, 1971

CORRÊA, Marcos Sá. *1964- visto e comentado pela casa Branca*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1977.

COSTA NETO, Luciano. *Hegemonia e Política de Estado*. Petrópolis: Vozes, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

DEQUADRA, Daniel Rótulo. *Geopolítica. política extenw e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.

DREIFUSS, Rene Armand. *1964 :a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. *Castelo Branco: o presidente reformador*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1948-1945)*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Coleção O Brasil Republicano; v.4.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a democracia : análise estrutural de uma ideologia*. Rio de Janeiro, graal, 1977

GEYELIN, P. - *Lyndon Johnson and the world*. New York: Praeger, 1966.

GLEIJESES, P. *The dominican crisis*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1978.

GRAMSCI, António. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, António. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, António. *Poder, política e partido*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GUAZZELLI, C. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: EDUFRGS. 1993.

GURGEL, J.A.A. - *Segurança e democracia*. Rio de Janeiro: Bibliex/José Olympio, 1975.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991

LAFER, Betty Mindiin. (org..) *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira : passado, presente e futuro*. São Paulo : Perspectiva, 2001

LEVINSON.J. e ONIS,J. de- *The Alliance that lost its way*. Chicago: Quadrangle Books, 1970.

LOWENTHAL, A. - *The Dominican intervention*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

MAGALHÃES, J. - *Minha experiência diplomática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

MARTINS FILHO. João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Ed. da UFSCAR. 1995.

MANGER, William. *Pan America in Crisis: The Future of the OAS*. Washington, Public Affairs Press, 1961, Volume: 4.;

MUNOZ. Heraldo e TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio. 1986.

O'DONNELL, Guilherme. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo *As forças armadas no Brasil* Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1987

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PEIXOTO, António Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. IN: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PENNA, J. O. de M. - *Política Externa*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROUQUIÉ, Alan. *O estado militar na América Latina* São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER. B.; SCHVARZER, J. *Como nascem as Democracias*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

SANTOS, F. R. (org.) - *Marechal Castelo Branco, seu pensamento militar (1946/1964)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. *Ciências & Letras*. Número 21-22. 1998, p. 115-172.

SARAIVA, José Flávio. (Org.) *Relações Internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização - de 1815 aos nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SILVA, G. do C. e - *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Helio. 1964: Vinte Anos de Golpe Militar. Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

SLATER, J. - *Intervention and Negotiation: the US and the Dominican Revolution*. New York: Evanston and London, Harper and Row, 1970.

SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle: dynamics of U.S.-Latin American Relations*. New York, Oxford University Press, 1996.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Ed Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven and London, Yale Univ. Press, 1976.

THOMAS JR, A. J. e THOMAS, Ann Van Wynen *The Organization of American States*. Dallas, Southern Methodist University Press, 1963

TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1989.

VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VIZENTINI, Paulo. G. F *A política externa do Regime militar brasileiro*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo. G. F *Da Guerra Fria à Crise (1945-1995). Relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

VIZENTINI, Paulo. G. F *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo. G. F. *Introdução à História das Relações Internacionais*. Porto Alegre: FARÁ, 1985.

### **3. ARTIGOS EM PERIODICOS**

ALVES, H. - "*Força interamericana permanente de paz: o braço armado do império*" in: *Política Externa Independente*, nº 2, ago. 1965.

BIASI, Ronaldo Sérgio de. *República Dominicana - 1965 : intervenção ou cooperação* Rio de Janeiro, Edições o Cruzeiro, 1966.

COZENDEY, Carlos Marcio Bicalho. "*A política Externa da Revolução e a Crise Dominicana de 1965*" In DANESE , Sérgio França. *Ensaio de história diplomática do Brasil : (1930-1986)* Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, IPRI, 1989.

CRUZ, J. H. B. - *Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964)* In DANESE , Sérgio França. *Ensaio de história diplomática do Brasil : (1930-1986)* Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, IPRI, 1989.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40. nº 1. 1997. pp. 19-40.

GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO. Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 06, n.12, 1993,p. 211-243.

JOHNSON, J. J. - "Será que queremos uma força interamericana de paz?" in: *Revista Brasileira de Política Internacional*, XIV (53/54) março/junho 1971.

LAFER, C. - "Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil" in: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano X, nº 39/40, set./dez. 1967.

LEITÃO DA CUNHA, V. - "Entrevista Coletiva do Ministro das Relações Exteriores" in: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano VIII, junho 1965.

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. In *América Latina/Internacional*, Argentina, v.1 nº 2 otoño-invierno, 1994, p.27-46.

MAGNET, A. - "*A controvérsia sobre a junta Interamericana de Defesa*" in: *Revista Brasileira de Política Internacional*, XIV (53/54), março/junho de 1971.

MARINHO, I. P. - "*Consequências da crise dominicana sobre a evolução do sistema interamericano*" in: *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, nº 41/42, jan-dez 1965.

MARTINS. Carlos Estevam. *A Evolução da Política externa Brasileira da década 64/ 74. Estudos Cebrap*, n. 12, Junho 1975.

MARTINS. Carlos Estevam. *Brasil - Estados Unidos: do 60 aos 70. Cadernos Cebrap*, n. 9, 1975.

MATTOS, C. M. - "*A força Interamericana de Paz na República Dominicana*" in: *A Defesa Nacional*, nº 614, jul./ago. 1966.

PINHEIRO, Leticia. "Traidors pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e pretica da politica externa brasileira contemporanea". *Contexto Internacional* Rio de Janeiro, v. 22, nº 2, julho-dezembro, 2000, p.305-335.

POERNER, A. J. - "*A Política Externa brasileira entre a interdependência e a soberania*" in: *Política Externa Brasileira* nº 2, ago. 1965.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE - "*Resenha Cronológica*" In *Política Externa Independente* nº 2, ago. 1965.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE "*A Invasão da República Dominicana*". In *Política Externa Independente* nº 2, ago. 1965.

RODRIGUES, J. A.-"A diplomacia brasileira e a intervenção dos Estados Unidos da América". In *Política Externa Independente* nº 2, ago. 1965.

SATO.Eiiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 41, número especial, 1998, p. 8-28.

SOUZA, Rodrigo do Amaral. "Da Política Externa Independente À Política Externa Interdependente: O Governo Castelo Branco" In DANESE , Sérgio França. *Ensaio de história diplomática do Brasil : (1930-1986)* Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, IPRI, 1989.

#### **4. CAPÍTULOS DE LIVROS**

BARROS. Alexandre de S.C. A Formulação e a Implementação da Política Externa Brasileira: O Itamaraty e os Novos Afores. In: MUNOZ. Heraldo e TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio. 1986.

BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares" In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Coleção O Brasil Republicano; v.4.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Da Caracterização dos regimes Autoritários na América Latina" In COLLIER, David. "O Novo Autoritarismo na América Latina". Rio de Janeiro, Paz e terra, 1982.

MARTONE. Celso. Análise do Plano de Ação Económica do Governo (PAEG-1964-1966). IN: LAFER. Betty Mindiin. (org.) *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. IN: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

O'DONNELL, Guilherme. “Tensões do estado Autoritário-Burocrático e a Questão da democracia” In COLLIER, David. “O Novo Autoritarismo na America Latina”. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1982.

ROUQUIÉ, Alain (Org.). “*Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional*”. IN: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SERRA, José. “Três Teses Equivocadas Relativas á Ligação entre Industrialização e Regimes Autoritários” In COLLIER, David. “O Novo Autoritarismo na America Latina”. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1982.

TRINDADE, Hélió. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). In: ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER. B.; SCHVARZER, J. *Como nascem as Democracias*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

VIGEVANI, Tullo. Os militares e a política externa brasileira: interesses e ideologia. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.) *Crescimento, Modernização e Política Externa: Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1996)*. São Paulo: Cultura Edit. Associados/Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais- NAIPE- USP/Fapesp, volume 1, 1996. pp. 61-86.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### U.S. Military and Covert Intervention in Latin America: A Brief Chronology

- 19th Century 43 interventions, including the Mexican War ( 1846-48) and the Spanish-Cuban-American War ( 1898)
- 1903-1914 **PANAMA.** Protect American lives and interests during independence war with Colombia and to ensure the construction of the Panama Canal
- 1906-1909 **CUBA.** Restore order and protect American lives after revolutionary activity. Intervention was legitimized under the Platt Amendment
- 1912-1925 **NICARAGUA.** Prevent attempted revolution; U.S. Marines remain to promote peace and stability; National Guard is created with Anastasio Somoza Garcia as its head
- 1914-1919 **MEXICO.** Respond to Pancho Villa's raids (including General Pershing's expedition into Northern Mexico and 9 subsequent brief incursions)
- 1915-1934 **HAITI.** Maintain order and stability during periods of chronic threatened insurrections and political violence
- 1916-1924 **DOMINICAN REPUBLIC.** Maintain order and stability during periods of chronic threatened insurrections
- 1917-1922 **CUBA.** Protect American economic interests during an insurrection and subsequent unsettled political conditions
- 1926-1933 **NICARAGUA.** U.S. Marines return to help put down revolutionary activity, including forays against the "bandit" Augusto Cesar Sandino
- 1954 **GUATEMALA.** Assist in the forceful removal of the elected government of Jacobo Arbenz through CIA covert methods, a counter-revolutionary army and multilateral ( OAS) manipulation
- 1961-1962 **CUBA.** U.S. attempts to repeat "operation success" ( Guatemala) by overthrowing Fidel Castro at the Bay of Pigs. Operation Mongoose follows to raise the cost of revolution through 1963 period. At least 12 assassination attempts on Castro's life using Cuban exiles and Mafia intermediaries under CIA control
- 1961 **DOMINICAN REPUBLIC.** U.S. colludes in assassination of right-wing dictator Rafael L. Trujillo
- 1965 **DOMINICAN REPUBLIC.** President Johnson orders more than 20,000 U.S. troops to Santo Domingo to prevent a Cuban-type communist takeover of the government and to protect the lives of Americans, caught in the midst of a political-military crisis. Action. Intervention helps establish the "Johnson Doctrine"
- 1967 **BOLIVIA.** Help track down Che Guevara (using Special Forces from Ft. Bragg and U.S. Space Satellites). Guevara killed by Bolivians and CIA operatives (including Felix Rodriguez, a key player in the Iran-contra affair) in eastern Bolivia
- 1971-1973 **CHILE.** Covert operations designed to "make the economy scream" and bring about the downfall of the government. CIA involvement in "destabilization" events led to the suicide death of Salvador Allende, a Marxist-Socialist elected with 36% of the national vote
- 1980-1991 **NICARAGUA, HONDURAS, EL SALVADOR.** Undeclared war against Nicaragua to remove Sandinista-led government using CIA covert teams in addition to Argentina and Israeli military personnel and weapons. Huge build up

of American military presence in Honduras (Palmerola, Aguacate) to demonstrate resolve, participate in war games, and provide covert logistical support for the contras. Civil war in El Salvador prompts U.S. to send 200 military advisors to prop up military-backed civilian governments

1983 **GRENADA.** Operation "Urgent Fury" sends 7,000 U.S. troops to the island to protect American lives, prevent another Cuba, and rid the island of its leftist elements

1986 **BOLIVIA.** U.S. sends 160 Army troops with helicopters and other equipment to help destroy the illegal drug industry. The results are negligible and mostly for domestic consumption in the U.S.; troops leave after 40 days

1989 **PANAMA.** Operation "Just Cause" sends 23,000 U.S. troops to capture General Manuel Noriega, eliminate Panama as a source of drug trafficking, protect American lives, and restore the "democratic government" of Guillermo Endara. First occasion in which U.S. intervention is not justified on the basis of anticommunism

1990-92 **BOLIVIA, COLOMBIA, PERU.** U.S. troops (150-200) expand their role in the Andes mountains by leading drug-war training patrols in the jungles of Peru, Bolivia, and Colombia, coordinated by the U.S. Southern Command in Panama.

Source: Lloyd S. Etheredge, *Can Governments Learn? American Foreign Policy and Central American Revolutions*. New York: Pergamon Press, 1985, p. 136; and various issues of the *New York Times*.

## ANEXO 2

### Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores

REUNIÃO N°	SEDE	DATA	PROPÓSITO	FUNDAMENTO
I	Panamá, Panamá	23 de setembro a 3 de outubro de 1939	Após o início das hostilidades na Europa, percebeu-se que a situação poderia perturbar a paz da América	Em conformidade com os Acordos aprovados na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz (Buenos Aires, 1936) e na Oitava Conferência Internacional Americana (Lima, 1938)
II	Havana, Cuba	21 a 31 de julho de 1940	Repercussões internacionais da guerra européia criam novos problemas às Repúblicas Americanas (posses européias na América)	Em conformidade com os Acordos aprovados na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz (Buenos Aires, 1936) e na Oitava Conferência Internacional Americana (Lima, 1938)
III	Rio de Janeiro, Brasil	15 a 28 de janeiro de 1942	Convocada devido ao ataque das forças japonesas contra os Estados Unidos em 7 de dezembro de 1941	Convocada a pedido do Governo do Chile
IV	Washington, D.C. Estados Unidos	26 de março a 7 de abril de 1951	Perigo de agressão internacional comunista. Resolução aprovada pelo Conselho Permanente da OEA em 20 de dezembro de 1950, depois de tomar conhecimento da nota dos EUA solicitando essa convocação.	Artigos 30 e 40 da Carta da OEA (1948) C-sa-69/50
V	Santiago, Chile	12 a 18 de agosto de 1959	Coordenação solidária de esforços para solucionar a situação existente na região do Caribe (projeto de resolução apresentado pelo Brasil, Chile, Estados Unidos e Peru e aprovado pelo Conselho Permanente em 13 de julho de 1959)	Artigo 39 e 40 da Carta da OEA (1948) C-sa-333/59 corr.
VI	São José, Costa Rica	16 a 21 de agosto de 1960	Considerar os atos de intervenção e agressão do Governo da República Dominicana contra o Governo da Venezuela, que culminaram no atentado contra a vida do Presidente venezuelano. Convocada a pedido da Venezuela.	Artigo 6 do TIAR C-sa-378/60

			Resolução de convocação aprovada pelo Conselho Permanente em 8 de julho de 1960.	
VII	São José, Costa Rica	22 a 29 de agosto de 1960	Solicitada pelo Peru com o objetivo de considerar as exigências da solidariedade continental e a defesa do sistema regional e dos princípios democráticos americanos ante as ameaças que pudessem afetá-los. Convocação aprovada pelo Conselho Permanente em 18 de julho de 1960	Artigos 30 e 40 da Carta da OEA (1948) C-sa-380/60 corr.
VIII	Punta del Este, Uruguai	22 a 31 de janeiro de 1962	Convocada a pedido da Colômbia, para considerar as ameaças à paz e à independência política dos Estados americanos, que pudessem surgir da intervenção de potências extracontinentais destinadas a romper a solidariedade americana. Convocação aprovada pelo Conselho Permanente, mediante resolução aprovada em sua sessão de 4 de dezembro de 1961.	Artigos 6 e 11 do TIAR C-sa-427/61
IX	Washington, D.C. Estados Unidos	21 a 26 de julho de 1964	Convocada pela Venezuela para considerar as medidas que deviam ser adotadas frente aos atos de intervenção e agressão do Governo de Cuba, que afetavam a integridade territorial e a soberania da Venezuela, bem como a vigência de suas instituições democráticas. Convocação aprovada pelo Conselho Permanente em sua sessão de 3 de dezembro de 1963.	Art. 6 do TIAR C-sa-525/63
X	Washington, D.C. Estados Unidos	1º de maio de 1965 a 6 de março de 1970	Grave situação criada por luta armada na República Dominicana (Convocada pelo Chile, mediante resolução aprovada em sessão do Conselho Permanente realizada em 30 de abril de 1965)	Artigos 39 e 40 da Carta da OEA (1948) C-sa-569/65
XI	1º Período Washington, D.C. Estados Unidos 2º Período Buenos Aires, Argentina 3º Período Punta del Este, Uruguai	24 de janeiro a 1º de fevereiro de 1967 15 a 26 de fevereiro de 1967 8 a 14 de abril de 1967	Decidir sobre uma reunião de Chefes de Estado, a fim de fortalecer a Aliança para o Progresso e acordar novas medidas de cooperação continental que facilitassem a integração econômica latino-americana. Convocação aprovada pelo Conselho Permanente em sua sessão de 19 de setembro de 1966.	Artigos 39 e 40 da Carta da OEA (1948) C-sa-610/66

XII	Washington, D.C. Estados Unidos	19 de junho a 24 de setembro de 1967	Grave situação enfrentada pelos Estados membros da OEA, como consequência da atitude do atual Governo de Cuba. Convocada a pedido do Governo da Venezuela, mediante resolução aprovada pelo Conselho Permanente em sua sessão de 5 de junho de 1967.	Artigos 39 e 40 da Carta da OEA (1948) C-sa-633/67
XIII	Washington, D.C. Estados Unidos	26 de julho 1969 a 17 de novembro de 1980	<p>O Governo de Honduras denuncia a agressão armada por forças militares do Governo de El Salvador e a violação do espaço aéreo hondurenho.</p> <p>Realizaram-se as seguintes reuniões extraordinárias do Conselho Permanente para considerar a situação Honduras/El Salvador.</p> <p>4 de julho de 1969. O Conselho Permanente, por resolução desta data, convocou uma nova sessão extraordinária do CP.</p> <p>10 de julho de 1969. O Conselho reuniu-se novamente em sessão extraordinária para continuar considerando a situação Honduras/El Salvador.</p> <p>14 de julho de 1969. O Conselho Permanente aprovou nesta sessão, por resolução, a convocação de uma Reunião de Consulta e, enquanto se estabelecia data e sede, constituiu-se e atuou provisoriamente como Órgão de Consulta, de acordo com o Art. 12 do TIAR.</p>	Artigos 39, 40 e 43 da Carta da OEA (1948) C-sa-715/69 add. 5
XIV	Washington, D.C. Estados Unidos	30 de janeiro de 1971 – <b>(Aberta até esta data)</b>	<p>Assunto de caráter urgente e de interesse comum surgido com a aplicação de medidas coercitivas pelo Governo dos Estados Unidos, (PROBLEMA DO ATUM).</p> <p>O Conselho Permanente realizou, em 25 de janeiro de 1971, sua primeira reunião extraordinária solicitada pelo Equador, na qual solicitou uma Reunião de Consulta e, em 27 de janeiro do mesmo ano, o Conselho aprovou a resolução CP/RES. 32 (37/71 corr.1) convocando esta Reunião de Consulta e indicando como data de início 30 de janeiro de 1971.</p>	Artigo 59 da Carta da OEA CP/RES. 32 (37/71 corr. 1)

XV	Quito, Equador	8 a 12 de novembro de 1974	O Conselho Permanente, em sua sessão de 19 de setembro de 1974, considerou o pedido das delegações da Colômbia, Costa Rica e Venezuela de convocação de uma Reunião de Consulta para modificar o TIAR. O Conselho continuou reunido no dia 20 e, nessa data, aprovou a Reunião pela CP/RES. 117 (133/74). Levar em conta a mudança das circunstâncias existentes em 1964 e decidir o que for pertinente sobre a conveniência de deixar sem efeito o disposto na Resolução I da Nona Reunião de Consulta, “Aplicação de medidas ao atual Governo de Cuba”.	Aplicação do TIAR CP/RES. 117 (133/74)
XVI	São José, Costa Rica	29 de julho de 1975	O Conselho Permanente reuniu-se em sessão extraordinária em 25 de julho de 1975 e considerou a solicitação das delegações da Colômbia, Costa Rica, Equador, Haiti, México, Panamá, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela de convocar uma Reunião de Consulta para modificar o TIAR. Nessa data, aprovou a CP/RES. 155 (168/74).  Examinar o assunto relativo a “Liberdade de ação dos Estados Partes no TIAR para normalizar ou conduzir suas relações com a República de Cuba no nível e na forma que cada Estado julgar conveniente”.	Aplicação do TIAR CP/RES. 155 (168/75)
XVII	Washington, D.C. Estados Unidos	21 de setembro de 1978 a 14 de dezembro de 1992	A pedido da Venezuela, foram considerados os fatos ocorridos na fronteira Costa Rica-Nicarágua em sessões extraordinárias do Conselho Permanente, realizadas em 7, 12, 15 e 18 de setembro de 1978. Nessa última sessão, aprovou-se a CP/RES. 251 (342/78) convocando a Décima Sétima Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.	Artigo 59 da Carta da OEA CP/RES. 251 (342/78)
XVIII	Washington, D.C. Estados Unidos	30 de dezembro de 1978 <b>Aberta até esta data)</b>	O Conselho Permanente atuou como Órgão de Consulta, por queixas da Costa Rica contra Nicarágua, apresentadas em sessão extraordinária realizada em 22 de novembro de 1978. ESTÁ EM SUSPENSO	Artigo 6 do TIAR CP/RES. 261 (361/78)
XIX	Washington, D.C. Estados Unidos	2 a 4 de fevereiro de 1981	Consideração do conflito limítrofe entre Equador e Peru	Artigos 59 e 60 da Carta da OEA CP/RES. 323 (450/81)

XX	Washington, D.C. Estados Unidos	26 de abril de 1982 ( <b>Aberta até esta data</b> )	<p>A pedido da Argentina, o Conselho Permanente reuniu-se em sessão extraordinária em 20 de abril de 1982, para considerar a convocação de uma Reunião de Consulta devido à grave situação no Atlântico Sul (Ilhas Malvinas).</p> <p>Nessa sessão, aprovou-se a CP/RES. 360 (493/82) convocando a Vigésima Reunião de Consulta para 26 de abril de 1982. Provisoriamente, o Conselho Permanente constituiu-se em Órgão de Consulta, em conformidade com artigo 12 do TIAR.</p>	Artigo 6 do TIAR CP/RES. 360 (493/82) corr. 1
XXI	Washington, D.C. Estados Unidos	17 de maio de 1989 a 14 de dezembro de 1992	<p>A pedido da Venezuela, o Conselho Permanente reuniu-se em sessão extraordinária em 12 de maio de 1989, para considerar a grave crise panamenha em seu contexto internacional.</p> <p>O Conselho Permanente aprovou a CP/RES. 522 (776/89) convocando a Vigésima Primeira Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores.</p>	Primeira parte do artigo 60 da Carta CP/RES. 522 (776/89)
XXII	Washington, D.C. Estados Unidos	9 de janeiro de 1991 Nunca se reuniu	<p>A pedido da Venezuela, o Conselho Permanente reuniu-se em sessão extraordinária em 9 de janeiro de 1991, para considerar a convocação da Vigésima Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, com o objetivo de analisar as medidas que deveriam ser adotadas diante da ameaça às instituições democráticas no Hemisfério provenientes do ressurgimento de tendências militaristas. Em consequência, aprovou-se a resolução CP/RES. 556 (843/91).</p> <p>Esta Reunião de Consulta é para considerar os desafios enfrentados pelas democracias em seus esforços de consolidação no novo âmbito das relações internacionais e das tendências à globalização dos problemas políticos, econômicos e sociais.</p>	Primeira parte do artigo 60 da Carta CP/RES. 556 (843/91)

XXIII	Washington, D.C. Estados Unidos	19 de setembro de 2001	Em sessão extraordinária convocada pelo Presidente do Conselho Permanente (Costa Rica) e em razão dos atos de terrorismo perpetrados dentro do território dos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, que resultaram no assassinato de milhares de cidadãos de muitos Estados membros da OEA e de outras nações, convocou-se, mediante CP/RES. 796 (1293/01), a Vigésima Terceira Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores.	Artigos 61 a 65 da Carta da OEA CP/RES. 796 (1293/01)
XXIV	Washington, D.C. Estados Unidos	19 de setembro de 2001	Em sessão extraordinária convocada pelo Presidente do Conselho Permanente (Costa Rica) e por motivo dos atos de terrorismo perpetrados dentro do território dos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, que resultaram no assassinato de milhares de cidadãos de muitos Estados membros da OEA e de outras nações, o Conselho Permanente, mediante a resolução CP/RES. 797 (1293/01), constituiu-se provisoriamente no Órgão de Consulta previsto pelo artigo 12 do TIAR e convocou para 21 de setembro a Vigésima Quarta Reunião de consulta de Ministros das Relações Exteriores, a que se refere o artigo 11 do TIAR e com a finalidade de acordar as medidas que devam ser tomadas para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no Continente.	Artigos 11 e 12 do TIAR CP/RES. 797 (1293/01)

## ABREVIATURAS

AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (AID)  
BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
(B.I.R.D.)  
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDE)  
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)  
ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA)  
FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ (FIP)  
FORÇAS ARMADAS (F.A.)  
INTERNATIONAL TELEPHONE AND TELEGRAPH E DA AMERICAN & FOREIGN  
POWER COMPANY (AMFORP)  
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)  
OPERAÇÃO PAN-AMERICANA (OPA)  
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)  
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)  
PARTIDO REFORMISTA (PR)  
PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOMINICANO (PRD)  
POLÍTICA EXTERNA DA REVOLUÇÃO (PER)  
POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI)  
POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI)  
TRATADO INTERAMERICANO DE ASSITÊNCIA RECÍPROCA (TIAR)  
ZONA INTERNACIONAL DE SEGURANÇA (ZIS)

## **ANEXO 3**

### **MAPA DE SÃO DOMINGOS A ÉPOCA DA CRISE**